

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Rodrigo Torsiano Martins

**A Venezuela frente ao cenário internacional de escassez energética:
rupturas internas e externas num contexto de transição sistêmica.**

Porto Alegre, 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Rodrigo Torsiano Martins

**A Venezuela frente ao cenário internacional de escassez energética:
rupturas internas e externas num contexto de transição sistêmica.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia Ciências e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH/UFRGS), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Porto Alegre, 2008

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de ser aluno desse Programa, que é referência nacional no ensino e pesquisa em Relações Internacionais.

Gostaria de agradecer também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me proporcionou bolsa de pesquisa durante todo o período do curso, possibilitando que eu pudesse estudar em regime de dedicação exclusiva ao mestrado.

Ao meu orientador, professor Luiz Augusto Estrella Faria, dedico agradecimento especial pelo apoio, incentivo e compreensão no decorrer da elaboração da dissertação.

A todos os professores do mestrado minha gratidão por momentos de substantivo aprendizado, não somente acadêmico, mas também de experiência de vida. Em especial à Coordenação do Curso, na pessoa da Prof. Maria Susana Arrosa Soares, que mantém o Programa funcionando dentro do mais alto nível acadêmico.

Ao pessoal do Itamaraty, em Brasília, que possibilitou, no período de pesquisa em seus documentos, momentos de grande aprendizado.

Gostaria de agradecer especialmente à nossa querida Beatriz Accorsi (Bia), pessoa de valores singulares e de desmedida competência profissional.

Aos meus colegas de curso, Gabriel Adam, Rafael Pons, Fabrício Schiavo, Eduardo Pamplona, Leonardo Neves, Leonardo Sosinski, Marcos Carra, Denise Barreiro, um agradecimento por terem proporcionado momentos realmente especiais, tanto acadêmicos quanto pessoais. Apesar de o mestrado ter chegado ao fim, a amizade e saudade ficam.

Às pessoas especiais que tem participado de meu processo de aprendizagem, nas lições da academia e, mais importante, do mundo extra-muros, em especial a Miguel Stédile, Edson

Neves, Amanda, Edson Cadore, Andréia Meinerz, Eleandra Raquel, Evandro Moreira e Amir Mariano que, independente da forma, sempre estiveram ao meu lado dando forças (mesmo quando nem soubessem)!

Aos meus caros pai, Sr. João Martins, e irmãos Roberto, Rogério e Richard pelo apoio sempre.

Em especial à minha esposa, Maristela, que nunca se absteve de estar comigo, independente do caráter do momento, e por todo seu carinho e compreensão.

Por fim, agradeço, mesmo sem saber ao que ou a quem, por cada momento que pude passar ao lado de minha mãe. Sem o seu incentivo, incessante, para que nos tornássemos pessoas melhores, sempre, nada disso teria acontecido.

SUMÁRIO

Lista de Figuras e Gráficos	7
Lista de Tabelas	8
Lista de Anexos	9
Introdução	10
1. Transição sistêmica mundial e escassez energética	16
1.1. Elementos da “crise sinalizadora” da década de 70 do século XX	16
1.1.1. A configuração da crise	16
1.1.2. Aspectos econômicos da crise	26
1.1.3. As relações internacionais no período	34
1.2. Elementos da fase de transição sistêmica capitalista no início do século XXI	41
2. A questão energética na Venezuela da Era Chávez	46
2.1. Contexto Internacional	46
2.2. Os Estados Unidos e a “Nova Política Energética” (NEP)	53
2.3. O petróleo na Venezuela	57
2.4. Evolução do setor petrolífero desde a “Apertura”	60
2.5. Elementos de política externa venezuelana no período	67
3. Mudanças na sociedade venezuelana na transição para o século XXI	73
3.1. O período pré-golpe	73
3.2. O golpe de abril de 2002	80
3.3. As destinações da renda petrolífera	86
3.3.1. Missões Bolivarianas	88
Considerações Finais	110
Referências Bibliográficas	118
Anexos	127

RESUMO

Os recursos energéticos, especialmente o petróleo, têm assumido um crescente papel estratégico no sistema internacional, o que é de suma importância para o atual momento de transição sistêmica internacional. A Venezuela assume, nesse cenário, um lugar de destaque, pois se configura como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de petróleo, além de estar passando por profundas alterações em suas estruturas de Estado. Procuramos analisar, ao longo do trabalho, de que maneira a Venezuela se insere neste contexto. Nesse sentido, a análise se dará nos elementos condicionantes da atual transição sistêmica e nos movimentos executados pelo governo Chávez com vistas ao enfrentamento de um cenário cada vez mais complexo, principalmente depois do lançamento e dos desdobramentos internacionais da nova política energética dos Estados Unidos, iniciada em 2001. O período escolhido para análise localiza-se entre os anos 1999 e 2005. Este período reflete, no plano externo, mudanças significativas nos arranjos do sistema internacional, com uma ativa atuação do governo venezuelano e, no plano interno, o início e a consolidação das reformas em setores estratégicos ligados à produção de recursos energéticos. Especial atenção é dada para o papel desempenhado pelo petróleo nos movimentos realizados pelo novo governo, pois se constata que o principal elemento garantidor da execução de uma política externa intensa e ativa e uma política interna constituída de profundas reformas estruturais, nesse caso, é a utilização do petróleo externamente, como recurso de poder e, internamente, como fonte de legitimidade.

Palavras-Chave: Venezuela, Petróleo, Governo Chávez, Transição Sistêmica, Sistema Internacional, Relações Internacionais.

ABSTRACT

Energetic resources, especially oil, have increasingly been playing a strategic role in the international system, what is of vital importance for the present moment of international systemic transition. In such a scenario, Venezuela occupies an outstanding position, for it is one of the planet's largest producers and exporters of oil. Besides, the country is going through deep changes in its statal structures. We try to analyze how Venezuela fits into this context. We will analyze the conditioning elements of the current systemic transition and also the measures taken by the Chávez government to tackle an increasingly complex scenario, especially after the consequences on an international level, of the new American energetic policy launched in 2001. We will study the period between 1999 and 2005. On the external level, this period reflects meaningful changes in the international system arrangement with an active performance by the Venezuelan government. On the internal level, the beginning and the consolidation of reforms in strategic sectors connected with the production of energetic resources. We pay special attention to the role played by oil in the actions performed by the new government, for it can be noticed that its use is the key element that guarantees the possibility for an intense and active external policy as well as an internal policy composed of deep structural reforms. The role of oil is so vital because it is used internationally as a source of power and domestically as a way of legitimation.

Keywords: Venezuela, Oil, Chávez Government, Systemic Transition, International System, International Relations.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Evolução da Produção X Consumo de Petróleo (OCDE, China e Índia) ..	47
Figura 1 –	Presença de tropas dos EUA no mundo (2006)	50
Gráfico 2 –	Evolução das Importações de Gás Natural e Petróleo dos Estados Unidos, em relação ao total importado de energia (1996 - 2006)	54
Gráfico 3 –	Evolução das exportações de petróleo da Venezuela - em milhões/US\$..	67
Gráfico 4 –	Evolução dos preços médios anuais do petróleo (1995 – 2008)	84
Gráfico 5 –	Recursos Aportados em Projetos via FONDESPA (2004 - 2005)	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores da Economia Mundial (% a.a.)	17
Tabela 2 – Resultados da eleição presidencial (dezembro de 1998)	74
Tabela 3 – Conformação Parlamentar – Período 1999 – 2004 (Número de votos e cargos por agrupamento político)	75
Tabela 4 – Eleições Presidenciais (Julho de 2000)	79
Tabela 5 – Dados iniciais da Missão <i>Revolución Energética</i>	98
Tabela 6 – Atividades da Missão Barrio Adentro em 2003	107

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Discurso de Hugo Chávez Frias perante o Congresso Venezuelano na posse da Presidência da República da Venezuela	127
Anexo 2 – Fluxos de petróleo entre regiões selecionadas do mundo – 2006	158
Anexo 3 – Faja Petrolífera del Orinoco	159

INTRODUÇÃO

A Venezuela tem passado, a partir do início deste século, por um processo de intensas modificações em suas estruturas de Estado. Após quatro décadas de um “condomínio” de partidos políticos revezando-se no governo central – no período que ficou conhecido na literatura como a IV República ou o de vigência do Pacto de Punto Fijo – uma profunda ruptura é imposta no sistema político, com a chegada de Hugo Chávez ao poder, inaugurando a V República na Venezuela, num processo que Chávez denomina de Revolução Bolivariana. No período correspondente ao Pacto de Punto Fijo, duas agremiações principais ocuparam alternadamente o governo, a Acción Democrática (AD) e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI).

O advento do Governo Chávez serviu para estabelecer uma nova correlação de forças, afastando os grupos tradicionais dos centros de decisão política e aproximando do governo outros atores, como setores das forças armadas. Em realidade, a Revolução Bolivariana foi conduzida por Hugo Chávez, um coronel do exército venezuelano, a partir de eleições democráticas, contando com amplo apoio popular e, desde o início do governo, também das forças armadas. Isto significou, em última instância, que o novo presidente teria uma considerável margem de manobra para colocar em marcha as mudanças prometidas no período eleitoral.

O período em que isso ocorre, todavia, é o mesmo em que o Sistema Internacional (S.I.) também está passando por alterações significativas em seus arranjos. Isso coloca a Venezuela numa posição sensível, pois é possuidora de imensas reservas de recursos

energéticos, principalmente gás e petróleo, além de ser uma grande produtora e exportadora de petróleo e derivados. Como veremos abaixo, cada vez mais a questão energética ocupa um lugar estratégico na agenda internacional, pois além de ser um insumo fundamental para a manutenção das atividades econômicas, também é essencial à movimentação da “máquina de guerra”.

O S.I., como já assinalado, está passando por um momento de transição. Este momento reflete-se no posicionamento adotado pela principal potência mundial, os Estados Unidos (EUA), ante os governos contrários à sua orientação política – especialmente aqueles que dispõem de grandes quantidades de recursos energéticos – e ao surgimento de novos centros de poder, notadamente no Leste Asiático. Esses governos detentores de recursos energéticos, que se posicionem de maneira contrária à orientação norte-americana, surgem como entraves potenciais à sua estratégia de manutenção do status de potência dominante. Isso porque os recursos energéticos são o insumo fundamental para a maioria das atividades da economia real, que produzem elementos de projeção de poder, além de serem indispensáveis para a movimentação das forças armadas, dando a eles um caráter altamente estratégico.

O caráter estratégico dos recursos energéticos levou os EUA a elegerem a manutenção do fornecimento constante e seguro de recursos energéticos como prioridade principal do governo de George W. Bush ao assumir a Casa Branca. Essa prioridade traduziu-se em documento intitulado *Nova Política Energética* (NEP), o qual apresentava um diagnóstico da situação atual do país em termos energéticos, bem como as prováveis soluções a serem adotadas. A solução escolhida foi a de aumentar a dependência por importação de insumos energéticos, ocasionando tal escolha a necessidade do estabelecimento de boas relações com os principais países produtores mundiais e a retirada de quaisquer obstáculos que pudessem prejudicar a sua consecução.

Como consequência da busca por novas fontes e a manutenção das tradicionais, os EUA passaram a adotar procedimentos que causaram profundas instabilidades nos arranjos do S.I.. O expediente da *guerra preventiva* como procedimento aceitável na eliminação de prováveis inimigos foi largamente utilizado no Oriente Médio, por meio das guerras do Afeganistão e Iraque. Esse comportamento, com elevado grau de coerção, reflete tanto a debilidade dos EUA em *hegemonizar* os demais países (ARRIGHI, 1996) ou, em outras palavras, a incapacidade de alcançar seus objetivos utilizando somente *soft power* (NYE, 2002).

Ao abandonar o *soft power* e empregar crescentemente métodos com elevado grau de coerção, alguns aliados de que dispunham passaram a se comportar com desconfiança e abandonar o alinhamento automático às deliberações norte-americanas. Esses antigos aliados, especialmente no continente asiático e latino-americano, foram impelidos a tomar medidas que minimizassem os efeitos da atuação violenta dos EUA no ambiente internacional. A China, por exemplo, adotou uma política agressiva para assegurar fontes seguras para fornecimento de recursos energéticos em diversas regiões, incluindo a África e América Latina. A Venezuela buscou aumentar o controle do Estado sobre o setor energético, fundamentalmente o petróleo.

No caso venezuelano, a coincidência da movimentação existente nos arranjos do S.I., com forças internas de ruptura das antigas estruturas, levou a uma situação com elevado grau de complexidade. As forças de ruptura gravitam em torno do presidente eleito em 1998, Hugo Chávez, que imediatamente após assumir o governo, no início de 1999, decretou a realização de uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC). O processo político que teve início com a ANC significou, no campo político, a retirada dos grupos que ocuparam sucessivamente o governo venezuelano, desde o Pacto de Punto Fijo; no campo social, o maior atendimento das

demandas populares; e, no campo econômico, o início de ações que visavam aumentar o controle do Estado sobre o setor petrolífero.

Os grupos contrários ao novo governo, porém, não se mantiveram nos marcos da democracia, passando a adotar posturas que os colocavam à margem do escopo constitucional. Após sucessivas derrotas eleitorais, reuniram forças e executaram várias ações de sabotagem, que incluíram um *paro cívico* (greve geral) em 2001, uma paralisação quase total da PDVSA¹ em 2002, além de um fracassado Golpe de estado, em abril deste mesmo ano, que retirou do poder, por vinte e quatro horas, o presidente eleito.

O Golpe de abril de 2002 implicou numa inflexão da linha de atuação do governo. Chávez foi reconduzido ao seu cargo, após o Golpe, graças à mobilização popular nacional, à intervenção de quadros das forças armadas, que defendiam a inconstitucionalidade daquela ação e de veículos da mídia internacional, que condenaram veementemente o Golpe. Após esse Golpe, o governo passou a ter a legitimidade necessária para intervir com mais vigor nos assuntos nacionais, pois contava com amplo apoio popular.

Diante disso, intensificará as ações visando aumentar o controle sobre o setor petrolífero e, sobretudo, do principal elemento desse setor: a PDVSA. Em 2001 foi aprovada a nova Lei dos Hidrocarbonetos, que buscava aumentar o controle do governo, através do Ministério de Minas e Energia, sobre o petróleo nacional. Antes dessa lei, a PDVSA tinha total autonomia para conduzir todas as questões relacionadas às suas atividades, desde a exploração e produção, até a concessão de blocos a serem explorados e, principalmente, o controle sobre as divisas obtidas pela exportação de petróleo. Essa autonomia levou, nos anos 1990, ao processo de *Apertura*, que significou a privatização de parcelas importantes do setor. O processo de Apertura foi conduzido inteiramente pela PDVSA, baseado numa interpretação

¹ Estatal do petróleo na Venezuela.

da antiga Lei dos Hidrocarbonetos, mesmo sendo ela uma empresa vinculada ao governo central, subordinada diretamente ao Ministério de Minas e Energia.

Neste trabalho pretendemos evidenciar a maneira pela qual a Venezuela se insere no cenário de transição sistêmica em curso, num contexto em que se apresenta como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de petróleo, contando com um governo de posição contrária aos interesses norte-americanos no setor energético. Cabe ressaltar, antes de continuarmos a explanação sobre a estrutura do trabalho, que essa transição sistêmica leva os EUA a adotar uma postura coercitiva, em detrimento do *soft power*, na busca pela manutenção de sua posição enquanto maior potência mundial. Essa postura coercitiva foi profundamente sentida pelo governo venezuelano no Golpe de estado ocorrido em abril de 2002, o que significou, no campo das relações internacionais, uma denúncia constante por parte da Venezuela contra os prováveis interesses norte-americanos em suas reservas de recursos energéticos.

Para alcançar o objetivo proposto acima, dividimos o trabalho em três capítulos. No capítulo inicial é feita uma breve análise do período iniciado na década de 70 do século passado, período esse definido por Arrighi (1996), como marco inicial de uma *crise sinalizadora* do sistema capitalista, em que o *pólo hegemônico* do atual *ciclo sistêmico de acumulação* demonstra um enfraquecimento de suas bases na sustentação dessa posição. No modelo de Arrighi, o pólo hegemônico do atual ciclo sistêmico são os EUA, significando, portanto, que a crise iniciada em 1970 sinaliza uma provável transição sistêmica, na qual um novo pólo hegemônico assumirá essa posição. A fase iniciada em 1970 ainda não alcançou seu fim, mantendo uma conexão lógica com o momento atual. Esse capítulo é essencial para entender que os movimentos executados pelos EUA não são atos isolados, emanados de governantes não afeitos à Paz Perpétua Kantiana, mas sim resultado de uma situação em que a própria evolução do sistema influencia na formatação desses movimentos. E como são

movimentos constituintes de uma estratégia para manutenção de sua posição relativa no S.I., quaisquer outros Estados que, de alguma maneira, representem um interesse aos objetivos dos EUA, certamente serão atingidos por tal estratégia. A Venezuela, certamente é um dos elementos substantivos na agenda internacional norte-americana.

O segundo capítulo analisa, por um lado, uma face concreta dos movimentos executados pelos EUA, isto é, a NEP, e por outro, as ações que o governo Chávez tem tomado para preservar e aumentar o controle do Estado sobre o setor petrolífero venezuelano. Esse setor é o maior vínculo entre a Venezuela e a estratégia dos EUA citada acima.

O capítulo três tem como escopo as mudanças ocorridas na sociedade venezuelana desde o início do Governo Chávez. Com um caráter mais descritivo, procura mostrar a evolução e os resultados dos embates travados pelas forças políticas na busca pelo poder nacional. Além disso, fazemos uma análise dos novos mecanismos de destinação da renda petrolífera, traduzidos, entre outros, nas Missões Bolivarianas.

Entender os processos que têm ocorrido na Venezuela nos últimos anos é de suma importância para o Brasil. São vários os motivos a serem citados para essa importância, destacando-se entre eles a similaridade que o Brasil possui com nosso vizinho, no que concerne à posse de recursos naturais estratégicos. No caso venezuelano são os hidrocarbonetos, já no brasileiro, além de recursos minerais e energéticos, a Amazônia, região pela qual o interesse internacional tem se intensificado. Diante disso, aumentar o conhecimento acerca desses processos nos possibilita identificar quais ações, visando a defesa dos interesses nacionais, seriam as mais eficientes, além de permitir que, diante de movimentações executadas por terceiros pessoas, possamos inferir quais prováveis passos serão adotados. Isso nos permite, em última instância, dispor da possibilidade de agir preventivamente, o que diminui a necessidade de utilizar remédios para efeitos já ocorridos.

1 TRANSIÇÃO SISTÊMICA MUNDIAL E ESCASSEZ ENERGÉTICA

1.1 – Elementos da “crise sinalizadora” da década de 70 do século XX

1.1.1 – A configuração da crise

As transformações e a crise da década de 1970 foram decorrências de mais uma fase de expansão financeira do sistema capitalista. Essas transformações e crise serão responsáveis pelos principais elementos que conformarão a nova formatação do Sistema Internacional no final do século XX e início do século XXI. Aquelas transformações e essa nova formatação incidirão não somente no centro, mas também na periferia do sistema, refletindo, no caso em análise, em modificações da sociedade venezuelana.

O pólo dominante do sistema capitalista, os EUA, ante a “intensificação das pressões competitivas que decorreram, invariavelmente, de todas as grandes expansões do comércio e produção mundiais” (ARIGHI, 1996, p. 309), promoverá uma reação com o objetivo de manter-se nesta posição.

O surgimento de blocos cada vez mais poderosos durante as crises e contradições do pólo dominante são características intrínsecas ao desenvolvimento do capitalismo. Ainda,

seguindo o pensamento de Arrighi, entre as crises sinalizadoras² e as terminais dos pólos dominantes, sempre haverá um momento de *belle époque*, em que, para o caso dos EUA teria sido o período do governo Reagan.

Uma outra perspectiva nos permite analisar a crise econômica da década de 1970 como decorrência do início de uma reação dos EUA, com o objetivo de reafirmar sua posição no jogo pelo poder mundial. Essa reação se daria através do lançamento de um movimento de reestruturação da economia mundial. Tal movimento foi constituído por dois objetivos principais: i) reafirmação dos EUA como a mais poderosa potência ocidental e, ii) provocar uma inovação completa no regime de acumulação de capital.

Ricardo Carneiro entende o esgotamento do regime de Bretton Woods como o causador da crise na década de 1970. O autor sugere que a desaceleração do crescimento do PIB, a perda de dinamismo no comércio mundial, o aumento da inflação e a tendência de aumento nas taxas de juros assinalaram a exaustão do sistema (CARNEIRO, 2002).

Na tabela abaixo podemos observar os elementos levantados por Carneiro.

Tabela 1 – Indicadores da Economia Mundial (% a.a.)

Indicadores	1950-60	1960-70	1970-80
PIB Total	4,2	5,3	3,6
Comércio Mundial ⁽¹⁾	6,5	8,3	5,2
Taxas de Juros (Longo Prazo) ⁽²⁾			
Nominais	3,7	5,1	8,2
Reais	1,2	2,4	0,3
Índice de Preços (IPC) ⁽²⁾	2,5	2,7	7,9

Fonte: Carneiro (2002)

(1) Exportações; (2) Médias ponderadas para Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França.

O esgotamento do ciclo de inovações, que residia na diferenciação e sofisticação dos bens duráveis, na substituição de materiais naturais por materiais sintéticos e na mudança da

² Arrighi denomina crise sinalizadora do regime de acumulação dominante o início de cada fase de expansão financeira.

matriz energética passando do carvão para o petróleo, comportavam-se como agentes indutores da exaustão do sistema.

No campo das relações de trabalho, mesmo ocorrendo uma reconversão da composição da força de trabalho, através de correntes migratórias do terceiro mundo aos países centrais - por ser mais barata, desorganizada e ter caráter temporário -, os problemas decorrentes da complexa relação capital-trabalho não serão resolvidos completamente. A interação entre aumento do produto concomitantemente ao aumento da produtividade, o que permitia o aumento das taxas de lucro simultaneamente aos salários não mais estava sendo verificada. Isto se tornava um entrave à continuação da expansão, pois a divisão funcional da renda estava sendo profundamente alterada. Tais alterações, acontecendo num contexto de aumento dos preços do petróleo geraram uma situação de diminuição das taxas de lucro e, conseqüentemente, do investimento. O *animal spirit* estava tomado pela cautela, diante do cenário de crescente incerteza que se impunha, ou seja, “o próprio crescimento econômico criou os obstáculos à sua continuidade” (CARNEIRO, 2002, p. 49).

O período em análise pode ser compreendido como sendo de transição entre ciclos sistêmicos de acumulação³. Arrighi irá destacar o papel decisivo da expansão financeira como elemento sinalizador da provável transição sistêmica. Expansões financeiras sempre precederam a superposição de outro ciclo sistêmico de acumulação. Para Arrighi,

A noção de ciclos sistêmicos de acumulação, (...) é uma decorrência lógica dessa relação estritamente instrumental do capitalismo com o mundo do comércio e da produção, e vem enfatizá-la. Ou seja, as expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência, quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista (ARRIGHI, 1996, p. 8).

³ O conceito de “ciclos sistêmicos de acumulação”, aqui empregado, é utilizado por Giovanni Arrighi para analisar a evolução histórica do capitalismo, baseada em ondas de expansão material e financeira, usando como modelo explicativo a fórmula geral do circuito do capital de Marx: D-M-D'. Em cada ciclo sistêmico haveria um pólo hegemônico. No quarto ciclo sistêmico de acumulação, que teve início com a sobreposição à hegemonia inglesa na economia mundial, na virada do século XIX para o século XX, seriam os EUA a potência localizada nesta posição - de pólo hegemônico.

A *crise sinalizadora* do pólo dominante, nesse caso os EUA, pode ser subdividida em três esferas distintas. A militar, com as crescentes dificuldades enfrentadas no Vietnã, culminando com a sua derrota na guerra; a financeira, diante da impossibilidade da Reserva (Banco Central) dos EUA manter os acordos firmados em Bretton Woods; e a ideológica, com a perda de legitimidade interna e externa da cruzada anticomunista.

Alguns fatores internos, nesse contexto, contribuíram para lançar os EUA rumo a uma profunda crise. O papel de “polícia do mundo” provocava uma importante pressão no aumento dos déficits (fiscal e em conta corrente). A Guerra do Vietnã tomava contornos não previstos, provocando a drenagem de crescentes somas para o leste asiático, além das conseqüências político-sociais internas. O próprio keynesianismo sustentador dos anos de ouro tornava-se um entrave, devido à rigidez político-ideológica de garantir aumentos reais de salário, o que causava uma tendência à queda nas taxas de lucro. Além de o “modo de vida americano” necessitar de investimentos crescentes em infra-estrutura para sua manutenção.

Complementando o cenário de incertezas, o surgimento de novos pólos de poder sinalizava a possibilidade de perda de hegemonia no Sistema Internacional para os novos candidatos a essa posição. A Europa e o Japão, que no pós-guerra⁴ passaram a desfrutar de relações privilegiadas com os EUA, seja pelo Plano Marshall ou pela reserva de mercado para seus produtos, passavam a reivindicar um espaço maior do que até então os era designado.

A perda do dinamismo econômico poderia ter sido compensada com a manutenção ou intensificação do “keynesianismo fiscal” ou com um aumento expressivo do comércio internacional – o que as empresas norte-americanas fizeram –. Entretanto, os gastos do governo não mais obtinham resultados significativos no centro do sistema, apesar de se verificar elevados déficits públicos no período pós-1973, demonstrando uma sensibilidade

⁴ Quando citarmos o “pós-guerra”, estaremos nos referindo à Segunda Guerra Mundial. Quando a menção for a qualquer outra guerra isso será explicitado no texto.

menor do setor privado a este tipo de gasto. O padrão virtuoso da junção entre políticas governamentais e setor privado é, dessa maneira, rompido.

Diante dos elementos de pressão há uma contra-ofensiva estratégica norte americana. Essa contra-ofensiva se desdobrará em três dimensões principais, quais sejam: político-ideológica, diplomático-militar e, por fim, a dimensão econômica. A primeira dimensão a ser atacada será a político-ideológica, tendo o Clube de Roma a tarefa de “dar o sinal de alarme”, anunciando o fim dos recursos naturais não renováveis, os malefícios da poluição global e da destruição do meio ambiente, além dos problemas decorrentes do explosivo crescimento demográfico mundial. A Doutrina Nixon de transferência de poder em questão de segurança a aliados regionais e a aliança com a China serão os elementos principais da dimensão diplomático-militar. A dimensão econômica se mostrará a mais complexa. Em 1971 é decretado o fim da paridade ouro-dólar, além de ser adotada, paralelamente, uma política junto ao Xá do Irã de “aumentos escalonados no preço do petróleo”.

Neste mesmo período tem início uma enorme transferência energética para os EUA em decorrência de seus privilégios de *seignorage*, que proporcionava grandes vantagens na luta por mercados e fontes de insumos primários no mundo. Nesse contexto, a Europa e o Japão novamente foram os países mais afetados, pois haviam surgido como novos centros de disputa pelo poder na economia internacional, mas tinham um grau de dependência externa (IMPORTAÇÕES+EXPORTAÇÕES/PIB), aproximadamente três vezes superior ao dos EUA.

As importações líquidas de petróleo e derivados dos EUA passaram de 2.1 milhões bpd, entre 1960 e 1969, para 6.9 milhões bpd, entre 1973 e 1978, provocando uma tendência de desvio de abastecimento para os EUA, prejudicando o Japão e a Europa. Tal conjuntura tornava-se ainda mais sensível no mercado mundial, pela adoção da “política de dois patamares de preços”, qual seja:

... o governo norte-americano impôs um teto ao petróleo nacional extraído dos poços que já estavam em funcionamento em 1972. Como resultado, no primeiro semestre de 1979, o custo médio do petróleo nos Estados Unidos estava mais ou menos 40% abaixo dos níveis do mercado mundial (PARBONI, 1981, p. 34-5, 53-4 apud ARRIGHI, 1996, p. 320).

As conseqüências das ofensivas no campo político-ideológico e econômico implicarão numa profunda reestruturação produtiva da economia mundial. Foram criadas as justificativas para uma desaceleração do crescimento e de controle demográfico, tendo em vista as questões ambientais e de provisão de alimentos, etc.

No campo econômico houve em 1973, com a Guerra do Yom Kippur, uma brusca alteração qualitativa da situação de todos os países dependentes de importação de petróleo. Com a quadruplicação do preço do barril, houve um profundo impacto nas transações correntes destes países.

Num contexto de corrida pela reestruturação produtiva, os EUA foram os menos prejudicados com os referidos aumentos, pois importavam menos de 10% de petróleo do Oriente Médio, logo não é difícil constatar que o Japão e a Europa ocidental foram os mais afetados, já que estes eram grandes importadores de petróleo desta região.

Alguns países periféricos se beneficiarão com a crise, podendo, em alguns casos, criar condições para uma futura industrialização. Esses países passarão a ser solicitados a assumir o papel de “sentinelas” dos EUA.

A expansão das redes de poder juntamente à expansão das empresas multinacionais provocou a existência de conflitos de interesse e contradições para a consolidação do domínio sobre estas redes de poder. Os casos europeu e japonês configuram-se como os mais importantes.

No caso japonês o governo dos EUA abriu seu mercado às exportações deste país, enquanto transferia tecnologia e permitia que investimentos norte-americanos fossem excluídos do Japão. Somente com o fim da Guerra do Vietnã e da reaproximação da China o

governo norte-americano passará a ser mais receptivo às reclamações dos empresários de seu país.

No caso europeu, as promoções da reconstrução e do desenvolvimento criaram condições para que a Europa tendesse cada vez mais a uma sólida unificação. O tratamento de empresas multinacionais americanas estabelecidas em solo europeu como sendo “européias”, entre outras medidas adotadas por Washington, abriram o caminho para uma grande transplantação de empresas norte-americanas para a Europa. No entanto, a contrapartida das empresas, que seria a implantação do domínio norte-americano não foi alcançada. Apesar de tentar manter um certo grau de controle sobre essas empresas, o governo norte-americano demonstrava não conseguir atingir seu objetivo, pois os interesses estratégicos das empresas não residiam em aumentar o domínio de seu país de origem globalmente, mas sim em aumentar suas taxas de lucro.

Num outro flanco é possibilitado à URSS o início de uma aproximação com o Ocidente. A ela era oferecida a oportunidade de vender petróleo e matérias primas, concomitantemente à importação de produtos manufaturados diversificados, tecnologias ocidentais e, principalmente, capitais. A Perestroika surgia como condutora deste novo movimento de inserção da URSS no Sistema Internacional.

Na Ásia, além do caso japonês, uma importante mudança nos arranjos do equilíbrio de poder ocorrerá, com o fim do isolacionismo de um preeminente ator desta região. A China, que tinha obtido seguidos fracassos em suas políticas para o Terceiro Mundo e uma derrota vexatória diante da vitória da Índia sobre seu aliado Paquistão, entraria para a zona de influência norte-americana, passando a exercer a função de um aliado regional de nível médio. Como recompensa ela ganha uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, assumindo o lugar antes ocupado por Taiwan. A “diplomacia do ping-pong”, executada por Nixon e Kissinger, alcançara seus objetivos.

Com o advento da aliança sino-americana haverá uma forte tendência ao fim da bipolaridade rumo a uma tríade no controle do poder mundial, formada pelos EUA, China e URSS. No entanto, será esboçada uma reação por parte da União Soviética, que se aproveitará da propagação da crise econômica capitalista e não mais desaprová a tomada do poder por grupos de esquerda, ou seja, a política de respeito às áreas de influência norte americana será discretamente abandonada.

O vácuo de poder surgido nos espaços antes vigiados pelos EUA permitirá uma explosão de revoluções e movimentos contestatórios. Desde a África e Ásia, passando pela Europa, serão aproveitadas as brechas para promover rupturas em governos ditatoriais e coloniais. No ano de 1975, em Angola, na Etiópia e no Vietnã ocorrerá uma guinada de movimentos de esquerda para a tomada do poder. Em 1979 ocorrerá algo parecido na Nicarágua, no Irã e no Afeganistão. Na Europa ocorrerá a queda das ditaduras de Portugal, da Espanha e da Grécia, nos anos de 1974 e 1975.

Na América Latina ocorrerá um movimento inverso, excetuando-se a revolução nicaragüense de 1979. Violentas ditaduras passarão a assumir o poder. Chile e Uruguai em 1973 e na Argentina em 1976, além do Brasil – precocemente em 1964 –, darão contornos à posição de resguardo adotada pelos EUA na região. A Venezuela, porém, constitui-se como um caso a parte, no qual um regime democrático vigorava desde o ano de 1958.

Dois elementos fundamentais serão observados nestes países no momento seguinte ao início das ditaduras: um violento esmagamento de grupos opositores incluindo sindicatos, organizações estudantis, movimentos armados, etc.; e o estabelecimento de um novo padrão de acumulação, baseado na abertura ao capital e comércio internacional, conjuntamente à aceleração de um processo de concentração de renda. No campo político-ideológico será adotada a postura de alinhamento automático com os EUA.

A conjuntura econômica desfavorável, em conjunto com uma crise militar e de legitimidade serão elementos constitutivos de um complexo cenário internacional para a potência dominante. O governo norte-americano não estava mais conseguindo convencer sua população da importância de injetar mais dinheiro na “cruzada anticomunista” e aos governos estrangeiros de sua importância enquanto “vigilante” do Sistema Internacional.

Os processos de independência e conflitos armados ocorridos na periferia do sistema surgiam como ameaça. Como consequência, um avanço na luta por espaços no Sistema Internacional surge após a derrota dos EUA no Vietnã, provocando uma nova onda expansionista da União Soviética e uma pressão efetiva pelo fim de regimes colonialistas.

Os resultados do exercício pleno da democracia, em países do terceiro mundo, poderiam agravar as dificuldades já enfrentadas, agindo como um elemento que dificultaria a flexibilidade de exploração dos recursos naturais nessa região.

A necessidade de maior produtividade na década de 1970, para se adequar a um momento de aumento da *competitividade* sistêmica, levou a construções políticas parecidas com as de momentos anteriores, como as adotadas no início do século XX, no qual havia um discurso em defesa do *progresso* ou, ainda, no pós-guerra que se concentrava na defesa do *desenvolvimento*.

Desse modo, a reestruturação da economia mundial a partir do início da década de 1970 estava inserida num momento histórico particular de transição do capitalismo, assim como nos períodos precedentes, o que será apontado como fruto de decisões racionais e calculadas e não como uma simples reação à crise, denominando Revolução Científico-Tecnológica (RCT)

a adoção da RCT representa, neste contexto, uma *decisão político-estratégica*, não sendo apenas uma decorrência indesejada da crise do petróleo, como muitos afirmam. A articulação de um salto tecnológico objetiva recuperar e redimensionar a acumulação de capital, esvaziar as conquistas trabalhistas, manter a vanguarda e a dominação sobre a economia dos países periféricos... (BLAND, 2002, p. 22).

A nova divisão internacional do trabalho, conjugada à RCT desencadearam a Terceira Revolução Industrial. Nesse contexto, além da imigração de força de trabalho da periferia para o centro, um movimento em outra direção passa a ser comum, traduzindo-se na transferência de plantas industriais para os países da periferia e, em alguns casos, para a periferia de países rivais.

A transferência para esses locais contou com incentivos endógenos e outros que faziam parte da própria evolução do sistema. Nestes locais, além de encontrar farta mão-de-obra a custos reduzidos, também havia incentivos fiscais e uma pressão menor para o cuidado com o meio ambiente, possibilitando uma ampla margem para a produção. Com o avanço das formas de transporte (containeres, linhas aéreas de transporte de carga), informática e comunicações tornou-se possível o deslocamento de grandes quantidades de mercadorias produzidas no terceiro mundo para os centros consumidores.

A maior parte destas experiências implicou num agravamento das desigualdades entre centro e periferia. Mas, em algumas regiões como no caso dos Tigres Asiáticos, haverá a possibilidade de constituição de um parque industrial, fomentando o seu desenvolvimento. Em grande parte isso decorreu da associação ao capitalismo japonês inicialmente e, num outro momento, ao crescimento econômico chinês.

No centro do sistema, essa reconversão estrutural provocou o surgimento de sociedades pós-industriais, baseadas na informática e financeirização do investimento como fontes de acumulação. Como consequência, o desemprego passou a ser crescente, contrariando a tendência das “décadas de ouro” anteriores, gerando tensões sociais e terminando com as políticas de estímulo à imigração. A economia mundial de modo geral, e em particular a dos EUA, passava a dar fortes sinais de estagnação no final da década de 1970, algo deveria ser feito para contornar tal situação. A solução encontrada foi a adoção de

políticas conservadoras no Governo Reagan, permitindo que uma nova *belle époque* surgisse nos EUA.

1.1.2 – Aspectos econômicos da crise

Diante da ameaça de contestação do dólar como reserva internacional de valor, o governo dos EUA toma a decisão política de liberalizar a movimentação de capitais, ou seja, todos os principais controles existentes até então nos fluxos internacionais seriam abolidos. Era um movimento para preservar o status do dólar como padrão monetário internacional, mesmo que o custo dessa medida fosse instabilidades futuras no sistema financeiro internacional. Isso contrariava um dos pilares de Bretton Woods, que se assentava justamente no controle de capitais como meio de prover estabilidade à economia internacional. Como consequência haverá um expressivo aumento de transações financeiras denominadas em dólar em mercados não americanos, fazendo aumentar significativamente o tamanho dos Euromercados.

Os Euromercados, neste contexto de desregulamentação do controle de capitais, criarão um importante ciclo de crédito fundado em fontes privadas e transnacionais, em detrimento do Investimento Direto Externo (IDE), que sofrerá uma sensível diminuição do valor total transacionado. Os países periféricos passaram a contar com a oportunidade de obter empréstimos com atraentes facilidades, sendo estes destinados, principalmente, para sanar problemas com os seus déficits em conta corrente.

Para os países que ficaram demasiadamente dependentes de empréstimos dos Euromercados, dois fatos irão afetá-los negativamente. Em primeiro lugar, o aumento dos preços do petróleo provocaria um expressivo aumento do valor de suas importações, impactando o balanço de pagamentos. Em segundo lugar, a tendência de aumento das taxas de juros os obrigaria a um maior esforço exportador para honrar os compromissos externos. Em outras palavras, mesmo tendo os juros reais se mantido constantes ao longo do período, o aumento dos juros nominais tinham um componente real aos países periféricos, pois com a diminuição dos preços das exportações, seria necessário exportar mais para pagar a mesma quantidade de juros.

Em 1971, com o abandono do padrão ouro-dólar estava se criando as condições para a expansão da moeda norte-americana em outras regiões marcando, em 1973, o “triunfo dos eurodólares”. Os Euromercados surgiram com a necessidade dos países comunistas depositarem as divisas obtidas em dólar, em bancos fora dos EUA. Londres era o principal destino destes depósitos e, inicialmente, operava o redepósito em bancos norte-americanos. No entanto, este movimento deixou de ser o padrão executado pelos bancos londrinos, passando estes a reter os depósitos, surgindo assim, as eurodivisas. Seguindo a proposta londrina, os próprios bancos dos EUA passaram a investir seus dólares em bancos situados na Europa.

A partir do final da década de 1950 as reservas em ouro da Reserva do EUA passaram a ser menores que os saldos em dólares no exterior, sendo que, provavelmente, a maior parte pertencendo a empresas multinacionais com sede nos EUA. Contudo, a partir de 1963 as reservas em ouro passaram a ser menores do que os saldos de governos estrangeiros, gerando uma ameaça à estabilidade nas relações intergovernamentais de poder.

A explosão dos Euromercados, já a partir de 1968, está diretamente relacionada à expansão de empresas multinacionais norte-americanas em virtude da descolonização afro-

asiática. Houve uma grande disputa de recursos e mercados entre os EUA e a Europa, tendo sido realizada através de IDE. Entre 1970 e 1978, o IDE dos EUA passou de US\$ 78 bilhões para US\$ 168 bilhões, enquanto o da Europa de US\$ 72 bilhões para US\$ 222 bilhões. A questão organizacional das empresas foi o fator predominante para essa expansão. Enquanto a organização comercial e produtiva da Europa, em conjunto com suas colônias, se baseou num capitalismo familiar e estatal, os EUA tiraram grande vantagem competitiva. Mas quando a Europa se reorganizou, passando a empregar métodos gerenciais e organizacionais que eram utilizados nos EUA esta vantagem diminuiu consideravelmente. Por isso, a expansão adicional das empresas norte-americanas passou a ser rivalizada num mesmo patamar (Arrighi, 1996).

A *crise sinalizadora* do sistema foi decorrência de um excesso de capitais e não por incompetência dos governos em compensar os investimentos privados com os seus próprios investimentos.

A fase de expansão material⁵, que precedeu a *crise sinalizadora*, foi possibilitada e iniciada pelo “keynesianismo militar” global do governo dos EUA e não pelas empresas multinacionais. Porém, estas se tornaram uma “pedra angular” do governo norte-americano. A conjunção entre a detenção de poder nuclear, a detenção do controle da moeda reserva de valor internacional e a atuação das empresas multinacionais, permitiu uma notável elevação do poder mundial dos EUA.

Num outro momento de inflexão, a transferência das altas finanças de Londres e Nova Iorque para Washington, provocou uma estabilização do caos sistêmico ocorrido na transição do ciclo sistêmico de acumulação inglês para o norte-americano, em outras palavras,

“... o controle sobre a liquidez mundial foi transferido da iniciativa privada para os órgãos públicos, e de Londres e Nova York para Washington. Esta fora uma condição necessária para o keynesianismo global subsequente, através do qual o governo dos Estados Unidos transformou o caos sistêmico das décadas de 1930 e 1940 no ordeiro

⁵ Ela ocorre quando os “agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial” (Arrighi, 2002, p.220).

condomínio americano-soviético do poder mundial das décadas de 1950 e 1960” (ARRIGHI, 1996, p. 318).

Entretanto, o “ordeiro condomínio” estimulou a procura de novas fronteiras, que neste momento gozavam de um ambiente de incertezas diminuído pelos capitais antes centralizados por Washington, levando a uma nova transferência para Londres e Nova York do centro dinâmico das altas finanças mundiais. A reação dos EUA na tentativa de reafirmar a centralidade do Governo na oferta de liquidez internacional ocasionará o abandono do padrão ouro-dólar, com a o governo Nixon decretando o fim da paridade. Como não havia alternativa de reserva internacional de valor a este padrão, o resultado será uma liberdade de ação sem precedentes ao governo norte-americano, com o advento do padrão dólar. Eles tinham não só as máquinas de fazer dinheiro, mas, também uma demanda quase interminável de divisas, proveniente de todo o mundo.

Grande parte dos acontecimentos na economia mundial convergia para um resultado positivo aos EUA. A vantagem de custos, obtida pelo encarecimento mundial de insumos, em razão das crescentes ameaças de choques de oferta, especialmente por parte dos países produtores de petróleo. Tal vantagem se associava a outra, relacionada à renda, em decorrência da depreciação do dólar pelo aumento de sua oferta internacional, o que estimulava as exportações. Entre os anos de 1974 e 1979 houve uma recuperação considerável dos EUA frente à erosão do IDE ocorrida nos anos anteriores, diante do avanço europeu. Este movimento foi reforçado pela liberalização completa dos movimentos de capitais ocorrida em janeiro de 1974.

Com o fim do regime de câmbio fixo houve uma multinacionalização acelerada das empresas multinacionais. Com o intuito de se precaverem contra a volatilidade da taxa de câmbio, o que causaria perdas nos lucros, o movimento natural era o de diversificar-se geopoliticamente. Esse processo impulsionou o crescimento do mercado de eurodivisas, mas não foi o elemento mais importante ao seu crescimento.

Os países do terceiro mundo dispunham da mesma racionalidade e, para se precaverem da volatilidade na taxa de câmbio e das crises que poderiam ocorrer, o que causaria, neste caso, aumento nos custos de manutenção das contas externas saneadas, passaram a exercer forte pressão, pelo lado da demanda, nestes mercados. Isto criou uma dupla pressão nos mercados de eurodivisas, induzida pelo mesmo objetivo: por um lado as empresas pressionando a oferta, a fim de garantir seus lucros; e, por outro, os países do terceiro mundo pressionando o lado da demanda, para garantir a sustentabilidade de seu balanço de pagamentos. Mas foi este último que criou as condições necessárias à expansão do primeiro.

Na década de 1970, porém, haverá uma mudança no perfil dos depositantes nos euromercados. Antes, eram provenientes dos movimentos ocorridos na economia mundial, como já explicitado anteriormente sobre as empresas multinacionais; agora, provinham dos países exportadores de petróleo, que passaram a obter ganhos colossais com o choque dos preços, os conhecidos “petrodólares”.

Com excedentes aproximados de US\$ 80 bilhões depositados em bancos europeus, o balanço de pagamentos tanto dos países consumidores como dos produtores passou a contar com um fato novo. Estes dispunham de uma considerável abundância de divisas, necessitando encontrar maneiras eficientes de alocação. Enquanto aqueles passaram a contar com uma importante oferta de liquidez, que poderia ser utilizada para diminuir as pressões sobre suas contas externas.

Ao constatarem os perigos decorrentes do aumento do tamanho do mercado financeiro denominado em dólar fora das esferas de controle do governo americano, os dez países mais ricos decidiram empreender uma ação para tentar manter certo grau de controle sobre os fluxos de capitais. A idéia era não mais destinar seus excedentes monetários oficiais ao circuito dos eurodólares, centralizando seus depósitos no Banco da Inglaterra, em Londres. Para a obtenção de resultados efetivos seria necessária a emergência de mecanismos

regulatórios à atividade bancária, mas ao pressentirem uma ameaça real à liberdade de ação, os capitais migraram para regiões distantes das tradicionais de eurodivisas, tendo como principal destino antigas colônias inglesas. A tentativa, por parte das dez economias mais ricas do mundo, de controlar os fluxos de capitais não logrou o sucesso esperado, ao contrário, mais uma vez, fomentou uma surpreendente e eficaz reação dos capitais.

As tendências de aumento explosivo do crescimento dos mercados de eurodivisas foram reforçadas pelo governo norte-americano através de sua política monetária e de dois patamares de preços do petróleo, além da completa liberalização dos empréstimos e investimentos no exterior. Tendências inflacionárias nos lucros do petróleo e dos fluxos de recursos entre as corporações passaram a ser criadas através dos incentivos financeiros (em dinheiro) dados às empresas multinacionais para a apropriação de reservas energéticas em todo o mundo.

Anteriormente, os outros países que não os Estados Unidos tinham que manter seus balanços de pagamentos numa espécie de equilíbrio. Tinham que “ganhar” o dinheiro que desejassem gastar no exterior. Agora, podiam tomá-lo emprestado. Com uma liquidez aparentemente capaz de expandir-se infinitamente, os países considerados dignos de crédito deixaram de ter qualquer barreira externa aos gastos no exterior. (...) Nessa situação, um déficit no balanço de pagamento já não trazia, por si só, um freio automático à inflação interna. Os países em déficit podiam tomar empréstimos indefinidamente junto à mágica máquina de liquidez. Muitos (...), portanto, aliaram-se aos Estados Unidos para evitar qualquer ajuste real nos preços mais elevados do petróleo. Não surpreende que a inflação mundial tenha continuado a se acelerar durante toda a década e que o medo de uma quebra do sistema bancário privado se tornasse cada vez mais nítido. Mais e mais dívidas foram ‘reescaloadas’, e vários países pobres tornaram-se flagrantemente insolventes (CALLEO, 1982, p. 137-8 apud ARRIGHI, 1996, p. 324).

A dinâmica da *crise sinalizadora* da década de 1970, segundo Arrighi, não demonstrou novidade em relação às anteriores. A expansão material e comercial sempre provocou uma tendência à taxa decrescente dos lucros. Portanto, frente à realidade de incrível expansão do pós-guerra teria sido mais apropriado não reinvestir na produção. Mas, ao mesmo tempo, uma expansão financeira que não pudesse ser controlada pelo centro hegemônico poderia causar uma situação iminente de crise. Contudo, mesmo com a política monetária dos EUA incentivando o investimento produtivo, os capitais continuavam a ser

drenados para os mercados de eurodivisas, aumentando a oferta de liquidez internacional de fontes não oficiais.

Como conseqüência, os ganhos de *seignorage* não estavam mais originalmente garantidos, pois os dólares emitidos pelo governo norte-americano estavam sendo drenados para os mercados de eurodivisas - os realimentando -, enquanto os países com problemas no balanço de pagamentos visualizavam uma solução tentadora de curto prazo, através da enorme oferta de divisas provenientes de fontes privadas.

Houve, nesse período, uma verdadeira corrida por crédito internacional. Surgiu, também, a imagem de uma justificativa “econômica” para a efetivação dos empréstimos, na qual deveriam priorizados os países “dignos de crédito internacional”. Dessa maneira, tentava-se criar um ambiente de segurança, onde as incertezas seriam diminuídas, pois os “não dignos” estariam fora do sistema, enquanto os “dignos de crédito” seriam estimulados a contrair mais empréstimos, sob pena de arcar com um alto custo de oportunidade, por estarem perdendo uma oportunidade única de obter recursos baratos na quantidade necessária.

Conforme já observado, todos esses elementos faziam parte do estágio de desenvolvimento capitalista, o qual estava passando por uma expansão financeira. Nas fases de expansão financeiras sempre ocorreram dois tipos diferentes de concentração de capital. O primeiro se deu nas estruturas do ciclo de acumulação que estava chegando ao final, enquanto o outro prenunciou a emergência de um novo ciclo de acumulação. No caso dos EUA, o período do governo Reagan pode ser considerado como tendo ocorrido uma acumulação de capital do primeiro tipo, isto é, renunciando o final do ciclo vigente.

Como contraposição à tendência de superação sistêmica do pólo hegemônico, algumas medidas significativas foram adotadas no final da década de 1970 e início da década de 1980: i) houve um aumento agressivo das taxas de juros reais com vistas a disputar o capital circulante internacional; ii) uma total desregulamentação do controle de capitais no interior

dos EUA, pressionando a migração de capitais para Nova York; iii) criação do maior endividamento da história, mesmo com Reagan tendo sido eleito com a promessa de equilibrar o orçamento, elevando o déficit público de US\$ 74 bilhões e a dívida pública de US\$ 1 trilhão em 1981 para US\$ 300 bilhões anuais e US\$ 4 trilhões respectivamente, em 1991; iv) escalada na disputa pelo poder mundial com a União Soviética, através da exibição do poderio militar em conflitos ao redor do mundo (Arrighi, 1996). Em relação a este ponto, podemos observar que,

como em todas as expansões financeiras anteriores (...) a mobilização da ‘vara de condão’ que dota o dinheiro estéril do poder de procriação, sem a necessidade de ele se expor aos problemas e riscos inseparáveis da iniciativa produtiva (...) associou-se mais uma vez a uma escalada da luta interestatal pelo poder. E foi a competição pelo capital circulante, ocasionada por essa escalada mais recente na luta interestatal pelo poder, que, mais uma vez, (...) criou as melhores oportunidades para o capitalismo ocidental desfrutar de mais um ‘momento maravilhoso’ de riqueza e poder sem precedentes (ARRIGHI, 1996, p. 328).

A contra-ofensiva dos EUA, no final da década de 1970 e início de 1980, foi justificada pelo risco que havia da perda do privilégio de *seignorage*, além da ameaça direta empreendida pela Comunidade Européia, ainda em 1972, com a criação da chamada “serpente monetária”, que limitava as margens de flutuação entre suas moedas. Outra possível ameaça vinda do continente europeu, ante a contínua desvalorização do dólar, foi a criação, em dezembro de 1978, do Sistema Monetário Europeu. No mesmo período é criada uma Unidade Monetária Européia, que significava uma atitude preventiva frente à crise de desconfiança com o dólar, através da disponibilização de uma alternativa viável à substituição daquele como reserva de valor internacional.

Uma outra justificativa era a necessidade de recuperar os ganhos de poder aquisitivo obtidos pelo terceiro mundo e reaver a situação de explosão do valor real dos salários. O primeiro aspecto foi causado pela necessidade que havia de reciclar os petrodólares, que gerava uma enorme abundância de capital, dotando os países do terceiro mundo de opções que os permitiam sair do tradicional enquadramento do governo norte-americano. Enquanto o segundo era decorrência das políticas de ganhos de bem-estar da Guerra Fria. Era

fundamental, para os EUA, manter-se no controle do poder aquisitivo mundial, pois, assim, inibia o poder de atuação de possíveis concorrentes.

Apesar de não controlar diretamente os mercados transnacionais do dólar, o governo norte-americano poderia transformar os euromercados numa arma “potente e invisível na busca interna e global de poder”. Mas não eram conhecidos os meios necessários para tal. O presidente da Reserva Federal dos EUA irá reagir à crise de confiança no dólar através da promoção de uma aliança estatal com as altas finanças, provocando resultados catastróficos para o setor produtivo, para os trabalhadores e para os países que haviam se beneficiado do ciclo de crédito criado pelos euromercados. Como consequência, o período subsequente será marcado por uma letargia da economia mundial.

1.2.3 – As relações internacionais no período

A década de 1970 foi constituída de incertezas. No campo das relações internacionais ocorreu a mudança de uma situação de bipolaridade para uma nova situação multipolar, enquanto no campo econômico, como já analisado, houve uma profunda mudança de paradigma tecnológico e industrial capitalista. Estes elementos serão fundamentais aos arranjos realizados no Sistema Internacional nas décadas seguintes.

Durante toda a década de 1960 ainda predominava um estado de coexistência pacífica, mesmo que já houvesse sinais de uma distensão entre as duas principais potências. A crise dos mísseis em Cuba e a crise de Berlim, juntamente ao encontro entre Kennedy e Krushchev,

ocorrido em Viena, no ano de 1961, foram os principais fatos indutores da transição a um ambiente de *détente*⁶.

Os EUA e a União Soviética passaram a conviver numa situação em que eram ao mesmo tempo inimigos e parceiros. A assinatura, em 1968, do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) anunciava uma nova fase das relações entre as duas potências, mesmo tendo havido uma reação generalizada em defesa da não assinatura do TNP, especialmente pelos países do Terceiro Mundo. A Índia, por exemplo, demonstrará radicalmente sua posição quanto ao TNP em 1974 ao detonar sua primeira bomba nuclear. Mesmo com as reações contrárias, esse viria a constituir-se o primeiro “marco de concertação” entre os EUA e a União Soviética.

Havia uma leitura acerca do Tratado que o entendia como uma forma de conter o desenvolvimento tecnológico dos países que ainda não possuísem o domínio sobre a energia nuclear. Adotando este posicionamento, pode-se afirmar que a resistência, de modo geral, não era por não ser mais permitida a pesquisa para a produção de armas nucleares, após sua assinatura, mas sim pelo cerceamento que ocorreria no campo das pesquisas para destinação pacífica da tecnologia nuclear. Os desdobramentos dessa preocupação são latentes até os dias atuais, especialmente em relação aos países considerados *estados párias*, para os EUA. A América Latina a fim de se prevenir contra os constrangimentos que seriam gerados pela assinatura do TNP promoveu a construção e assinatura de outro tratado, o de Tlatelolco, em 1967, que criava zonas livres de armas nucleares, mas liberava a pesquisa tecnológica para fins não beligerantes.

O segundo “marco de concertação” se traduziu no Plano SALT (Strategic Arms Limitation Talks), - que previa a limitação da construção e manutenção em arsenais de armas estratégicas -, anunciado em 1968 e que seria desdobrado em duas partes

⁶ Détente: “afrouxamento ou distensão nas relações tensas entre nações ou governos”. *Dicionário Aurélio Eletrônico*.

... um acordo provisório inicial e um tratado. Em maio de 1972, era assinado em Moscou, por Nixon e Brejnev, o acordo Salt, que previa o congelamento, por cinco anos, do desenvolvimento e da produção de armas estratégicas bem como o controle sobre os mísseis intercontinentais e lançadores balísticos submarinos (...) [da] viagem de Brejnev aos Estados Unidos (...) [e do] processo negociador resultou enfim o Tratado Salt, que reordenava a inserção internacional das duas superpotências em clima de *détente* (Saraiva (org.), 1997, p. 283-284).

A Conferência de Helsinky, que tratava sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (CSCE), ocorrida em 1975, selaria a *détente*. Brejnev e Ford em conjunto com todos os chefes de Estado e Governo europeus assinariam o acordo final da Conferência.

A *détente* significava a possibilidade das duas superpotências administrarem o planeta sobre novas bases, diferentes daquelas da Guerra Fria, possibilitando um reordenamento dos gastos antes destinados às despesas de segurança mundial. Em contrapartida, significava um enfraquecimento dos dois lados, diante do avanço de seus aliados rumo a fatias de poder antes exclusivas. O crescimento da importância de novos centros, como o Japão, a Europa e o Leste Asiático, foram resultado das condições mais propícias ao seu avanço, como consequência direta do descongelamento do poder mundial.

Desde a assinatura do Acordo Salt, em 1972, em Moscou, até a Cúpula de Vladivostok, em 1974, entre Brejnev e Ford, havia uma forte sinalização da consolidação do distensionamento entre as duas partes. O governo norte-americano já tinha adotado medidas práticas para uma aproximação em outros campos, que não fossem apenas os diplomático-militares. Em 1969 foi assinado o Export Administration Act, permitindo maior flexibilidade dos mecanismos de exportação para o leste europeu e para a União Soviética. Como consequência, entre 1970 e 1975, houve uma quadruplicação das exportações do ocidente para o leste⁷, impulsionadas pela crescente demanda da União Soviética por produtos agrícolas e manufaturados diversificados. Além disso, “a emenda Jackson, de dezembro de 1974, e o próprio acordo comercial de outubro de 1972 garantiram aos soviéticos, nos EUA,

⁷ Quando a palavra leste não vier acompanhada de qualquer qualificativo que especifique sua definição (leste europeu, p. ex.), então sua designação estará se referindo a todo o leste europeu e outras áreas de influência soviética, incluindo a própria União Soviética.

as vantagens da cláusula da nação mais favorecida” (Saraiva, 1997, p. 284), possibilitando um incremento fantástico nas relações comerciais entre dos dois países, passando de 200 milhões de rublos em 1971 para 3,0 bilhões de rublos em 1979.

No entanto, permaneceram tensões em algumas áreas estratégicas. A Guerra do Vietnã foi a mais evidente, pois além de ter promovido um enfrentamento indireto das duas potências no conflito⁸, ainda mudou o *status quo* da política externa dos EUA, provocando uma necessidade de reformulação ante ao refluxo pelo qual estava passando. Os acordos de Camp David, em 1978, servirão como tentativa de revitalizar a política externa norte-americana.

Diante do refluxo externo dos EUA, a União Soviética retomará algumas alianças e reforçará sua presença em áreas antes não pertencentes à sua zona de influência. Ocorrerão várias ações afirmativas do poderio soviético em países ocidentais do terceiro mundo, como em Angola, onde houve uma complementaridade entre o exército cubano e armamentos soviéticos ou como no caso da Líbia. O imobilismo norte-americano diante de algumas situações incentivou este avanço, como no caso da invasão da embaixada no Irã, em 1979 ou a invasão soviética no Afeganistão. Uma forte reação retórica se impôs, através da acusação de que a União Soviética teria usado o Tratado SALT para ultrapassar os EUA em poderio militar.

A partir do ressurgimento europeu no pós-guerra, começa a haver uma busca pela conformação comunitária de poder que existira no século XIX. Não havia nenhuma limitação, de qualquer tipo, à idéia dos países abrirem mão de uma parcela de sua soberania individual para poder exercê-la de uma maneira mais qualificada diante de uma inserção coletiva no Sistema Internacional. Isto não significava que haveria uma perda total na autonomia de elaboração de suas políticas externas individuais, como no caso inglês e francês, em que as

⁸ Um exemplo do enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra do Vietnã foi o caso da derrubada de aviões bombardeiros norte-americanos por mísseis antiaéreos fornecidos pelos soviéticos aos vietnamitas do norte. Os bombardeios aéreos cessaram e o fornecimento de armas mais poderosas (como mísseis) também cessaram por parte dos soviéticos. Era buscada uma situação de equilíbrio no nível de destruição dos armamentos utilizados.

políticas externas elaboradas para uma atuação individual sempre caminharam juntas àquelas construídas coletivamente. Isto significava uma alternativa de poder frente à rígida estrutura bipolar até então vigente.

Os movimentos de unificação da Europa promoveriam uma sensível alteração em seu posicionamento na economia mundial. A “Europa dos Nove” alcançava, em 1973, o segundo lugar no poder econômico mundial. Vários eventos ocorreram no sentido de afirmar o caminho rumo à unificação europeia, como

a Conferência de Lomé, em 28 de fevereiro de 1975, que celebrou uma convenção da Comunidade Europeia com 46 Estados africanos, do Caribe e do Pacífico, estabeleceu tratamento preferencial para os produtos das antigas regiões coloniais nas suas ex-metrópoles. No ano seguinte, em 22 de novembro de 1976, o Plano Davignon de reestruturação siderúrgica europeia era apresentado com grande aceitação pelos Estados membros. Em 15 de Outubro de 1978, era decidido instaurar, a partir de 1º de janeiro de 1979, um sistema monetário europeu, que terminou sendo realmente implantado a partir de março. Entre 7 e 10 de junho de 1979 eram realizadas as primeiras eleições indiretas para o Parlamento Europeu. E, em 31 de outubro do mesmo ano, era realizada a Segunda Conferência de Lomé (Saraiva (org.), 1997, p. 289).

Apesar de ser longa a citação, o exercício serve para pontuar o denso movimento e a importância que era dada pelos países europeus à sua unificação. A entrada de Espanha, Grécia e Portugal, após o fim de suas ditaduras viria a criar a “Europa dos Doze”, apontando para a consolidação crescente da opção associativa europeia.

Na América Latina houve uma continuação do movimento pendular entre a busca de autonomia e a inclinação pela manutenção do vínculo automático ao Ocidente de modo geral e aos EUA em particular. Por outro lado, graças à sua tradição pacifista de resolução de controvérsias e sua pouca preocupação com a evolução de tensões localizadas em outras regiões do mundo, a *détente* permitiu que a América Latina ganhasse espaço no Sistema Internacional. A região, neste sentido, foi totalmente “desideologizada”.

Diante do crescimento da cooperação com outras áreas, como o Japão e a Europa e o Eixo Sul-Sul, que incluía a África e a Ásia, a América Latina conseguiu atenuar a posição dos

EUA como centro dinâmico de vínculo econômico externo, permitindo que os três mais importantes países da região, às suas maneiras, reagissem à nova conjuntura.

O México continuou com seu modelo de inserção internacional, gozando de certa autonomia, com um discurso em prol da defesa intransigente da autodeterminação dos povos. A Argentina não teve seu padrão de inserção alterado, pois passava por uma complicada fase de transição do segundo peronismo para o Processo de Reorganização Nacional. O Brasil foi o país que melhor soube aproveitar as oportunidades criadas pela especificidade daquele momento, utilizando, principalmente, do pragmatismo para promover sua inserção internacional.

Nos continentes asiático e africano o surgimento de novos atores com importância no cenário regional causará impactos no Sistema Internacional. O Vietnã, a Índia, a China e o Japão serão os países que mais se evidenciarão, num processo de ruptura com a ordem em que estavam inseridos.

O Vietnã, que tinha um claro projeto expansionista, desafiava os EUA ou a China, nos momentos em que lhe era mais oportuno, traduzindo numa ação prática, através da ocupação do Laos e do Camboja, suas pretensões. Apesar do conflito com os norte-americanos ter acabado em 1973, haverá uma poderosa ofensiva comunista em 1975, com a justificativa de “se proteger da China”.

A Índia, mesmo dispondo das forças armadas mais profissionais da região e tendo inclinação para a zona de influência soviética, não promoveu uma ruptura com o Ocidente. Constrangimentos regionais serão criados desde os desentendimentos com o Paquistão pela posse da região da Caxemira, iniciados na década de 1960, até a independência de Bangladesh e a aliança entre o Paquistão e a China na década de 1970. Como demonstração de poder, detona sua primeira bomba atômica em 1974, diminuindo parcialmente as tensões na região.

A China promoverá uma mudança de seu status isolacionista para projetar-se como um novo, e consistente, centro de poder na Ásia. A retórica diplomática concentrou-se nas críticas ao congelamento bipolar do poder, operando um efetivo movimento de reaproximação com os EUA. O equilíbrio na região voltaria a ser alcançado, visto que a Índia era considerada pertencente à zona de influência soviética. Em 26 de outubro de 1971 passará a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, evento ocorrido após uma visita secreta de Kissinger a Pequim em julho de 1971.

O Japão passará a trilhar um caminho rumo ao posto de segunda maior economia do mundo, aproveitando as brechas deixadas pelos EUA. No campo político reconhece a China continental como possuidora de um governo legítimo e, em 1978, assina vários tratados de paz e amizade com seu gigante vizinho, superando séculos de rancor provocados pela vocação expansionista japonesa na região.

No Oriente Médio, desde a crise de Suez, em 1956, até a crise de maio de 1967, há uma constante situação conflitiva. Apesar dos avanços da *détente*, elementos da guerra fria ainda se faziam sentir, compondo momentos beligerantes como a Guerra do Yom Kippur, em 1973 e a Guerra Irã-Iraque, em 1980.

Na África, uma grande onda de revoluções se alastrará pelo continente. No contexto da Revolução dos Cravos, ocorrida em 1974, em sua antiga metrópole Portugal, ocorrerão as independências de Angola e Moçambique, no ano de 1975. Numa posição mais complexa, Angola era símbolo dos interesses das duas superpotências na periferia do sistema, pois era o centro de uma disputa pelo controle da África Austral e das rotas de petróleo e minerais do Atlântico Sul.

A década de 1970 fora marcada, também, pelo surgimento de uma contestação real terceiro-mundista à situação do controle dos mecanismos de acumulação de riqueza sob o controle de poucos países. Em 1964 essa contestação assumira a forma de um comum acordo

na busca pelo igualitarismo na próxima década, como resultado da reunião de 120 nações na Reunião da UNCTAD.

No entanto, houve mais frustrações do que sucessos alcançados na busca pelo igualitarismo. As alardeadas “Décadas do Desenvolvimento” da ONU – 1960 e 1970 – produziram, de maneira geral, conquistas limitadas aos países do terceiro mundo, mas, por outro lado, apesar de os textos aprovados na UNCTAD apontarem a necessidade de desenvolver os países atrasados, os fóruns de debates e deliberações oferecidos pela ONU eram mais utilizados para proferir inflamados discursos do que para apresentar propostas concretas de solução aos problemas que os afligia. Outro elemento que divergia das aspirações dos países do terceiro mundo era o congelamento de poder existente nas relações internacionais que impunham, uma não aplicabilidade de qualquer ação mais direta rumo a mudanças no status desse congelamento. O Movimento dos Não Alinhados surgiria como uma reação política ao cenário econômico estático.

Apesar da pouca margem de ação, o Movimento dos Não Alinhados passou a promover diversos atos em busca de uma alternativa viável aos constrangimentos externos estabelecidos. Em 1972 é assinado um Programa de Ação em matéria econômica incluindo os Não Alinhados e outros países em desenvolvimento. Em 1975, ocorreu a grande conferência dos Não Alinhados, sobre matérias-primas. Já em 1976 é assinado em Manila um programa baseado pra cooperação econômica entre os países periféricos (Saraiva, 1997).

1. 2 Elementos da fase de transição sistêmica capitalista no início do século XXI

Essa fase de transição sistêmica, abordada nas seções anteriores, ainda não alcançou o seu final. Entendemos que há uma conexão lógica entre os eventos que tiveram início na

década de 70 do século passado e os que estão ocorrendo na década inicial do século XXI. A crise sinalizadora apontada por Arrighi pode estar caminhando para uma transição definitiva de centros hegemônicos, tal como ocorreu nas transições de Gênova para a Holanda, desta para a Inglaterra e, por fim, da Inglaterra para os EUA. O surgimento de novos centros, com potencial de contestação do poder hegemônico dos EUA, tem-se mostrado uma tendência inequívoca nos últimos anos. Essa tendência se verifica principalmente no Leste Asiático, onde a China tem experimentado uma significativa ascensão na importância de seu papel no contexto regional e mundial. Em relação a este momento é importante frisar que dele decorre um paradoxo identificado por Arrighi (2001), que o diferencia dos momentos anteriores de transição sistêmica de hegemonia: nas transições anteriores o centro que detinha o poder militar, também detinha o financeiro, enquanto na atual há uma enorme concentração de poder militar na potência declinante – os EUA, ao passo que há uma alta concentração financeira no potencial novo centro hegemônico – a China.

Este momento do Sistema Internacional, que WOOD (2003) assinala como sendo o do “*surplus imperialism*”⁹ e o da “*war without end*”, não somente é caracterizado pelo recrudescimento feito pela potência hegemônica, mas também pelo paradoxo daí decorrente, pois ante a existência de uma única superpotência, sem a incômoda subsistência de disputas geopolíticas e militares entre os principais poderes mundiais, os EUA detêm 40% de todos os gastos realizados com despesas militares no mundo. Isso é consequência da necessidade de manter toda a economia mundial sob controle, o que requer uma ação militar sem fim (WOOD, 2003).

⁹ Ellen Wood, a partir do debate acerca da fase imperialista do sistema capitalista, que tomou corpo no final do Século XIX, sugere que, logo após a II Guerra começa a surgir um “novo imperialismo”. Ele é diferente do antigo, pois agora, diferente daquele, tanto os principais poderes mundiais como os estados subordinados são independentes e soberanos. No “antigo imperialismo”, como regra geral, havia uma coerção direta dos estados subordinados, ficando estes impedidos de exercerem sua soberania da maneira como ela é conhecida na definição clássica de Estado Nacional.

O que pode ser inferido, a partir da constatação de gastos militares tão elevados, mesmo sem ameaças militares concretas é que há, por parte do governo norte-americano, uma avaliação de que os recursos necessários para a manutenção dos padrões existentes hoje em sua sociedade extrapolam as fronteiras nacionais, localizando-se nos mais diferentes locais do mundo. Como nem todos os recursos estarão localizados em Estados amistosos, além de poder existir possíveis terceiros interessados nos mesmos recursos, então há a necessidade de existir um aparato de coerção suficientemente grande para poder agir imediatamente, em qualquer região que uma potencial ameaça surja.

Para evitar que ameaças potenciais tornem-se reais e difíceis de serem erradicadas, a busca por uma vantagem de posição constitui-se como um elemento central numa estratégia construída visando alcançar condições concretas que garantam a manutenção do status de potência hegemônica. Isso se torna mais evidente num cenário mundial de constantes mudanças (CECEÑA, 2002). Portanto, para os EUA, é fundamental possuir uma capacidade de, se necessário for, dispor de instrumentos coercitivos para o alcance de seus objetivos, o que pode ser visto claramente na Figura 1. Em outras palavras,

La creación de un ambiente favorable a los intereses de Estados Unidos supone, en realidad, el sometimiento de cualquier expectativa de autodeterminación por parte del resto del mundo, así como una renuncia de hecho a la historia y cultura propias. Como es evidente, esta renuncia al propio ser requiere efectivamente de la construcción de un contexto que la haga posible y que, incluso, la haga aparecer como voluntad general. El mercado y la democracia, los dos pilares ideológicos de la ofensiva hegemónica, sintetizan esta política; no obstante, no sólo se requiere de la imposición o inducción de un imaginario amigable con estos principios y, sobre todo, con el contenido que les asigna la ideología del pensamiento único, aunque el impacto y penetración de los medios de comunicación masiva es un eficaz creador de consensos mediante la aculturación o directamente la asimilación cultural que promueve. La persuasión en este terreno no parece sin embargo suficiente, a juzgar por la gran cantidad de movimientos de resistencia o confrontación abierta que ha desatado (CECEÑA, 2002, p. 167).

Novamente a questão energética se sobrepõe às demais, na determinação do interesse nacional e seus objetivos. É patente que há uma busca por um controle estreito de toda a economia mundial pelos EUA, mas esse controle não é possível se a economia nacional não estiver funcionando num nível que permita a criação de uma base real sobre a qual o poder

projetado internacionalmente se assente. Para manter a economia nacional em movimento é extremamente importante a manutenção de oferta abundante e constante de energia, pois grande parte dos principais setores produtivos, especialmente nos EUA, são baseados em seu uso intensivo. Como nesse país a principal fonte de sua matriz energética é formada pelo petróleo e seus derivados, a evolução da estrutura econômica baseada na manutenção desse padrão, como já visto anteriormente no texto, cria uma séria dependência desse recurso – e, em última análise, de suas fontes produtoras.

Não somente o lado real da economia, porém, é afligido pela possibilidade de instabilidades no fornecimento de recursos energéticos, particularmente o petróleo. O próprio aparato utilizado para a manutenção da estabilidade das fontes fornecedoras também é diretamente afetado pelo mesmo tipo de dependência da economia real, isto é,

historicamente, foi sua importância militar – e não a econômica – a que primeiro colocou o petróleo no centro da geopolítica internacional [este um produto] basicamente produzido nos EUA ou em países “exóticos”, distantes e politicamente inseguros (FILHO, 2004, p. 309 e 311).

Fica claro, dessa maneira, que a situação enfrentada pelos EUA no presente momento histórico do Sistema Internacional, se caracteriza como um *sistema de equações simultâneas*, no qual o resultado de uma equação é diretamente influenciado pelo resultado da outra. Em outras palavras, os movimentos estratégicos adotados pelos EUA nas últimas décadas – e, sobretudo, no pós-11 de setembro –, estão ligados organicamente à necessidade de manutenção do controle da economia mundial, pois isso é fundamental, como requisito, para a manutenção de sua posição como única potência hegemônica. Todavia, para continuar com a robustez de sua própria economia nacional, (robustez esta que é necessária à provisão de recursos na corrida pela manutenção do status de grande potência), eles precisam de grande quantidade de recursos, de várias espécies, que estão localizados fora de suas fronteiras. Para garantir esses recursos existe um grande sistema de policiamento e de coerção mundial, que, por sua vez, de modo geral, é movido por um dos mais disputados recursos

internacionalmente: o petróleo. Não somente a economia, mas também a máquina de guerra é movida, primordialmente, a petróleo.

2 A QUESTÃO ENERGÉTICA NA VENEZUELA DA ERA CHÁVEZ

2.1 Contexto internacional

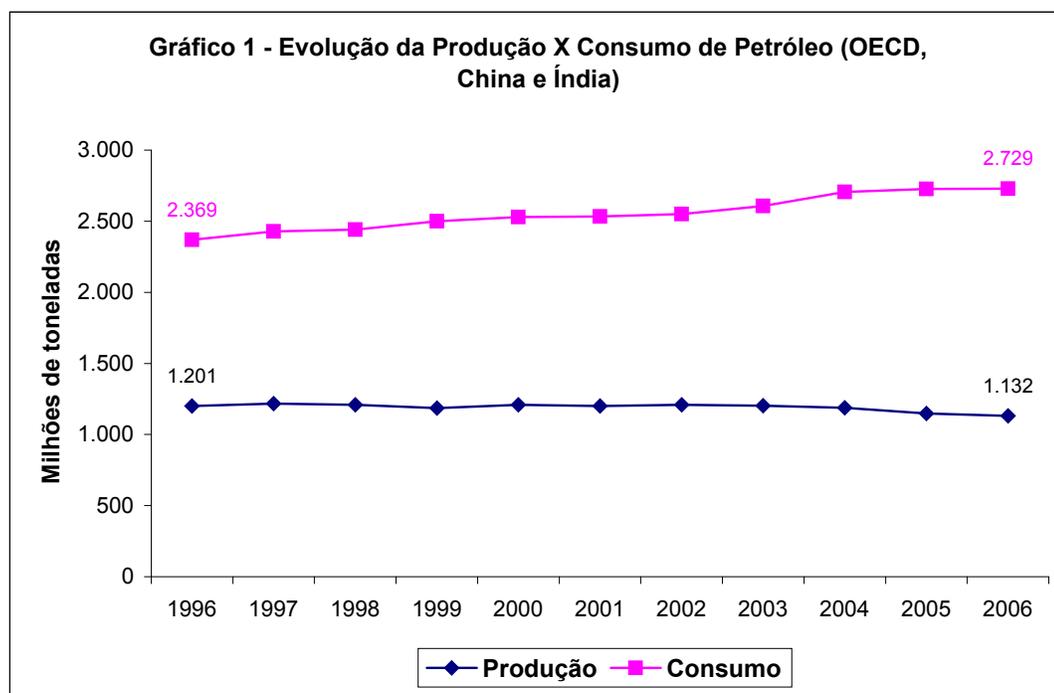
A Venezuela tem enfrentado, ao longo das últimas décadas, dois desafios igualmente de difícil solução, ambos relacionados à questão do petróleo: um interno, derivado das opções em relação à destinação da renda petroleira e outro, externo, que se deve ao aumento da demanda global por energia e o conseqüente acirramento das disputas por fontes seguras.

Para Fiori (2005), está em gestação um novo eixo geo-econômico mundial, que poderá substituir o arranjo que emergiu com o final da Segunda Guerra Mundial, sendo este, formado pelos EUA, Europa e Japão, sob a liderança norte-americana. Tal substituição significaria uma recomposição orgânica do Sistema Internacional. Para ele, o novo eixo seria formado pelos EUA, China e Índia. Essa recomposição orgânica do Sistema Internacional tem implicações para todas as relações estabelecidas verticalmente entre o atual centro hegemônico e os outros países, e para as estabelecidas horizontalmente entre os demais estados.

Uma das principais implicações é a possibilidade de buscar um lugar alternativo no Sistema Internacional, aproveitando o atual momento de transição e de enfraquecimento do poder de polícia dos EUA em nível mundial. Em outras palavras, países periféricos do sistema tem um novo espaço para tentarem uma inserção internacional diferenciada, buscando

consolidar uma melhor posição relativa frente aos outros países, posto que existe um nítido enfraquecimento dos vínculos da potência dominante com as regiões sob sua influência direta.

Nesse sentido, a questão energética, em especial a relacionada à produção e ao fornecimento de petróleo, localiza-se no centro das definições dos possíveis rumos que o Sistema Internacional irá tomar. Isto porque há uma tendência inequívoca a uma crescente disputa por fontes fornecedoras, tendo em vista que a produção interna dos principais consumidores não é suficiente para suprir sua demanda. Ao analisarmos o Gráfico 1, constituído pelos países da OCDE¹⁰ e da China e Índia, podemos observar que há um *gap* crescente entre a produção e o consumo, destes que formam o conjunto dos maiores consumidores mundiais, tornando-os cada vez mais dependentes das importações.



Fonte: BP - Statistical Review of World Energy, June 2007. Elaborado pelo autor.

Num cenário de tendência ao crescimento constante da demanda, com a impossibilidade de incrementos substanciais no lado da oferta, fica evidente que, para manter

10 Países que formam a OCDE: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos.

um fluxo estável no volume necessário ao atendimento da demanda, os arranjos feitos via mercado, através da simples sinalização de preços, não serão suficientes. O petróleo passa a figurar, dessa maneira, como em nenhum outro momento da história, não mais como uma *commodity*, mas sim como um elemento estratégico para a segurança nacional de vários países.

O crescente papel estratégico assumido pelo petróleo incidirá com magnitudes diferentes nos países fornecedores e importadores, e dentro dos elementos de cada um desses conjuntos. Isso se deve à posição que cada um ocupa ou ocupará na reordenação em curso da composição orgânica do Sistema Internacional. Nesse sentido, assumem destaque, pelo lado dos grandes importadores (e, por consequência, fortemente dependentes de fontes seguras de fornecimento), a China, a Índia, os Estados Unidos, o Japão e a Europa. Do lado dos grandes produtores/exportadores, além das tradicionais regiões do hemisfério oriental, a África e a América Latina. Esta última, em grande parte, pela proximidade com os EUA e pelos processos políticos em curso, que têm alterado significativamente, em alguns países, a atuação do Estado frente a seus recursos estratégicos. Entre esses países destaca-se a Venezuela.

Na China, a demanda por energia tem crescido vertiginosamente nos últimos anos, tornando o tema do fornecimento seguro nas próximas décadas um dos elementos centrais da agenda de segurança nacional. A movimentação ocorrida em direção à África, América Latina e Rússia reflete a preocupação chinesa com a escassez latente de petróleo e a tentativa de estabelecer acordos, ou, ao menos, manter uma proximidade consistente, que possibilite acordos futuros para fornecimento de petróleo e outros recursos energéticos. Até mesmo os estados intitulados pelos EUA de “*pariah oil states*”, como o Sudão, o Irã, Cuba e Venezuela integram a estratégia chinesa.

A produção de petróleo da China foi, em 2001, de 3,3 milhões bpd¹¹, enquanto seu consumo foi de 5,0 milhões bpd, levando-a a importar aproximadamente 44% do petróleo consumido internamente¹². No ano de 2006 sua produção evoluiu para 3,6 milhões bpd, representando um aumento de 9%, enquanto seu consumo foi de 7,4 milhões bpd, significando um aumento de 48%¹³. Apesar de já ser demonstrada, entre os anos de 2001 e 2006, uma tendência a um aumento considerável da demanda por importações, um aumento acelerado e ainda mais significativo fica evidente ao serem apreciadas as projeções para as próximas décadas. A projeção de consumo de petróleo da China para 2025 é de 12,8 milhões bpd, enquanto a de produção é de 3,4 milhões bpd¹⁴, ou seja, a necessidade de importação representará 74% de todo o seu petróleo consumido.

Entretanto, o principal elemento perturbador do desenho da estratégia chinesa para sua segurança energética não é a necessidade de buscar novas fontes e consolidar as existentes, mas sim os EUA, em outras palavras,

“as análises geopolíticas nas quais a China delinea sua estratégia para segurança energética mostram uma constante onipresença de um país: Os Estados Unidos. Os planejadores chineses de segurança energética devem levar em consideração o voraz consumo de petróleo importado da América, suas alianças estratégicas com outros grandes importadores de óleo na Ásia, suas operações militares marítimas no coração da principal região produtora, seu domínio naval sobre as rotas mundiais de transporte de petróleo e a dominação global de companhias petrolíferas dos EUA ou de multinacionais do petróleo pesadamente capitalizadas por investimentos norte-americanos. Este é o contexto no qual a China persegue sua segurança energética, às vezes gentilmente descrita como ‘conservação e diversificação de oferta’, que mascara a real luta da nação para satisfazer seu rápido crescimento da necessidade de energia, sem expor seus limites de sobrevivência energéticos para forças externa que podem, intencionalmente ou não, trair os interesses da China” (Blair; Yali; Hagt, 2006, p. 32, *tradução nossa*).¹⁵

¹¹ BPD: barris diários de petróleo.

¹² BLAIR; YALI; HAGT, 2006, p. 37.

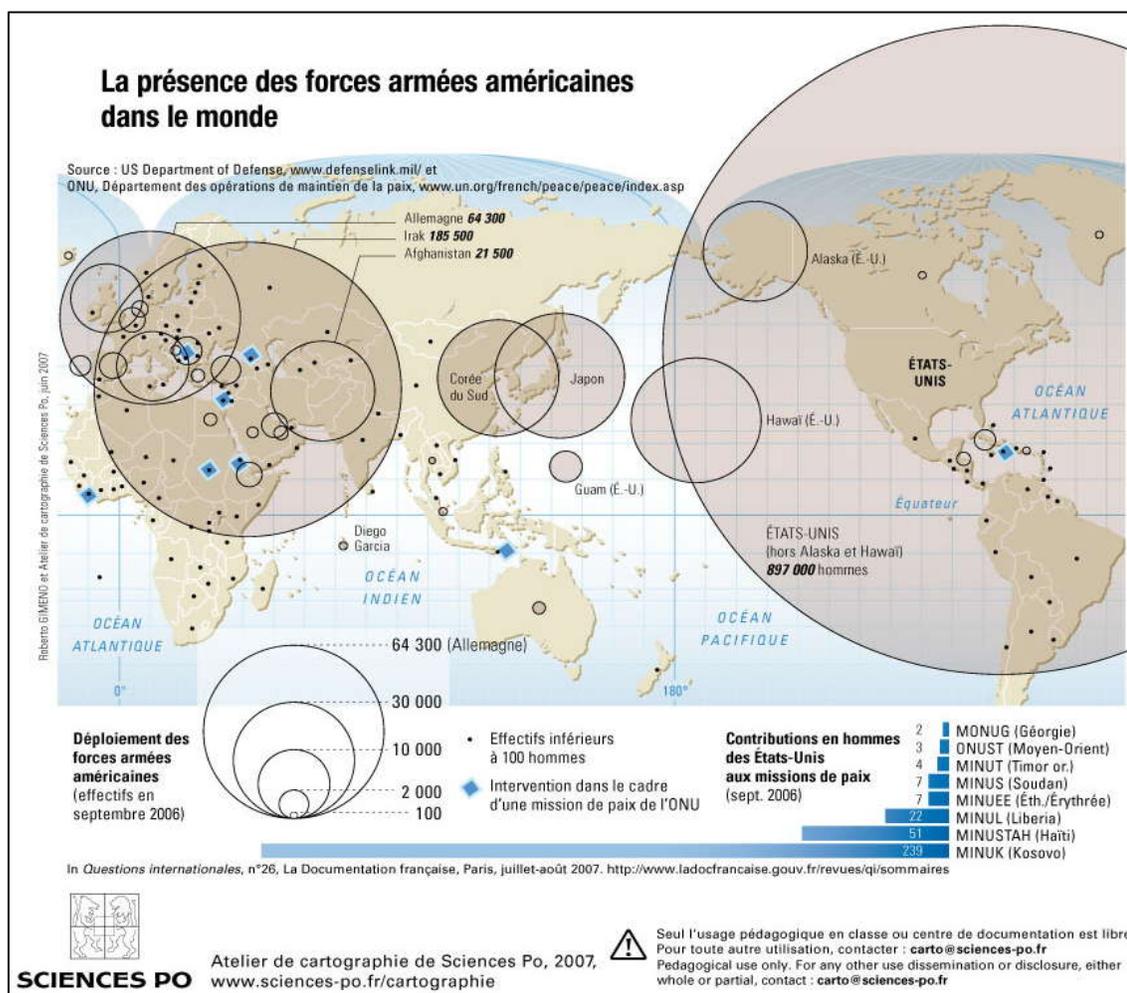
¹³ BP - *Statistical Review of World Energy, June 2007*

¹⁴ BLAIR; YALI; HAGT, 2006, p. 37.

¹⁵ The geopolitical canvass on which China plots its strategy for energy security displays a ubiquitous presence of one country: the United States. Chinese energy security planners must reckon with America's ravenous consumption of imported oil, its strategic alliances with other heavy importers of oil in Asia, its overseas military operations in the heart of the world's leading oil producing region, its naval dominion over the world's oil transportation routes, and the global domination of U.S. oil companies or multinational oil companies heavily

Fica claro pelo exposto acima que existe uma preocupação muito grande com o papel a ser desempenhado pelos EUA em relação às regiões produtoras. O aumento da dependência externa desse país, derivado da expansão observada na economia nos últimos anos, aliado ao incremento da presença norte-americana no Oriente Médio, justificam todas as preocupações por parte dos “*chinese energy security planners*”. A figura 1 mostra que tais preocupações são não triviais, pois há uma situação concreta de constrangimento no Sistema Internacional, derivada de uma crescente presença militar dos EUA.

Figura 1: Presença de tropas dos EUA no mundo (2006)



Fonte: Sciences-Po, disponível em: <www.sciences-po.fr/cartographie>.

capitalized by American investment. This is the context in which China pursues its energy security, sometimes blandly described as ‘conservation and diversification of supply’, which masks the nation’s real struggle to satisfy its rapidly growing energy needs without exposing its energy lifelines to external forces that may, intentionally or not, betray China’s interests (Blair; Yali; Hagt, 2006, p. 32).

A situação da Índia é, talvez, ainda mais delicada do que a chinesa. Ela consome uma quantidade anual três vezes maior do que sua produção. Em 2006 sua produção foi de 807 mil bpd, enquanto seu consumo totalizou 2,6 milhões bpd. Essa situação a torna extremamente vulnerável a alterações nos arranjos internacionais das redes de produção e fornecimento de petróleo.

O Japão e a Coréia do Sul também são altamente dependentes de fontes externas de petróleo para suas demandas, pois, a exemplo da Índia, não podem contar com uma produção nacional suficiente para supri-las. A estagnação da economia japonesa nos últimos anos não permite apontar que tem ocorrido ou que ocorrerá uma redução significativa em sua dependência de petróleo importado, pois, apesar de estar ocorrendo uma queda no consumo nos últimos anos, este ainda representou, em 2006, 6% do total mundial. Ao contrário do Japão, a Coréia do Sul tem apresentado uma tendência consistente de aumento em seu consumo de petróleo. Em 2006, ele representou 2,7% do total mundial.

Fora da Ásia, na Europa, também tem havido vários movimentos, em especial direcionados aos países da antiga União Soviética, com vistas a consolidar e estabelecer novos vínculos com essa que é a sua principal região fornecedora¹⁶. As instabilidades no Oriente Médio podem atingir mais severamente a Europa do que os EUA, pois, ainda que este o tenha como maior fornecedor, a participação relativa no quantum importado é menor que a da Europa.

Neste cenário, em que há uma crescente dependência de atores importantes da economia mundial por fontes seguras de petróleo, conjuntamente a um indubitável crescimento da demanda absoluta por petróleo, os países fornecedores têm um papel igual a nenhum outro na história do capitalismo. Entre eles, incluem-se países do Oriente Médio, da Ásia e América Latina. Em outros momentos, apesar de já serem importantes ofertadores

¹⁶ A Europa importou, em 2006, aproximadamente 665 milhões de toneladas de petróleo. Desses, 44 % originaram-se nos países da antiga União Soviética, enquanto 24 % nos países do Oriente Médio. *Fonte: BP - Statistical Review of World Energy, June 2007.*

internacionais, esses países não tinham as condições sistêmicas existentes hoje para lhes permitir margens de manobras significativas, mesmo que houvesse aumentos expressivos nos preços desse mineral.

A década de 70, por exemplo, foi marcada por grande volatilidade nos preços do petróleo por perturbações tanto do lado da oferta, como do da demanda. Entre 1970 e 1973 os preços praticamente dobraram, pressionados pelo aumento da demanda internacional. A tendência de elevação dos preços sinalizou para várias empresas a possibilidade de tais aumentos ganharem velocidade e chegarem a valores exorbitantes, levando-as a adotarem medidas preventivas, sendo a principal delas o aumento dos estoques. Contudo, ao adotarem essas medidas, houve um aumento de pressão do lado da demanda, provocando uma aceleração ainda maior no nível de preços. Entretanto, os EUA eram fornecedores de última instância e, ao exercerem esse papel, estabilizaram os preços, impedindo que houvesse uma grande crise. Em 1979 não foi possível mais o exercício dessa função pelos EUA, causando assim um choque muito mais forte que em 73, com conseqüências para todos os países do mundo.

No momento atual, várias condições conjunturais e estruturais permitem que sejam vislumbradas possibilidades de alargamento do atendimento aos interesses nacionais. De maneira diversa àquela época, hoje há uma possibilidade de rivalização econômica direta com os EUA, através da China. Isto faz com que a disputa por fontes fornecedoras de recursos energéticos, visando garantir a manutenção ou a melhora do crescimento desses países e, conseqüentemente, suas posições relativas no Sistema Internacional, crie afrouxamentos do poder de polícia das grandes potências em algumas regiões, permitindo aos países periféricos buscar uma inserção internacional em melhores condições.

A Venezuela surge, neste cenário, a partir do início dos anos 2000, como um ator que requer reiterada atenção pelos EUA. Isto se deve às mudanças políticas ocorridas com o início

da Era Chávez, o que prejudicou consideravelmente os interesses norte-americanos. Com o aumento estrutural da demanda global por energia e o conseqüente acirramento das disputas por fontes seguras, a manutenção das fontes tradicionais torna-se uma questão de segurança nacional.

Contudo, do outro lado, quanto maior for a autonomia dos países produtores, em relação aos centros em disputa, maiores serão as possibilidades de uma inserção internacional com menores constrangimentos. A exemplo da Venezuela, a busca por tal autonomia poderá vir de várias maneiras, seja através das mudanças dos marcos legais que regem a questão petrolífera, seja através da aproximação com centros alternativos, enfim, quaisquer meios que permitam uma mínima margem para o relacionamento externo de acordo com os interesses nacionais.

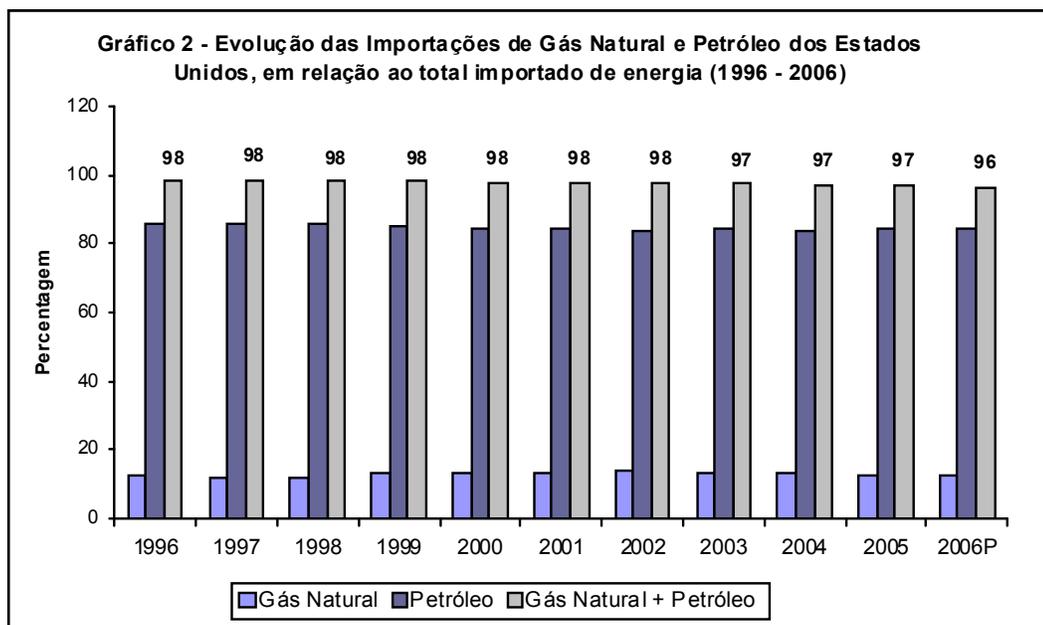
2.2 Os Estados Unidos e a nova Política Energética Nacional (NEP)

Os EUA, cientes da importância que a questão energética terá para o futuro dos países que compõem o Sistema Internacional, iniciaram, a partir dos primeiros meses do governo George W. Bush, em 2001, uma corrida para garantir a estabilidade do fluxo de petróleo para dentro de suas fronteiras. As importações de petróleo, pela primeira vez na história tinham superado a barreira dos 50%, além disso, havia um grande clamor interno por causa dos “apagões” na Califórnia, ocorridos no ano anterior.

Bush definiu como prioridade para seu governo a questão energética. Por diversas razões a resposta à crise energética era um tema crítico, pois

para começar, a abundância de energia é essencial para a saúde e rentabilidade de muitos dos setores líderes dos EUA, entre eles a indústria automotiva, a aeronáutica, a construção, a petroquímica e a agricultura. Conseqüentemente, qualquer escassez de petróleo é especialmente crítica para a economia estadonindense porque constitui a fonte de dois quintos da provisão total de energia do país – superando qualquer outra fonte – e porque fornece a maior parte do combustível para o transporte. Além disso, é absolutamente essencial para a segurança nacional dos EUA, já que move a vasta frota de tanques, aviões, helicópteros e barcos que constituem a coluna vertebral de sua maquinaria de guerra” (Klare, 2004, p. 202).

Visando superar a crise energética, o governo determinou que se fizessem estudos para determinar quais as alternativas possíveis. Duas opções se delinearam inicialmente: a primeira era a de manter o consumo a taxas crescentes, mesmo sabendo que a produção interna está diminuindo e, conseqüentemente, a dependência por fontes externas iria também crescer; a segunda opção apontava para o aumento do consumo de energia de fontes renováveis, diminuindo a participação do petróleo na matriz energética. Para responder ao desafio de determinar quais opções os EUA deveriam escolher, foi criado o *National Energy Policy Development Group* (NEPDG), chefiado pelo vice-presidente, Dick Cheney. No Gráfico 2 podemos observar a intensidade da dependência dos EUA por importação de petróleo.



Fonte: EIA. Elaborado pelo autor.

O relatório final do NEPDG foi anunciado por Bush no dia 17 de maio de 2001 e ficou conhecido como *National Energy Policy* (NEP). O relatório parecia indicar uma opção pela segunda alternativa, ou seja, diminuição da dependência externa, através do aumento dos investimentos em fontes alternativas. Contudo, o efeito foi mais retórico do que prático. Uma das primeiras medidas sugeridas era melhorar a eficiência do uso energético e ampliar as áreas nacionais de produção, como o refúgio da vida silvestre *Artic National Wildlife Refuge* no Alasca (KLARE, 2004). Essas opções foram rechaçadas, pois depararam com uma ampla rejeição na sociedade civil organizada (especialmente em relação à questão do Refúgio) e em setores tradicionais, que não assimilaram as idéias de racionalização do uso e mudança de fontes.

Em realidade, a opção adotada foi a de aumentar a dependência externa, contudo, vinculada à necessidade de criação de um ambiente propício ao aumento da oferta global e de melhora nas relações com os países produtores. No capítulo oito do relatório do NEP consta a seguinte prescrição:

Nós precisamos fortalecer nossas alianças comerciais para aprofundar nosso diálogo com os maiores produtores de petróleo e trabalhar para aumentar a produção de petróleo no Hemisfério Ocidental, África, Cáspio, e outras regiões com abundantes recursos de petróleo¹⁷ (NEP, 2001, cap. 8, p. 3).

O relatório prescreve ainda que para facilitar o acesso a fontes produtoras, quaisquer obstáculos que dificultem o aumento ao provimento de petróleo para os EUA devem ser removidos, independente de sua natureza, ou seja, podem ser políticos, econômicos, legais, logísticos (NEP, 2001). Nesse sentido, constituiriam sérios obstáculos ao aumento dos fluxos de petróleo aos EUA, governos de orientação contrária aos seus interesses; guerras; revoluções; etc.

A implantação do plano energético de Cheney, contido na NEP

¹⁷ We need to strengthen our trade alliances, to deepen our dialogue with major oil producers, and to work for greater oil production in the Western Hemisphere, Africa, the Caspian, and other regions with abundant oil resources.

também estava destinada a ter implicações significativas para a política de segurança estadonidense e para o envio e uso efetivo das forças militares estadonidenses. Isto se dá dessa maneira porque a maioria dos países que se espera que forneçam mais petróleo aos EUA nos próximos anos, estão violentamente divididos por conflitos internos, guardam fortes sentimentos antiestadonidenses, estão situados em regiões perigosas, ou exibem alguma combinação das três características anteriores. Isto significa que os esforços estadonidenses para procurar mais petróleo de fontes estrangeiras quase certamente enfrentarão desordens violentas e resistência nas áreas produtoras-chave (KLARE, 2004, p. 206).

O relatório de maio de 2001 não deve ser considerado como efeito de decisões políticas circunscritas a um único centro decisório da administração norte-americana, neste caso aquele vinculado às questões energéticas. Isso porque o relatório é resultado, como já visto, de uma seqüência de eventos no passado e no presente, mas, sobretudo, de prospectivas em relação ao futuro. Dessa forma, todos os órgãos e entidades do governo fazem parte, considerando um nível mais amplo, de um processo de busca por alternativas frente a um cenário cada vez mais complexo para os EUA, em sua posição de única potência hegemônica no Sistema Internacional.

Na América Latina, os países prioritários apontados na NEP são o México e a Venezuela. Isto coloca a Venezuela no centro dos interesses dos EUA, tornando-a passível das medidas previstas na NEP. Mas o governo venezuelano tem tomado medidas para fortalecer o poder do Estado através da compra de armamentos e tecnologias que permitam uma melhor defesa da soberania nacional, além de aumentar o controle sobre os recursos energéticos, através da reforma petroleira empreendida em novembro de 2001, menos de seis meses após a divulgação da NEP.

2.3 O petróleo na Venezuela

A Venezuela passa por um momento histórico de profunda inflexão. Após a fracassada tentativa de tomada de poder em 1992, Hugo Chávez chega ao governo em 1998, através de eleições democráticas. Houve uma grande participação popular nessa eleição, contando Chávez com 56,2% dos votos válidos. Imediatamente após ser empossado, em 02 de fevereiro de 1999, o novo presidente decretou a realização de Referendum para consulta pública sobre a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que tinha sido um dos principais pontos de sua campanha.

Em meio às profundas transformações que a sociedade venezuelana tem passado, o petróleo exerce um papel crucial, posto que além de possibilitar o ingresso de vultosas divisas na economia do país, também permite que movimentos estratégicos sejam executados no Sistema Internacional. O aumento do quantum de divisas permite que o processo de transformação interna seja alimentado e aprofundado, enquanto a utilização estratégica do petróleo permite que uma mudança relativa de posição do país seja buscada internacionalmente.

Hugo Chávez tinha, desde o início do governo, uma visão muito bem definida acerca do papel a ser exercido pelo papel em sua política, tendo declarado: “o petróleo é uma arma geopolítica” e “estes imbecis que nos governaram não realizaram o poder que tinham, como um país produtor de petróleo” (KOZLOFF, 2006, p. 7). Esta afirmação se traduzirá numa série de medidas adotadas na gestão do negócio petrolífero, modificando a forma de interação entre o estado venezuelano e o principal ente deste setor, a estatal PDVSA. Além disso, vários movimentos realizados internacionalmente permitirão o retorno da Venezuela ao circuito político mundial.

Cabe, porém, antes de analisarmos aspectos relevantes das novas relações empreendidas no setor petrolífero venezuelano, que se intensificaram a partir da Reforma Petrolífera, ocorrida entre os anos 2000 e 2001, culminando na nova Lei Orgânica dos Hidrocarbonetos¹⁸, fazermos menção a alguns elementos presentes no início desta atividade na Venezuela.

Desde o início da exploração efetiva, em 1922, nas margens do Orinoco, o petróleo passou a determinar os contornos que a sociedade e economia venezuelana tomariam. Até a Primeira Guerra Mundial a Venezuela era essencialmente agrícola, tendo o cacau e o café, produzidos na região andina, como principais produtos de sua pauta de exportações. Os setores econômicos mais relevantes eram, portanto, aqueles que tinham vínculos com os grandes importadores internacionais de matérias primas, figurando o setor exportador como essencial à sobrevivência das elites locais.

Com o advento da exploração do petróleo, um crescente setor importador, dependente da renda petrolífera, passou a localizar-se no centro de novas e nascentes elites. A coincidência que haverá entre o momento nacional, marcado pelo início da exploração e o internacional - pela crise dos anos 1930 -, impulsionará a substituição dos antigos produtores agrícolas pelo novo setor petrolífero. Isso porque, com a reação em cadeia, em nível mundial, de brusca redução das importações, visando enfrentar os problemas nas transações correntes do balanço de pagamentos, os produtos que não eram de primeira necessidade, foram os primeiros a serem cortados das pautas de importação. O cacau e o café, portanto, não conseguiram resistir à crise, tendo sido substituídos pelo setor petrolífero, que desfrutava de uma importância crescente internacional.

Entretanto, um novo problema surgiu para o governo. A importância demasiada do setor importador, derivada de uma grande abundância e exportação de recursos naturais, que

¹⁸ Decreto nº 1.510, de 02 de novembro de 2001.

possibilita o ingresso de vultosas rendas, apreciando desse modo a taxa de câmbio, poderia prejudicar o desenvolvimento do país, posto que a taxa de câmbio tenderia a inibir a produção interna de certos produtos, encontrados a preços mais acessíveis externamente¹⁹. Além de inibir a produção interna, há uma drenagem substancial de poupança nacional para o exterior, prejudicando as possibilidades de investimento. De qualquer maneira, esse problema não foi enfrentado e a Venezuela tornou-se um país dependente da renda petroleira. Os setores da economia que não gravitassem, de algum modo, em torno dessa renda estariam condenados a enfrentar problemas para sua manutenção. Uma reação mais vigorosa e consistente a tal situação será esboçada somente no início do século XXI, conforme veremos mais adiante.

Um ponto interessante nesse processo de transição entre o setor petroleiro nascente e o das velhas estruturas exportadoras agrícolas é que as concessões para exploração dos poços de petróleo se darão num marco regulatório constituído anteriormente até mesmo às antigas culturas agrícolas. Em outras palavras, as novas relações seriam pautadas pelas antigas regras aplicadas à exploração mineira do período colonial, apesar de se guiarem pelas mais modernas concepções legais da época. Conforme Mommer,

... en Venezuela las minas son propiedad del Estado ya desde la colonia y de acuerdo con la tradición jurídica española. No obstante, hacia fines del siglo pasado la legislación minera venezolana seguía más bien las pautas del sistema jurídico francés, en el cual se consagra de manera consecuyente la libre propiedad estatal de las minas. De este modo, al momento de otorgarse las primeras concesiones petroleras a principios de siglo, la legislación venezolana se orientaba a facilitar la labor de los productores potenciales, mientras que negaba a los terratenientes cualquier aspiración rentística (MOMMER, 1997).

O privilégio aos produtores e não aos proprietários da terra permitiu a concentração de renda nas mãos de atores internacionais, prejudicando o desenvolvimento local. Esses privilégios não eram observados, por exemplo, nos EUA - que foram os primeiros a explorar

¹⁹ Esse fenômeno é conhecido como “doença holandesa”. O termo “dutch disease” [doença holandesa] parece ter sido empregado pela primeira vez em artigo com título homônimo publicado pela revista *The Economist*, November 26, 1977: pp-82-83 (NAKAHODO & JANK, 2006, p. 2). O termo remete à situação ocorrida na Holanda, na década de 1960, quando foram descobertas grandes reservas de gás natural. Com o expressivo aumento das exportações, houve um processo de desindustrialização devido à apreciação do câmbio, o que barateava os bens importados.

comercialmente o petróleo – onde os proprietários do solo percebiam uma renda de acordo com a quantidade produzida. Se, parte da renda fica em poder dos proprietários das terras onde há a exploração, então haverá uma possibilidade maior de se gerar poupança e investimento no país. Remetemo-nos a estes fatos, pois eles terão impacto durante toda a história de exploração petrolífera na Venezuela, até a Reforma Petrolífera, ocorrida no primeiro governo Chávez.

2.4 Evolução do setor petrolífero venezuelano desde a “Apertura”

Um dos principais pontos atacados na nova Lei Orgânica dos Hidrocarbonetos (LOH) foi o da definição sobre o controle e as competências para ditar normas em matéria petrolífera. O artigo 156, inciso 16, da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, assevera que

Es de la competencia del Poder Público Nacional (...) el régimen y administración de las minas e hidrocarburos, el régimen de las tierras baldías, y la conservación, fomento y aprovechamiento de los bosques, suelos, aguas y otras riquezas naturales del país.

Enquanto o artigo 8º da LOH determina que

Corresponde al Ministerio de Energía y Minas la formulación, regulación y seguimiento de las políticas y la planificación, realización y fiscalización de las actividades en materia de hidrocarburos, lo cual comprende lo relativo al desarrollo, conservación, aprovechamiento y control de dichos recursos; así como al estudio de mercados, al análisis y fijación de precios de los hidrocarburos y de sus productos. En tal sentido, el Ministerio de Energía y Minas es el órgano nacional competente en todo lo relacionado con la administración de los hidrocarburos y en consecuencia tiene la facultad de inspeccionar los trabajos y actividades inherentes a los mismos, así como las de fiscalizar las operaciones que causen los impuestos, tasas o contribuciones establecidos en este Decreto Ley y revisar las contabilidades respectivas.

A partir do disposto nos artigos acima, fica clara a busca do Estado venezuelano de determinar os limites de quem é o proprietário do recurso e quem poderá regular o funcionamento de sua exploração. Em outras palavras, o controle do Estado sobre o recurso

natural implica uma clara separação entre terra e capital. Com isto, fica transparente a relação entre o proprietário do recurso ou quem exerce sua administração, além dos que investem para obter um ganho de sua exploração, sem levar em conta se é um ente privado ou público (ARAQUE, 2002).

Isto se fez necessário para devolver ao executivo o controle que foi sendo perdido ao longo dos anos para a PDVSA²⁰. Como não havia uma distinção exata entre quem tinha competência para determinar os regulamentos concernentes à exploração do petróleo, devido à larga margem interpretativa permitida pela legislação vigente, a PDVSA passou a desfrutar de grande autonomia dentro do Estado venezuelano. Tal autonomia permitiu que ocorresse um amplo processo de privatização, através de concessões em condições vantajosas a entes privados, baseado na interpretação de um artigo²¹ da *Ley Orgánica que reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos*, de 1975. Esse processo ficou conhecido como *Apertura Petrolera*.

O processo da *Apertura Petrolera* foi consequência de outro processo, mais amplo, que atingiria todo o mundo. Com o fim da Guerra Fria e a vitória dos EUA frente à URSS, representando o campo capitalista, uma série de concepções e práticas neoliberais passou a ser adotadas, em especial na América Latina, na gestão do Estado. Essas práticas aludiam a uma concepção de estado mínimo, através da privatização de empresas estatais; do aumento das restrições a investimentos (Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil, por exemplo); abertura da conta capital do balanço de pagamentos, permitindo livre mobilidade de capitais; cortes de gastos sociais nos orçamentos, etc.

²⁰ Petróleo de Venezuela, S/A. Foi criada em 1975, através da *Ley Orgánica que reserva al Estado la Industria y el Comercio de los Hidrocarburos*, e é o ator principal do complexo petrolero venezuelano.

²¹ O artigo 5 da lei previa que: “En casos especiales y cuando así convenga al interés público el Ejecutivo Nacional o los referidos entes podrán, en el ejercicio de cualquiera de las señaladas actividades, celebrar convenios de asociación con entes privados con una participación tal que garantice el control por parte del Estado y con una duración determinada. Para la celebración de tales convenios se requerirá la previa autorización de las Cámaras en sesión conjunta, dentro de las condiciones que fijen, una vez que hayan sido debidamente informadoras por el Ejecutivo Nacional de todas las circunstancias pertinentes”.

Na Venezuela, tais práticas levarão a eventos dramáticos, como o *Caracazo*²², além de contribuir na potencialização de forças contestadoras do *status quo*, levando-as à ruptura com o modelo político vigente desde o início do Pacto de Punto Fijo. A tentativa frustrada de tomada de poder por Chávez, em 1992, fora reflexo do ambiente caótico que havia se criado na sociedade venezuelana. Em 1998 não mais será possível a acomodação das forças sociais, levando à ruptura definitiva com os arranjos políticos existentes. Analisaremos esses pontos mais adiante.

Com a *Apertura*, a PDVSA passou a fazer investimentos no exterior e concessões para capitais privados que desejassem investir internamente. Como já mencionado, fez-se uma interpretação bastante dilatada da legislação vigente para que as concessões se efetivassem. Este processo se deu em duas fases: num primeiro momento o objetivo principal era uma abertura para fora, levando a PDVSA a investir em seus principais mercados internacionais; numa segunda etapa, houve uma abertura para dentro, possibilitando a entrada de capitais.

Entre os principais casos da abertura para fora, levando a uma maior internacionalização da PDVSA, podemos citar os acordos feitos com os grupos: i) Veba Oel, de origem alemã, surgindo a empresa Ruhr Oel, para operar em atividades de refinação, visando o mercado alemão e europeu; ii) Citgo, de origem norte-americana, para atividades de refinação; iii) AB Nynas Petroleum, de origem escandinava, visando o mercado escandinavo e europeu de lubrificantes e asfalto, além de atividades de refinação; iv) Union Oil Company of Califórnia, originando a empresa Uno-Vem, visando basicamente o fornecimento de

²² Logo após assumir o governo, Carlos Andrés Pérez divulgou um plano para tentar resolver a má situação econômica e social na qual a Venezuela se encontrava. O plano ficou conhecido como *Paquete Econômico*, e tornou-se público no dia 16 de fevereiro de 1989. Entre as várias medidas restritivas que ele continha, o aumento de 100% no preço da gasolina a partir de 26/02 e o de 30% nas tarifas de transporte urbano a partir do dia 27/02 são apontadas como o estopim para confrontos violentos que passariam a ocorrer entre manifestantes populares e as forças policiais. As manifestações começaram espontaneamente no dia 27/02 em Caracas, com a negativa dos passageiros em pagar os aumentos. Contudo, a revolta se espalhou rapidamente, tomando conta de todo o país, levando o novo presidente a decretar *estado de sítio* no dia 28/02/89. O saldo final dos confrontos contabilizou 300 pessoas mortas e milhares de feridos. Esses são os números oficiais, pois existem cifras que apontam um número muito maior de mortos e feridos. Esse período de resistência e confrontos ficou conhecido como Caracazo.

gasolinas para a região centro-oriental dos EUA; v) Isla, em Curazao e outras companhias no Caribe. Com a internacionalização, as atividades de refinação e produção localizadas fora da Venezuela tornaram-se 40% superiores àquelas localizadas internamente. A capacidade de refinação venezuelana está distribuída da seguinte maneira: Estados Unidos, 1.224 milhões de barris diários; Caribe, 335 mil barris diários; e Europa, 252 mil barris diários (Rodríguez, 2006).

Um dos principais problemas decorrentes de uma internacionalização, feita nos moldes daquela da PDVSA, é a diminuição da qualidade da cesta de exportações. A cesta de exportações da Venezuela é composta atualmente por 60% de petróleo cru e 40% de produtos derivados, o que reflete um desequilíbrio contrário a produtos de maior valor agregado. A melhora da qualidade da cesta de exportações não tem impacto somente sobre o valor exportado, mas também sobre as atividades industriais decorrentes do processo de refino, como as indústrias petroquímicas, por exemplo, além de afetar positivamente a geração de empregos. De acordo com Araque,

(...) paradójicamente, en lugar de incrementar aún más la capacidad de procesamiento dentro del país, esto se hizo en el exterior a través de la llamada internacionalización petrolera. Ésta, conjuntamente con la apertura, fue el eje de la reforma emprendida durante los años 80. Sus resultados se han reflejado en el incremento de los costos de PdVSA y una caída impresionante de la contribución fiscal petrolera (ARAQUE, 2002).

A segunda etapa da internacionalização, compreendida pela entrada de capitais para explorar ativos estatais, ocorreu através de três modalidades principais: *convênios operativos* para a reativação de campos marginais, *associações estratégicas* na faixa do Orinoco e *convênios de exploração* de novas áreas, com risco, e produção de hidrocarbonetos dentro do esquema de lucros compartilhados.

A primeira modalidade, *convênios operativos*, possibilitou a concessão de 35 campos entre 1992 e 1997, estando entre eles três acordos com as principais universidades do país, Zulia, Oriente e Central da Venezuela.

A segunda modalidade, *associações estratégicas*, talvez seja a mais significativa, pois representa não somente a exploração do petróleo existente, mas também a aplicação intensiva de tecnologia. Isto se deve ao petróleo pesado e extrapesado²³ encontrado na região do Orinoco, que não é diretamente comercializável. Além disso, ali se localiza uma das maiores reservas comprovadas do mundo. Quatro grandes projetos foram aprovados, sendo operacionalizados através das empresas: Petrozuata (EUA e Venezuela); Cerro Negro (Venezuela, EUA e Alemanha); Sincor (França, Venezuela e Noruega); e Hamaca (EUA e Venezuela). Um traço importante dessas associações era a taxa de impostos que deveriam ser pagas. Enquanto para as atividades petrolíferas de modo geral os impostos representam 67,7% da renda, nas associações estratégicas ele era de 34%, os mesmos aplicados a qualquer atividade econômica.

A terceira modalidade, *convênios de exploração*, se destinava a exploração de novas áreas e por isso, eram de alto risco. Houve um intenso debate no Congresso venezuelano sobre a possibilidade dessa modalidade não estar contemplada na legislação vigente à época. Para contornar esse problema, foi aprovado em 04 de julho de 1995 pelo Parlamento o “*Marco de Condições da Abertura Petrolífera*”, que significava o aprofundamento do processo de abertura (Rodríguez, 2006). Para tornar essas atividades atrativas foram oferecidas várias vantagens tributárias, além do compartilhamento dos custos e dos riscos. O Congresso Nacional venezuelano aprovou oito convênios.

O governo Chávez, contudo, inclinou-se, desde o seu início, à execução de medidas que mudassem os rumos tomados pelo setor petrolífero durante a *Apertura*. Dessa forma, passa a ocorrer uma mobilização na sociedade e nos meios políticos, visando a implantação de um outro estatuto ao setor. A entrada em vigor da nova Lei dos Hidrocarbonetos determinará um

²³ São petróleos muito espessos e viscosos, por isso têm que ser produzidos por métodos diferentes dos atuais.

ponto de inflexão nas relações do estado venezuelano com a PDVSA e com todo o setor petrolero.

A LOH promulgada em 2001 tinha, em sua essência, além dos objetivos já citados, o de diminuir o poder construído no interior da PDVSA, já que ela havia se tornado um “Estado dentro do Estado”. As implicações de tamanho poder são evidentes e dramáticas para toda a sociedade. Por ser uma empresa, com personalidade jurídica privada, ela transacionava prioritariamente com interesses privados internos e externos, levando-a, neste período, a diminuir consideravelmente seus vínculos com os interesses nacionais. O *animal spirit* dos dirigentes da estatal não convergia necessariamente para interferir na realidade social e econômica do país, pois os interesses corporativos antecederiam os nacionais.

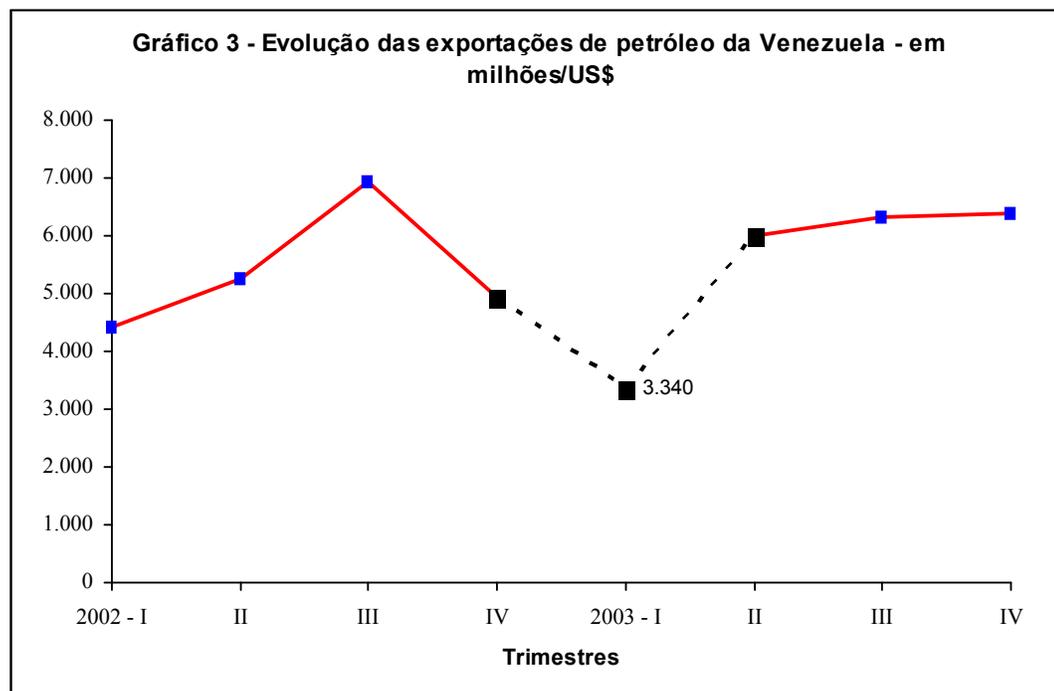
Entretanto, se houvesse a necessidade de uma interação maior com a realidade social, visando a manutenção dos interesses corporativos, a PDVSA dispunha de um arsenal com enorme poder de fogo. Além de se assentar sobre uma grande capacidade de gerar divisas, através das exportações de petróleo, ainda tinha ligações muito próximas com toda a elite dirigente do país, formada nos marcos de Punto Fijo, ou seja, ela dispunha do poder político e financeiro. Isso permitia a execução de movimentos que implicassem grande repercussão na conjuntura nacional.

O *paro* da indústria petrolera em 2002 reflete o potencial desestabilizador que existia sobre o Estado venezuelano concentrado em apenas um setor, o petrolero. Vários *paros cívicos* haviam ocorrido na Venezuela; o de dezembro de 2002 seria o quarto. Entretanto, a participação da indústria petrolera trouxe um elemento novo e extremamente potente às forças de oposição ao governo de Chávez. O estopim foi a parada do navio tanque da PDVSA, *Pilín Leon*, no dia 04 de dezembro, no canal de navegação do lago Maracaibo. Houve uma intensa cobertura da mídia, tendo o navio como o símbolo de apoio dos petroleros ao *paro*. O *Pilín Leon* ficou no canal até o dia 21 de dezembro, quando uma nova

tripulação o atracou no porto. Em fevereiro de 2003 o movimento já havia perdido quase totalmente suas forças, mas os resultados institucionais e econômicos perduram até os dias atuais.

Como resultado institucional, a PDVSA perdeu grande parte de sua força de trabalho. No mês de dezembro de 2002 iniciaram-se as primeiras demissões, que atingiram um grupo de 90 gerentes diretamente envolvidos nas atividades de sabotagem. Nas semanas seguintes foram demitidas mais 18.000 pessoas, dos mais diferentes escalões. Essas medidas faziam parte da tentativa de retomada do controle da estatal pelo governo.

Como resultado econômico, a produção de petróleo sofreu uma queda de 2.900.000 bpd para 707.000 bpd (-76%) no início de dezembro e para 300.000 bpd (90%) no final de dezembro. O custo do *paro* para a sociedade venezuelana foi de aproximadamente 7,59% do PIB naquele período, correspondendo a 7,367 bilhões de dólares. Não podem deixar de ser levados em conta os custos para a própria indústria petroleira, com grandes volumes de exportação não efetivados. As reservas internacionais que eram de US\$ 16,9 bilhões, em janeiro de 2002, caíram para US\$ 13,8 bilhões em janeiro de 2003, uma variação negativa de 18% (Lander, 2004, p. 19-20). O gráfico abaixo mostra a evolução das exportações de petróleo entre os trimestres dos anos 2002 e 2003.



Fonte: Banco Central da Venezuela. Elaborado pelo autor.

Essa discussão sobre o papel que a PDVSA deveria desempenhar é objeto de intensa polêmica na Venezuela, principalmente depois da referida LOH. Há os que defendam que, em decorrência de sua natureza privada, ela deveria agir como qualquer outra empresa, não devendo se direcionar a qualquer propósito que não o de obtenção de lucros. Outros destacam o papel que ela deveria desempenhar na economia e na sociedade, agindo ativamente para estimular o desenvolvimento de ambos. Estes últimos encontram grande espaço no atual governo e têm conseguido mudanças significativas nas linhas de ação da estatal.

2.5 Elementos da política externa venezuelana do governo Chávez

Conforme visto anteriormente, entre os anos 2000 e 2001, o governo Chávez terá como uma de suas principais prioridades a retomada, pelo poder executivo, do controle efetivo da PDVSA. Até agora nos concentramos nos elementos internos da Venezuela, sem

nos atermos aos condicionantes externos que permeiam o relacionamento venezuelano com o resto do mundo e que, em grande medida, está determinado pelas relações envolvidas na questão do petróleo.

Nesse sentido, a política externa do governo Chávez, desde seu início, será pautada pela importância de seu país no cenário internacional, a partir da posição ocupada entre os maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo. A estratégia do governo será centrada na reativação e construção de mecanismos relacionados ao setor petrolífero que lhe permitam um posicionamento ativo em todos os campos, resguardo por tais mecanismos. Fatores endógenos a essa estratégia mostraram-se passíveis de realização e de se constituírem como pilares de sustentação de todo o governo, mas houve, também, fatores exógenos que contribuíram sobremaneira a colocação da Venezuela num ponto destacado da periferia do sistema.

Entre os endógenos, pode ser apontada a nova política para a OPEP, que figurou como prioridade desde o imediato pós-eleições. Logo após a posse do novo governo, em 1999, tem início um processo de reconstrução e reafirmação do papel da OPEP²⁴, liderado pela Venezuela. Em março, num encontro da OPEP, a Venezuela comunicou que iria cortar sua produção em 4%, visando com isso a obtenção de uma melhora na estabilidade dos preços.

Em 2000 foi realizado um encontro da OPEP, em Caracas. O preço do barril do petróleo que tinha custado US\$ 16,6 no ano de 1997, US\$ 10,75 em 1998 e US\$ 9 durante 1999, elevou-se para US\$ 20, logo após este encontro. Em relação a este encontro, ele tem um significado especial para as intenções da Venezuela frente à OPEP, pois representou a realização da II Cúpula de Chefes de Estado da OPEP. A última (e primeira) cúpula havia sido realizada em 1975, em Argel. Chávez propôs, durante o encontro, a utilização do sistema

²⁴ Organização dos Países Exportadores de Petróleo. São países membros: Argélia, Angola, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Irã, Iraque, Líbia, Nigéria e Venezuela.

de bandas²⁵ de flutuação para os preços do petróleo, que seriam mantidas através do controle da oferta. Isto proporcionaria um mecanismo de prevenção de baixas nas cotações internacionais do preço do barril. Segundo Gott,

A nova relação com a OPEP e o aumento no preço do petróleo, que era geralmente aceito de bom grado pelo restante do mundo, estava entre os maiores sucessos do primeiro ano de governo de Chávez (Gott, 2005, p. 171)²⁶.

A OPEP configura-se como um importante instrumento de relações internacionais para os países membros, pois ela detém 42% da produção mundial de petróleo. A Venezuela, nesse contexto, ao buscar a reativação da OPEP, tenta obter ganhos de escala no potencial de suas decisões relacionadas ao petróleo. Isto porque, além de ser um importante produtor, posto que detém 10% da produção conjunta dos países da OPEP e 4% da produção total mundial, ela poderia influenciar nas decisões de produção dos outros 38% da produção mundial. Isto é importante não só do ponto de vista dos preços e aumento nas receitas de exportações, mas também do ponto de vista estratégico, já que o único país sul-americano da OPEP é a Venezuela, estando os outros integrantes em regiões longínquas, o que dificultaria qualquer arranjo relacionado à produção de petróleo frente a constrangimentos internacionais sofridos por esses países.

Com a volta da OPEP ao cenário internacional, o governo venezuelano passou priorizar outras questões, como a assinatura de acordos bilaterais de cooperação em matéria de fornecimento de petróleo, além da renovação dos acordos já existentes.

A assinatura de acordos com 13 países²⁷ da América Central e Caribe representa, para além de uma cooperação energética solidária com os países pobres em energia, um esforço

²⁵ O preço mínimo do barril seria US\$ 22,00 e o máximo US\$ 28,00.

²⁶ The new relationship with OPEC and the increase in the oil price, which was generally accepted with a good grace by the outside world, were among the major successes of Chávez's first year in government (Gott, 2005, p. 171).

²⁷ Os acordos foram assinados nos marcos gerais do Acordo Energético de Caracas, em outubro de 2000, com El Salvador, República Dominicana, Panamá, Haiti, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Belize, Honduras, Jamaica, Barbados, São Vicente y Granadas e Guiana.

para consolidar a posição venezuelana na região. Além destes, foram assinados acordos com países de outras regiões, como a Rússia, a China e a França.

Alguns elementos, decorrentes da aproximação com esses três países, são particularmente interessantes para a Venezuela. O primeiro é que a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo e um dos maiores exportadores, mas não é filiada a OPEP, figurando-se, portanto, fora da linha de ação imediata venezuelana para os controles de oferta. Além disso, é o seu maior fornecedor de armas, incluindo desde fuzis leves até aviões de caça e submarinos²⁸. Em relação à China, já expusemos a difícil situação que se desenha para seu futuro, devida ao crescimento acelerado de sua economia, mas com disponibilidade limitada de energia nacional, necessitando cada vez mais de fontes externas. Além dos aspectos já assinalados, há um em comum, de dimensão política mundial, entre esses três países que os tornam especiais para a Venezuela: a posição que a China, a Rússia e a França ocupam no Conselho de Segurança da ONU, de possuidores de poder de veto.

O governo venezuelano tem proposto também, além dos acordos já assinados com os países da América Central e Caribe, uma série de iniciativas visando uma maior integração energética na América Latina. De acordo com Lander, após o Acordo Energético de Caracas, já referido acima,

(...) vendrían las propuestas del Anillo Energético de Sur, Petrocaribe, Petroandina, Petrosur, el Anillo Energético del Caribe, el Gasoducto Transguajiro, el Cono Energético Suramericano o el Gasoducto del Sur. Varias de estas propuestas tienen de novedoso el que se formulan explícitamente con la intención y voluntad de, apoyándose en el ámbito del intercambio comercial de productos y servicios energéticos, trascenderlo para avanzar a niveles más elevados de integración económica, social y política (Lander, 2006).

A aproximação com o Brasil também se destaca no escopo da política externa do governo Chávez. Como contraponto à proposta de integração continental dos EUA, através da

²⁸ O presidente Chávez não participou da última Reunião de Cúpula do MERCOSUL, iniciada no último 28 de junho, em Assunção, no Paraguai, em decorrência de compromissos na Rússia. Um dos principais pontos da pauta de conversações era a compra de mais armamentos para as forças armadas, entre eles modernos submarinos a diesel, incluindo alguns da classe Project 636-Kilo.

ALCA²⁹, o Brasil surge como parceiro fundamental, pois além de ter ajudado a desacelerar a velocidade que o processo vinha ganhando, criando assim uma convergência de interesses nestas matérias, ainda permite a existência da possibilidade de integração da Venezuela ao MERCOSUL. Esses movimentos tenderiam a fortalecer, ao menos retoricamente, a alternativa à proposta dos EUA, isto é, a ALBA³⁰. Além disso, tem existido uma aproximação crescente entre os dois países. Nesse sentido,

(...) a Venezuela e o Brasil assinaram, durante o primeiro ano do governo Lula, um acordo 'guarda-chuva' que inclui o aumento do fluxo de comércio, investimentos no setor petroquímico, compra e venda de tecnologias e outros tópicos. (...) [Esse acordo, porém], tem outras implicações e derivações. O Brasil, via BNDES, deverá aumentar sua presença como acionista da Corporação Andina de Fomento (CAF), banco de desenvolvimento dos países andinos, e chegar a 20% de participação no principal agente de investimento do Hemisfério Sul. Total do desembolso brasileiro: US\$ 400 milhões em dois anos. Cada país membro da CAF pode financiar até quatro vezes o seu aporte para aplicações no próprio país. No caso, US\$ 1,6 bilhão. Se for projeto binacional, a aplicação pode multiplicar-se por oito – US\$ 3,2 bilhões. Ao governo a CAF faz chegar sua intenção de investir US\$ 25 bilhões em toda a região nos próximos quatro anos (VILLA, 2004, p. 110).

A partir dos aspectos já assinalados, podemos apontar que três eixos básicos emergem na política externa venezuelana no período: i) fortalecimento e reafirmação do papel da OPEP no mercado mundial de petróleo; ii) redefinição das relações com a América do Sul, América Central e Caribe e iii) aproximação estratégica com países de outras regiões, notadamente a China e a Rússia. Esses três eixos convergem na busca dos elementos previstos no *Plan Nacional de Desarrollo*, em seu capítulo cinco, que se refere ao Equilíbrio Internacional e tem como objetivo principal:

Fortalecer la soberanía nacional y promover un mundo multipolar. La política internacional está dirigida a estimular la gestación de un mundo multipolar, diversificando las modalidades de relacionamiento, privilegiando las relaciones con los países latinoamericanos y caribeños y redefiniendo el modelo de seguridad hemisférica.³¹

²⁹ Área de Livre Comércio das Américas.

³⁰ Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe.

³¹ Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social 2001-2007.

Os aspectos anteriormente assinalados tornam-se cada vez mais importante para a Venezuela, pois diante de um cenário cada vez mais complexo no Sistema Internacional, com o aumento das rivalidades por fontes de energia, os países exportadores tendem a sofrer, também crescentes, constrangimentos por parte dos grandes importadores. Desse modo, os recursos naturais existentes no interior desses países podem levá-los a uma submissão mais intensa ou, dependendo da maneira como controla tais recursos, alcançar resultados que sejam estrategicamente benéficos para suas relações internacionais.

Dentre os grandes países exportadores de petróleo, a Venezuela se constitui numa peça importante para a transição sistêmica pela qual o capitalismo está passando. Isso se deve ao já exposto crescente aumento da importância da questão energética na agenda internacional da maioria dos países. Por um lado, ela sofre todas as conseqüências de fazer parte da área de influência histórica dos EUA, já que este é o atual centro hegemônico mundial e o que deve sofrer mais intensamente para a manutenção de sua posição relativa no sistema, numa situação de escassez mundial de petróleo. Por outro, pode se tornar num exemplo de como países pequenos, com grandes quantidades de recursos naturais estratégicos, podem se comportar frente ao assédio das grandes potências.

Nesse sentido, ela tem adotado medidas que permitem um fortalecimento do Estado, através de recursos materiais para a proteção da soberania, de investimentos sociais, que permitem aumentar a legitimidade interna. Dessa maneira, são dificultadas as tentativas de ingerência internacional, a exemplo do Golpe mal sucedido sofrido por Chávez em 2002. No entanto, a Venezuela não conseguirá manter seu projeto de contestação às políticas contrárias aos seus interesses nacionais se não construir alianças internacionais com grande solidez, visando um não isolamento e, conseqüentemente, um enfraquecimento em relação às possibilidades de inserção no Sistema Internacional.

3 MUDANÇAS NA SOCIEDADE VENEZUELANA NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XXI

3.1 O período pré-Golpe

Com o advento do governo Chávez, a Venezuela encerrou um período de sua história, conhecido como IV República, ou o do Pacto de Punto Fijo³². Este período histórico foi marcado pelo revezamento dos mesmos grupos da elite econômica venezuelana, representados fundamentalmente pelos partidos Acción Democrática (AD) e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI). Ao iniciar seu governo, Chávez propõe realizar uma ruptura na história da sociedade venezuelana, inaugurando a V República. Contudo, os grupos tradicionais resistirão à entrega total das estruturas do Estado ao novo governo, o que tornará o ambiente político extremamente polarizado. A tensão criada pelo ambiente polarizado culminará com o Golpe realizado, contra o governo Chávez, em abril de 2002.

O fracassado Golpe de 11 de abril de 2002 traria conseqüências marcantes ao futuro de nosso vizinho setentrional. Esse Golpe, organizado por opositores ao governo Chávez, contou, além das elites locais, com o apoio logístico e financeiro dos Estados Unidos. Até o momento do Golpe, o governo Chávez vinha mantendo uma postura de continuidades, sem rupturas abruptas na condução das políticas de Estado. A política econômica não trazia elementos que

³² Ver Maya (2005); Karl (1988); Neto (2002); Villa (2005).

a pudessem considerar efetivamente heterodoxa ou, ao menos, não ortodoxa. Nas relações internacionais, como já assinalado anteriormente, buscou-se uma aproximação com atores importantes no cenário internacional, além dos vizinhos do Caribe e do sul do continente. Nas políticas sociais, não havia qualquer elemento que evidenciasse uma diferenciação de fundo dos tradicionais programas governamentais. Na política petroleira, porém, passava a haver uma alteração de rumos. E é neste elemento que residirão os componentes que levarão à eclosão do Golpe de abril de 2002.

Analisando o resultado eleitoral de 1998 e o posterior, de 2000, poderemos perceber que a expressiva maioria da população optou, democraticamente, por uma proposta alternativa de governo, após décadas de alternância dos dois maiores partidos do país, o que daria grande respaldo às propostas defendidas por Chávez para serem levadas a cabo durante o seu governo. O quadro abaixo mostra os resultados da eleição presidencial de 1998.

Tabela 2: Resultados da eleição presidencial (dezembro de 1998)

CANDIDATO	VOTOS	%
Hugo Chávez Frias	3.673.685	56,20
Henrique Salas Römer	2.613.161	39,97
Irene Sáez Conde	184.568	2,82
Luis Alfaro Ucero	27.586	0,42
Outros	38.304	0,58

Fonte: CNE, disponível em: <<http://www.eleiccion98.cantv.net>> Acesso em 10 dez. 1998, apud MAYA, 2005, p. 229.

A tabela explicita uma nítida vantagem de Hugo Chávez frente aos outros candidatos. Esta vantagem não se restringiria às eleições majoritárias, sendo refletida, também, nas proporcionais. Tal fato demonstrava que havia, por parte do povo venezuelano, uma busca por mudanças ante a um descontentamento generalizado pelos resultados obtidos durante a IV República. Além de demonstrar essa inquietação popular, os resultados eleitorais de 1998 estavam delimitando os contornos nos quais, esperava-se, que a política nacional desenvolver-se-ia. O movimento que podia ser observado, traduzindo-se nas eleições e cada vez menos

amorfo, era o de uma profunda necessidade de ruptura com o modelo de Punto Fijo, através do reordenamento das estruturas do Estado. Cabe demonstrar, tal como posto acima para a eleição majoritária, o quadro com os resultados obtidos pelos diferentes grupos políticos nas eleições legislativas. Isso é feito abaixo, na tabela 3.

TABELA 3: Conformação Parlamentar – Período 1999 – 2004 (Número de votos e cargos por agrupamento político)

Partidos	SENADORES		DEPUTADOS		
	Votos	Cargos	Votos	Nominais	Por Lista
Polo Patriótico	1.750.985	18	1.723.352	37	38
MRV	1.008.693	12	986.131	25	21
MAS	465.977	5	440.665	8	10
PPT	171.469	1	171.091	4	3
Otros	104.846	0	125.465	0	4
AD	1.246.567	20	1.195.751	33	29
COPEI	620.642	7	593.882	10	17
PROY. VENEZUELA	518.976	3	518.235	6	14
LA CAUSA R	151.960	1	147.286	0	6
CONVERGENCIA	119.951	2	122.242	2	3
APERTURA	123.948	1	76.991	0	3
IRENE	63.422	0	62.738	0	2
RENOVACIÓN	61.992	1	61.704	0	2
ORA	24.794	0	26.610	0	1
URD	16.880	0	19.145	0	1
MIN	19.138	0	18.099	0	1
MDP – BR	13.404	0	15.341	0	1
Otros	289.304	0	282.575	0	1

Fonte: CNE, disponível em <<http://www.eleccion98.cantv.net>>. Acesso: 28 dez. 1998, apud MAYA, 2005, 228.

Como as eleições parlamentares não acontecem, na Venezuela, concomitantemente à presidencial, e tendo em vista que aquelas aconteceram com um lapso temporal de um mês –

entre novembro e dezembro, quando da ocorrência da eleição para presidente – houve a possibilidade dos grupos tradicionais do Punto Fijo se organizarem para a “grande batalha” de dezembro. Esse movimento de preparação a um grande enfrentamento em dezembro partiu da análise de que, como não houve a conformação de uma força hegemônica representativa no Congresso, seria possível constituir um pólo eleitoral alternativo ao Pólo Patriótico. O que ocorrerá, porém, será uma vitória com larga vantagem do grupo liderado por Chávez, como já demonstrado na Tabela 2.

Cabe ressaltar, antes de nos atermos aos desdobramentos políticos e eleitorais provocados pela Assembléia Nacional Constituinte (ANC) e pelas futuras eleições, que ocorreu um debate intenso entre partidários do governo e oposição acerca da convocação ou não da Assembléia. A discussão pautou-se fundamentalmente sobre a distinção entre o mundo jurídico ou político para tal convocação, isto é, mesmo tendo a Suprema Corte tendo se posicionado a favor da realização do Referendum, alegava-se que talvez os limites constitucionais, no marco legal vigente, estavam sendo extrapolados (NETO, 2002). O ato da Suprema Corte teria sido tomado à margem da Constituição aprovada em 1961, influenciado pelo grande clamor popular a respeito do tema.

Diante disso, a oposição passou a adotar uma postura que exigia a convocação de uma ANC através de uma Emenda Constitucional e não através de Referendum. Uma situação um tanto paradoxal tomou forma: os parlamentares, representantes políticos exigindo uma interpretação estritamente jurídica da Constituição, enquanto a Suprema Corte, locus jurídico por excelência era criticada por ter tomado uma decisão política. O que, de fato, estava em discussão era se a decisão acerca da convocação de uma ANC seria tomada numa cúpula parlamentar ou por todo o povo, através de Referendum.

Ratificados os resultados das eleições de 1998 e consumando-se o fortalecimento do grupo chavista, colocaram-se em marcha as mudanças defendidas durante a campanha. Em 02

de fevereiro de 1999, ao tomar posse, Chávez imediatamente emitiu um decreto convocando um referendo, cujo tema era a realização de eleições para uma ANC. A votação ocorreu em abril de 1999 e, com mais de 87%³³ dos votos, optou-se pela realização de uma nova eleição, para a ANC.

O estado de tensão entre chavistas e opositores adquiriu uma tendência de rápido crescimento nos meses iniciais de 1999. A partir desse período, com a elevação do tom das discussões entre as partes, começaram a ser construídas, de maneira mais efetiva as bases para a alternativa golpista que seria utilizada em abril de 2002. Isso porque os espaços estavam se tornando escassos para a oposição, diante do evidente aumento da base popular do governo, o que o legitimava a empreender uma constante pressão sobre instituições antes intangíveis, como o Congresso. Isto se torna mais explícito quando, no final de fevereiro de 1999

Chávez envi[a] ao Congresso um projeto de lei habilitante que lhe daria poderes de emergência para governar por decreto em questões administrativas, monetárias, fiscais e setoriais. O Congresso optou por emendar o projeto, coisa que Chávez abertamente rejeitou. Além disso, o presidente ordenou que seus ministros não atendessem às convocações feitas a eles pelo Congresso para que lá fossem explicar as medidas exigidas pelo Executivo. Ao fim e ao cabo, no meio de abril de 1999, o projeto de Chávez foi inteiramente aprovado após o presidente instar partidários seus a cercar e pressionar o Congresso. Aqui não há dúvida de que se tratou de uma violação irrefutável das regras do jogo da democracia, pois não consta que, em nenhum regime digno deste nome, projetos do Executivo sejam aprovados com base em cercos ao Poder Legislativo ordenados pelo presidente da República (NETO, 2002, p. 262-263)

Se, por um lado isso demonstrava uma possível debilidade enfrentada por um Estado Democrático, a partir de pressões sendo exercidas sobre instituições democraticamente eleitas, por outro poderia estar representando o surgimento de uma nova forma de organização social e política. É importante que seja sublinhado que não foram forças militares ou estatais de outro tipo que tomaram a frente na pressão sobre o Congresso e a Suprema Corte. As pressões surgiram basicamente de setores populares descontentes com décadas de letargia do poder público para com a multiplicidade de problemas que o país enfrentava. E, quando emanadas do governo, eram respaldadas por esses setores.

³³ 87,75 % votaram sim para a primeira pergunta do Referendum (ver nota 31).

Dessa maneira, os campos opostos da arena política venezuelana tornavam-se mais nítidos. De um lado setores populares – e organizações representativas desses – além dos militares, que, em última instância, sempre têm a função precípua de defender os interesses nacionais, fundamentalmente os contidos na Constituição. De outro lado os empresários, donos de terras, banqueiros, instituições de classe, enfim, os setores que haviam governado durante toda a IV República. Dentro da estrutura formal do Estado restavam poucos lugares em que esses grupos – opositoristas – podiam ainda expressar suas vontades. Esses lugares eram, eminentemente, a Suprema Corte, o Congresso e o Conselho Nacional Eleitoral (CNE). Na sociedade civil, esses lugares eram formados, principalmente, pelas entidades de classe, notadamente a FEDECAMARAS³⁴, o empresariado como um todo e a imprensa, com o papel premente da RCTV³⁵.

Nessa eleição, não será observado o mesmo quadro das eleições de novembro do ano anterior. A oposição ao novo governo retirou-se do processo político, com vistas, provavelmente, a não legitimar as mudanças que estavam em curso, mas não houve recuo pelos membros do Pólo Patriótico, o que levou a um resultado amplamente favorável ao presidente Chávez: de um total de 131 assentos, o Pólo ficou com 120. Em realidade, a avaliação que havia por parte do governo, por mais evidente que possa parecer, era a de que a vontade popular o estava guiando, pois a maioria escolheu, diante do Referendum³⁶, a realização de uma ANC.

³⁴ Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela, que se caracteriza por ser “[...] una Asociación Civil sin fines de lucro formada por entidades económicas gremiales privadas las cuales deben estar integradas por empresarios, personas naturales o jurídicas que, conjunta o separadamente, ejerzan la representación de actividades e intereses económicos” (Artigo 1 do Estatuto da Entidade). Disponível em: <<http://www.fedecamaras.org.ve/>>. Acesso: 13 fev. 2008.

³⁵ Principal rede privada de radioteledifusão da Venezuela. Não teve sua concessão renovada em 2007.

³⁶ O Referendum contava com duas perguntas: 1) Convoca usted una Asamblea Nacional Constituyente con el propósito de transformar el Estado y crear un nuevo ordenamiento jurídico que permita el funcionamiento efectivo de una Democracia Social y Participativa? 2) Está usted de acuerdo con las bases propuestas por el Ejecutivo Nacional para la Convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente, examinadas y modificadas por el Consejo Nacional Electoral en sesión de fecha Marzo 24, 1999 y publicada en su texto íntegro, en la Gaceta Oficial de la República de Venezuela N° 36.669 de fecha Marzo 25, 1999? **Fonte:** CNE, disponível em: <www.cne.gob.ve/>. Acesso: 15 jan. 2008.

Após a elaboração da nova Constituição, esta é submetida a outro Referendum, realizado com o intuito de aprovar ou não o texto da nova Carta Magna. Por ampla maioria o texto é aprovado, permitindo assim que os processos que estavam em movimento no país passassem a contar com uma base legal. A nova Constituição significou, do ponto de vista da divisão dos poderes entre os órgãos independentes nacionais, um aumento na concentração de poder no Executivo, além de modificar a forma de estruturação do Legislativo, ao instituir um novo sistema unicameral, extinguindo-se para isso o Senado.

Esses resultados significaram não só uma nova forma de organização política, mas, sobretudo, determinaram qual seria o lugar reservado àqueles que dirigiram o país desde a concepção do Pacto de Punto Fijo, em 1958. Esse lugar, certamente, estaria muito longe dos principais centros de decisão política venezuelanos. O acúmulo de seguintes derrotas – nas eleições de dezembro de 1999; depois na manobra frustrada de tentar deslegitimar a ANC –, somados ao fraco resultado obtido nas eleições de julho de 2000, pôs à mostra toda a desorganização que a oposição a Chávez dispunha, ao não conseguir concentrar forças para a reversão de um quadro crescentemente desfavorável aos seus interesses. A tabela a seguir mostra como a evolução dos resultados eleitorais não demonstrou qualquer tendência de alteração favorável aos tradicionais grupos políticos.

Tabela 4: Eleições Presidenciais (Julho de 2000)

CANDIDATO	VOTOS	% ³⁷
Hugo Chávez Frias	3.757.773	59,76
Francisco Arias Cárdenas	2.359.459	37,52
Claudio Fermín	171.346	2,72
TOTAL	6.288.578	100,00

Fonte: CNE, disponível em: <<http://www.cne.gob.ve/estadisticas/e015.pdf>>. Acesso: 16 jan. 2008.

³⁷ Estas porcentagens referem-se aos votos válidos.

Os perfis dos concorrentes de Chávez eram bem distintos. Enquanto Fermín era ligado aos grupos políticos tradicionais, Arias Cárdenas tinha uma trajetória, até certo ponto, semelhante à de Chávez. Segundo Maya (2005), os resultados das eleições ocorridas em 2000,

(...) reflejan la debilidad de la oposición política a Chávez. Uno de los candidatos derrotados, Arias Cárdenas, fue copartícipe, junto con Chávez, en el fallido golpe militar de 1992, fue reelecto gobernador del estado Zulia en 1998 apoyado por el Presidente, y solamente pocos meses antes de las elecciones del 2000 decidió enfrentar electoralmente a Chávez. En la contienda Arias Cárdenas concentró a su alrededor fuerzas de oposición de la más disímil naturaleza, logrando parcialmente polarizar estas elecciones. Fermín, por su parte, fue un dirigente prominente de AD, alcalde de Caracas por ese partido, precandidato presidencial del mismo en 1998 y candidato luego por un movimiento propio al no ser apoyado por AD. Son estos candidatos, uno totalmente ajeno a los partidos tradicionales, y el otro, Fermín, compitiendo como independiente, quienes alcanzan entre ambos un poco más del 40% de los votantes (MAYA, 2005, p. 243).

Após essas diversas tentativas – sem sucesso – de restabelecer a participação nos arranjos políticos, os setores políticos tradicionais venezuelanos foram obrigados a se recolher; agora, porém, fora da maioria das estruturas de Estado. A sucessão de derrotas eleitorais, somadas às alterações que estavam em curso em amplos segmentos da sociedade venezuelana, principalmente após a promulgação da nova lei dos hidrocarbonetos, em 2001, levou os setores derrotados a buscarem alternativas para, de alguma forma, equilibrar o crescente controle do Estado pelo governo Chávez. Esse aumento de controle significa, em última instância, um ataque frontal à maioria dos interesses político-econômicos dos grupos que perdiam o poder.

3.2 O Golpe de abril de 2002

Dessa maneira, visando recuperar a posição perdida no cenário nacional, as forças contrárias ao governo estabelecido começarão a se organizar, buscando alcançar este objetivo. Diante da incapacidade de atuarem dentro dos marcos constitucionais e democráticos, essas

forças optarão por uma solução alternativa, o que culminará no Golpe de Abril de 2002. A efetivação do Golpe será ainda mais significativa, em decorrência da coincidência com a assinatura da *Carta Democrática Interamericana*, feita meses antes e a participação de “terceiras pessoas”, notadamente os EUA. Sobre o Golpe, podemos assinalar que

(...) o golpe desfechado em abril em Caracas – tratou-se de um golpe, no mais puro exemplo latino-americano – feria profundamente o documento assinado, abria um precedente bastante sério, num continente conhecido pelas possibilidades de contágios, políticos econômicos. O mais grave, e preocupante, em todo o imbróglio contra Hugo Chaves foi, entretanto, a atuação dos USA, também signatário da Carta de Lima. Desde os primeiros minutos do golpe, o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, insistia em falar em “demissão” de Chaves, causada por seus próprios erros e seu caráter intrinsecamente ditatorial. Mas, a questão residia em outro ponto: a legitimidade de se destituir um governo democraticamente eleito – 56% dos votos, em 1998 -, enquanto todas as instituições do país continuam funcionando democraticamente, sem qualquer ameaça do poder executivo, só porque um pequeno grupo de empresários e donos das mídias, bem como os USA não gostam do presidente. Assim, a defesa da democracia – elemento central na justificativa da Guerra contra o terrorismo liderada pelos USA via-se, no continente sul-americano, fortemente contrariada pelos Estados Unidos através de seu apoio a uma mudança anticonstitucional de governo (SILVA, 2002, p. 118-119).

A problemática decorrente desse Golpe de Estado certamente não estava circunscrita às fronteiras venezuelanas. Ele trazia em seu interior um potencial considerável para desestabilizar toda a região, pois atacava um dos pilares de mais difícil construção em décadas de lutas políticas: a Democracia e o Estado de Direito. Após anos de ditadura, a curva de aprendizado acerca do que é ser novamente um Estado Democrático começava a se tornar cada vez mais próxima ao que se espera de uma sociedade com liberdades garantidas. Uma das principais liberdades numa democracia representativa – o modelo defendido arduamente, por exemplo, pelos Estados Unidos em todo o mundo – é a de escolher quem serão os seus representantes, eleitos periodicamente, mediante regras contidas na Constituição do país. A escolha é feita a partir do exercício de outro direito garantido em sociedades democráticas, que é o de liberdade de pensamento. Pois bem, o Golpe venezuelano atentava contra esses e outros tantos direitos e garantias conquistados à custa de incessantes lutas pelo fim dos regimes ditatoriais.

Um golpe de Estado, *per se*, não poderia ser aceito como uma medida viável à superação de possíveis problemas na condução de um país. Se, porém, feito contra um presidente eleito mediante as regras constitucionais, por maioria da população, sem quaisquer atitudes que justificassem sua retirada do poder, este tipo de golpe torna-se ainda mais condenável. Isso porque o mesmo arcabouço legal que leva alguém ao poder, já prevê os remédios a serem aplicados numa situação em que este não cumprir seus deveres, não necessitando, portanto, de qualquer intervenção exógena para a resolução de problemas.

O general Raúl Baduel, militar que teve papel decisivo para o fim do Golpe e recondução de Chávez ao governo, analisando as prováveis causas que levaram à ocorrência do Golpe, pontua que

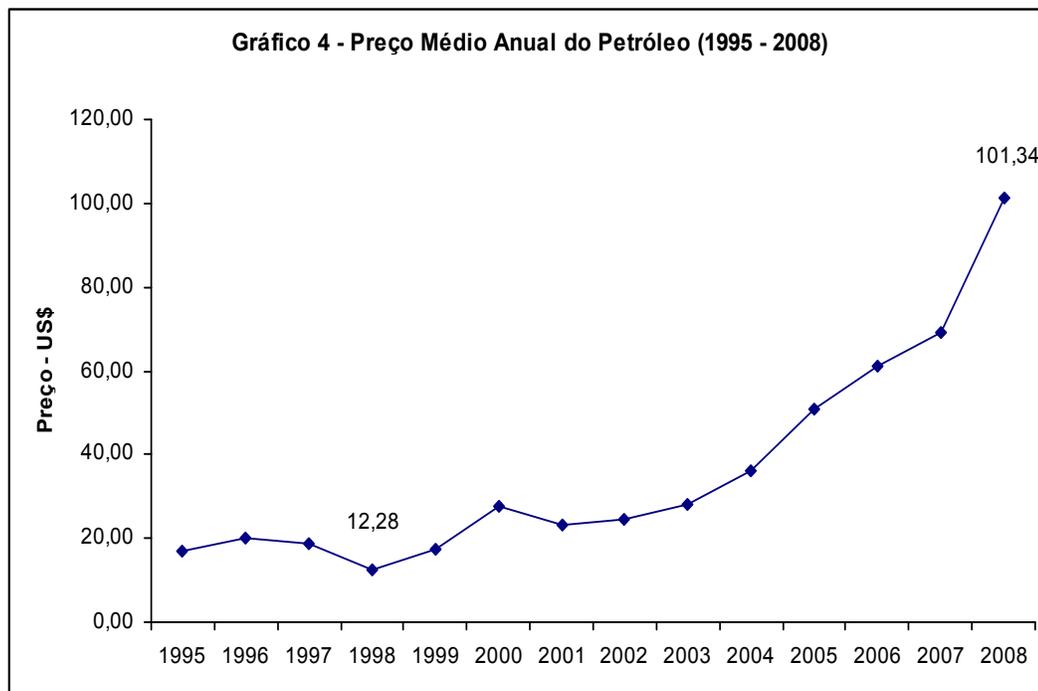
(...) no hubo tanta resistencia para lo del proceso constituyente, para el referendun de la Constitución, para la relegitimación de los poderes. La reacción fuerte vino cuando se comenzó a tocar la parte económica, lo que es una palmaria demostración de que hay gente que se resiste a perder sus privilegios, que no quiere renunciar a medrar em los dineros públicos y de hacer fortuna a costa del erario público. Y si uno se pone a ver lo que esas personas hicieron em esa usurpación del poder – porque yo no concebiré nunca eso como un gobierno: eran usurpadores del poder -, eso es evidente. Dieron muestras de apetências personales, de ansias de poder; querían repartirse este país como si fuera una res muerta, el asunto era como um festín de Baltasar. Yo creo que lo que pasa es que se empearon a tocar intereses económicos bien fuertes y que realmente la gente que estaba acostumbrada a hacer negocios haciendo uso indebido de los dineros públicos ya no tiene esas posibilidades, y por eso la fuerza con que hacen estas demostraciones. Los mismos medios de comunicación revelan que hay no menos de 80 millardos de dólares de venezolanos fuerea de nuestro país. Si se dispusieran a traer aunque fuera sólo una tercera parte de esa cantidad para invertirla en Venezuela, la situación económica no sería la que es, porque pareciera que hay gente que está potenciando la crisis económica y el derrumbamiento del país. Tendrían que ver eso con cuidado, porque si se desata una situación de caos económico y éste degenera en una situación de violencia generalizada, mira, detener esa situación es bien difícil. Por eso me parece insensato que aquellas personas sigan potenciando las condiciones suficientes y necesarias para que en nuestro país se den unos esquemas de violencia generalizada, porque nadie escaparía a los embates de esa situación. Y no se podrá recomponerla con una varita mágica (HARNECKER, 2003, p. 210-211).

Diante do exposto anteriormente, especialmente no que se refere à participação dos EUA, infere-se que o Golpe surgia como alternativa aos grupos políticos tradicionais venezuelanos, mas que eles poderiam contar com elementos externos às fronteiras daquele país. Esses elementos, ao participar das ações que levaram ao Golpe, deixam transparecer que também tinham interesses diretos numa mudança de rumos a ser tomada pela Venezuela. As

implicações de um golpe, naquele momento político, todavia, certamente não se restringiriam somente àquele país. O próprio presidente Chávez irá afirmar, nesse sentido, que o Golpe não tinha como objetivo apenas a troca de um presidente, mas também reverter o quadro que estava se desenhando internacionalmente, com a reativação da OPEP (HARNECKER, 2004).

Conforme analisado em seção anterior do trabalho, a reativação da OPEP se constituiu como um dos eixos principais de política externa desde o início do governo Chávez. Quando ele assumiu o governo, o preço internacional do petróleo estava em torno de US\$ 10, o que deprimia consideravelmente os lucros obtidos, especialmente para a Venezuela, produtora de petróleo pesado e extra-pesado, que apresentam custos mais altos de produção. Isso era resultado, em parte, pela letargia em que se encontrava a OPEP, pois há anos não conseguiam atuar no mercado internacional com vistas à melhoria dos preços. Os seus sócios haviam abandonado os esquemas de limitação de produção, bem como não havia uma concertação política que permitisse uma atuação em bloco. O gráfico abaixo mostra a evolução dos preços internacionais do petróleo, desde 1995. Nele estão refletidos a ação de muitas variáveis que impulsionaram os aumentos, como o efeitos das guerras na Ásia Central e Oriente Médio, a incessante pressão de demanda vinda do Leste Asiático, etc..

Mas, em grande parte, o gráfico reflete a atuação da OPEP, pois, mesmo com os efeitos conjunturais citados, ela poderia agir, por exemplo, aumentando a produção, o que reduziria a pressão sobre a oferta existente. No entanto, devido à reestruturação que ela vem sofrendo desde a última cúpula, realizada em Caracas, há uma possibilidade concreta de ela agir de maneira robusta na defesa dos interesses de seus sócios, isto é, manter os preços num patamar elevado.



Fonte: OPEP. Elaborado pelo autor.

O mais relevante no gráfico acima talvez não seja tentar definir as causas exatas de tamanha elevação de preço nos últimos anos. Isso porque, conforme já observado, as causas são múltiplas e complexas. O mais relevante, certamente, é observar que há uma tendência de manutenção dos preços nesses patamares, com um nítido viés de aceleração nos últimos meses. Essa tendência não era possível de ser observada no momento do Golpe de abril, mas, mesmo com o preço do barril não ultrapassando US\$ 25,00 até 2002, o petróleo já era um elemento de caráter altamente estratégico, conforme já analisamos anteriormente neste trabalho.

Nesse contexto de profundas alterações na agenda internacional, com instabilidades geradas a partir da principal potência do Sistema Internacional; de entrada de novos *players*, como a China e a Índia, aumentando a pressão sobre a demanda; e com a reativação de uma organização com alto poder sobre a oferta mundial de petróleo, a Venezuela passou a se localizar num lugar de destaque na agenda dos EUA. Não somente por ela ser um dos maiores produtores mundiais de óleo, mas também por causa dos processos políticos que estavam em

curso internamente. Esses processos estavam afastando, cada vez mais, o controle desse importante ator energético internacional, por parte dos EUA. Sintetizando esses elementos, os interesses de terceiras pessoas podem ser identificados no trecho abaixo

(...) a *linha Chaves* consolidou um segundo nascimento da OPEP – criada em 1960 – e conseguiu, entre 2000 e 2002, uma elevação significativa dos preços, evitando uma deterioração ainda maior da economia dos países produtores. Para consolidar seus ganhos Chaves, na qualidade de dirigente de um país petroleiro, visitou o inimigo número um dos USA, Saddam Hussein, sendo o primeiro chefe de Estado ocidental a fazê-lo, para discutir as condições de retorno da produção iraquiana ao mercado. Ao mesmo tempo, manteve encontros com Muammar El-Khadafi, da Líbia, e com a nova direção iraniana, em fim, trazendo para o convívio internacional países designados por Bush como o “eixo do mal”. A maior parte da atuação internacional de Chaves contrapunha-se fortemente aos movimentos de Washington visando a promover a estabilização em larga escala do mercado energético mundial pós 11.-S. Aos poucos os USA haviam conquistado a Rússia para sua política de petróleo abundante e barato, fornecendo uma renda permanente e estável à economia russa, da mesma forma que facilitava os esforços do Japão, Europa Ocidental e do próprio Estados Unidos em compor seus estoques estratégicos ante a iminência da invasão do Iraque. Todo este movimento internacional de Chaves acabou por fortalecer a política autonomista do Príncipe Abdullah, da Arábia Saudita, em forte tensão com a política de inundação do mercado por petróleo praticada pelos USA e a Rússia (SILVA, 2002, p. 122-123).

Contando com amplo apoio do governo dos EUA os golpistas retiraram Chávez do poder por 24 horas, no dia 11 de abril de 2002. Entretanto, após essas 24 horas, uma forte movimentação nacional e internacional acabou com o intento oposicionista de tomar o poder pela força, sendo Chávez reconduzido ao Palácio Miraflores. Em outras palavras,

O golpe, um retrocesso à Era Nixon na história da América Latina, provoca grande escândalo nas principais lideranças do continente, com clara condenação por parte do Brasil, Chile, Argentina e México, enquanto o conselho da OEA, reunido em San José da Costa Rica, exige o respeito à lei e resolve enviar uma delegação ao país. Apenas os USA, através de seu porta-voz, Ari Fleischer, a Espanha e o Vaticano se congratulavam com o sucesso dos golpistas de Caracas, enquanto o FMI – que até agora tem deixado a Argentina sangrar sozinha – se oferecia de imediato para assessorar o novo regime. O relógio latino-americano marcava a hora da Guerra Fria e do intervencionismo americano (SILVA, 2002, p. 130).

Todo o processo que levou ao Golpe e a seqüência que eventos que se produzirão no pós-Golpe, servirão para consolidar a posição de uma nova hegemonia nascente na Venezuela, liderada por um governo com amplo apoio popular. Foi em decorrência desse apoio popular, que as condições para o retorno ao governo, logo após o Golpe, foram criadas. Conforme o general Baduel assinalou – de acordo com citação acima – uma desestabilização

generalizada das estruturas sociais poderiam tomar corpo em território venezuelano se as práticas adotadas por forças contrárias ao governo estabelecido continuassem.

O período que se inicia após o Golpe de abril, será marcado por uma intensificação do governo por rupturas nas estruturas que ainda restavam nos moldes da IV República, notadamente a PDVSA. Esta empresa será a última trincheira daqueles que estavam perdendo o espaço que dominaram por mais de quarenta anos no Estado venezuelano, mas novamente serão derrotados. O governo que ainda conservava várias continuidades com o período anterior, irá empreender uma profunda guinada nas ações, respaldado pelo apoio popular e legitimado diante da desorganização e perda de credibilidade de amplos setores de oposição. Esta guinada será sentida de maneira mais intensa na retomada do controle dos entes ligados ao petróleo, em especial a PDVSA, e na destinação da renda petroleira.

3.3 As destinações da renda petroleira

O início do governo Chávez, em 1999, não causará mudanças significativas na caracterização e funcionamento da PDVSA, o principal componente de todo o sistema petroleiro venezuelano. Seu comportamento de ente privado, apesar das vinculações à Administração Pública, continuou como era antes do início do governo Chávez. Nenhuma de suas operações comerciais, de exploração ou até mesmo sua gestão foram modificadas. Isto estava de acordo com a nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela, que não previa qualquer modificação na natureza das operações da petroleira.

A destinação dos resultados obtidos pela PDVSA, porém, passariam a receber uma atenção diferenciada, levando à conformação de um quadro de responsabilidades desta

empresa com o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse aspecto, há um importante ponto de inflexão, pois mesmo mantidas todas as características de uma empresa privada, a PDVSA passará a servir, cada vez mais, como um agente garantidor das medidas adotadas pelo governo venezuelano em busca de uma melhoria do bem-estar da sociedade, não apenas como financiador de projetos de interesse público, como também de agente indutor direto, através de pesados investimentos em infra-estrutura, em parceria com o *Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela* (BANDES), por exemplo.

Esse ponto de inflexão só foi possível pela ocorrência de mudanças significativas na legislação, principalmente na que se refere ao papel que o Banco Central da Venezuela (BCV) desempenhava em relação às divisas geradas pela estatal. Para tanto, foi realizada uma reforma parcial na legislação deste órgão, permitindo assim uma maior flexibilidade na gestão daquelas divisas. A alteração mais importante foi a do artigo 113 da *Ley del Banco Central de Venezuela* que ditava – até a *Ley de Reforma Parcial de La Ley del Banco Central de Venezuela* –, ocorrida em 2005, que

las divisas que se obtengan por concepto de las exportaciones de hidrocarburos deberán ser vendidas exclusivamente al Banco Central de Venezuela, al tipo de cambio que rija para cada operación. El contravalor en bolívares de las divisas provenientes de estas exportaciones se depositará en la cuenta respectiva en el Banco. El Banco Central de Venezuela debe suministrar a Petróleos de Venezuela S.A., o al ente creado para el manejo de la industria petrolera, las divisas que esta empresa solicite para la cobertura de sus necesidades, de acuerdo con el presupuesto de divisas aprobado por la Asamblea de dicha empresa para el respectivo ejercicio, así como con la programación trimestral que deberá ésta presentar al Banco, dentro de los últimos quince (15) días de cada trimestre. Petróleos de Venezuela S.A., o el ente creado para el manejo de la industria petrolera, no mantendrá fondos en divisas por encima del límite que le haya autorizado el Directorio del Banco Central de Venezuela, a los efectos de sus pagos operativos en el exterior y que aparecerá reflejado en los balances de la empresa. Asimismo, informará trimestralmente o a requerimiento del Banco sobre el uso y destino de los referidos fondos.³⁸

O referido artigo poderia significar uma importante barreira à implantação de programas governamentais financiados a partir da renda petroleira. Na prática, contudo, este artigo não impediu que fosse criado um mecanismo de transferência de divisas provenientes

³⁸ *Ley del Banco Central de Venezuela – año 2001, artículo 113.*

das operações da PDVSA aos programas que passariam a ser implantados. Esse mecanismo se constituiu como o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA), criado em maio de 2004, sendo operado, a partir de julho de 2004, em conjunto com o BANDES. O FONDESPA constitui-se como a principal fonte de financiamento das *Misiones Bolivarianas*, voltadas para programas sociais que não tinham espaço para atendimento no modelo anterior.

3.3.1 Missões Bolivarianas

As *Misiones* possibilitaram a aplicação de políticas públicas, formuladas pelo Estado venezuelano, de maneira inédita, em amplos setores da sociedade. As missões constituídas na Venezuela são: Arbol, Ciencia, Cultura, Guaiacupuro, Hábitat, Identidad, Madres Del Barrio, Mercal, Milagro, Miranda, Negra Hipólita, Piar, Revolución Energética, Ribas, Robinsón I, Robinsón II, Sucre, Villanueva, Vuelvan Caras, Zamora e Barrio Adentro. Faremos um breve apontamento dos objetivos e propostas de cada Missão, tentando assinalar as relações que elas mantêm com setores da sociedade e economia venezuelanas.

A Missão *Arbol* tem como objetivo a preservação e recuperação de espaços florestais degradados, além de buscar um novo modelo produtivo, que possibilite a manutenção do equilíbrio ecológico. Foi instituída em junho de 2006, contando com uma participação multiministerial: *Ministerio de Agricultura y Tierras, Ministerio de Educación y Deporte, Ministerio para La Economía Popular, Ministerio de Educación Superior, Ministerio de Ciencia y Tecnología, Ministerio de La Cultura e Ministerio de Industrias Básicas y Minería*. Essa participação multifacetada de diferentes órgãos do governo demonstram que os objetivos

da missão não se restringem, *stricto sensu*, somente ao aspecto ambiental, mas também às formas de organização que podem derivar de amplos debates tendo o meio ambiente como centro. A Missão tem como “*visión*:

Generar en la población venezolana una conciencia ambiental sobre la importancia de los bosques, el equilibrio ecológico y la recuperación de espacios degradados como consecuencia del modelo de desarrollo predominante, particularmente en quienes habitan áreas rurales, con el objetivo de promover una nueva ética ambientalista y mejorar su calidad de vida.”³⁹

E como missão a ser cumprida:

Contribuir con la participación protagónica de las comunidades, organizadas en comités conservacionistas y cooperativas, para la construcción de un nuevo modelo de desarrollo que se fundamente en la recuperación, conservación y uso sustentable de los bosques para el mejoramiento de su calidad de vida.⁴⁰

A Missão *Ciencia* tem como objetivo massificar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Parte-se da concepção, para caracterização da Missão, de que estes conhecimentos possuem grande potencial para melhorar a qualidade de vida da população, mas que, antes da V República, eles eram acessíveis a uma pequena parcela da população, que dispunham de uma situação sócio-econômica privilegiada. Essa parcela da população utilizava esses conhecimentos para a manutenção de sua posição social enquanto elite. A Missão surge, então, para proporcionar uma maior disseminação desses conhecimentos, mas com o viés de inclusão e emancipação da sociedade. Em outras palavras,

La meta propuesta es modelar una nueva cultura científica y tecnológica que aborde la producción colectiva de conocimiento científico, el diálogo de saberes, la integralidad, la interdisciplinariedad y la participación de diversidad de actores en el ámbito del desarrollo científico-tecnológico del país, con la finalidad de alcanzar mayores niveles de soberanía” [tendo como visão geral] “lograr un sistema humanista y consolidado de ciencia, tecnología e innovación local, regional y nacional incluyente, sustentado en el diálogo de saberes donde los actores y las actoras sociales, instituciones y organizaciones que lo conforman, gestarán la creación, producción y aplicación de conocimientos científicos y tecnológicos, con los medios de información necesarios, al alcance de todos y todas, para lograr así una mayor autonomía tecnológica e incidir de manera efectiva en el desarrollo endógeno sustentable, como herramienta para lograr la suprema felicidad social y en consecuencia la construcción de una sociedad socialista.”⁴¹

³⁹ Documento: *Sembramos para salvar el planeta: Misión Arbol*. Disponível em: <http://www.gobiernoonlinea.ve/miscelaneas/misiones.html#arbol>

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Disponível em <http://www.misionciencia.gob.ve/>

É interessante notar que há referência a alcançar a *suprema felicidad social* a partir da obtenção e disseminação de conhecimentos científicos e técnicos. Isso porque o principal objetivo a ser alcançado nas políticas públicas concebidas de maneira tradicional é o da eficiência na alocação dos recursos. A eficiência, observada a partir de uma ótica econômica, na alocação de recursos nem sempre proporciona a melhor satisfação de todos os integrantes da sociedade, provocando uma distorção entre nos resultados obtidos.

A Missão *Cultura* encontra seus fundamentos no Artigo 99 do texto constitucional venezuelano, o qual afirma que

los valores de la cultura constituyen un bien irrenunciable del pueblo venezolano y un derecho fundamental que el Estado fomentará y garantizará, procurando las condiciones, instrumentos legales, medios y presupuestos necesarios. Se reconoce la autonomía de la administración cultural pública en los términos que establezca la ley. El Estado garantizará la protección y preservación, enriquecimiento, conservación y restauración del patrimonio cultural, tangible e intangible, y la memoria histórica de la Nación. Los bienes que constituyen el patrimonio cultural de la Nación son inalienables, imprescriptibles e inembargables. La ley establecerá las penas y sanciones para los daños causados a estos bienes.

Essa Missão tem como objetivo geral consolidar a criação de uma estrutura que permita operacionalizar os mais diferentes aspectos da cultura nacional venezuelana, a partir do “*seno del pueblo*”. Em realidade, ela surge como uma das estratégias de afirmação da identidade nacional, através da apreciação do patrimônio cultural e valorização da história pessoal e coletiva da nação. Para tanto, tem como missão, entre outros aspectos, “*garantizan la libertad en la creación cultural a través del fomento (...) de la obra creativa; el respeto a la interculturalidad y la previsión de las condiciones, instrumentos legales y medios necesarios para enriquecer, proteger y preservar la cultura popular y comunitaria...*”⁴²

O Ministerio del Ambiente y Recursos Naturales é o órgão responsável pela Missão *Guiacapuro*. Esta Missão tem como característica principal a busca pelo ressarcimento de uma “dívida histórica”, reconhecida pelo governo, com os povos indígenas. Ela se baseia nos pontos trazidos no bojo da própria Constituição Federal, que versam sobre os direitos dos

⁴² Disponível em <http://www.misioncultura.gob.ve/fmc.php?fmc=2>

povos indígenas. Em relação a esta Missão, é interessante notar que há uma clara ênfase no aspecto da restituição dos direitos indígenas, reconhecendo que eles, ao longo da história do país, foram retirados desses povos, ou, em outras palavras, que não há, agora, a concessão de privilégios, mas apenas a restituição de tais direitos.

A partir do diagnóstico de que há um déficit habitacional de 1.8 milhão de moradias, de que há uma imensa quantidade de construções que se encontram em situação de risco ou sem acesso a serviços básicos e de que mais de 60% das já existentes necessitam de melhorias⁴³, surge a Missão *Hábitat*. O somatório do déficit, das moradias em situação de risco e das com necessidade de melhoria, eleva para 2.5 milhões as moradias a construir ou com necessidade de investimentos na Venezuela. Esta Missão está ancorada no Artigo 82 da Constituição, o qual prevê que

toda persona tiene derecho a una vivienda adecuada, segura, cómoda, higiénica, con servicios básicos esenciales que incluyan un hábitat que humanice las relaciones familiares, vecinales y comunitarias. La satisfacción progresiva de este derecho es obligación compartida entre los ciudadanos y ciudadanas y el Estado en todos sus ámbitos.

El Estado dará prioridad a las familias y garantizará los medios para que éstas, y especialmente las de escasos recursos, puedan acceder a las políticas sociales y al crédito para la construcción, adquisición o ampliación de viviendas.

Dois aspectos se sobressaem nessa Missão. O primeiro é de caráter normativo, pois há uma previsão expressa de que o Estado priorizará as famílias. Há aqui um nítido estímulo do Estado a políticas públicas que diminuam a desagregação social, ao conceber a família como unidade básica social para acesso aos recursos do governo para habitação. O efeito indireto de estimular a organização de famílias é a facilitação para implantação de outras políticas, como as relacionadas à saúde pública e planejamento familiar reprodutivo, por exemplo.

O segundo aspecto é o relacionado à dinamização produtiva da economia. Isso se deve ao montante a ser aplicado na construção e reforma de casas. O orçamento inicial previsto era de 200 milhões de dólares para 2004, objetivando a construção de 10 mil moradias. Para o

⁴³ Disponível em <http://www.ine.gob.ve>

ano seguinte o orçamento previsto era de 500 milhões de dólares. A expectativa inicial do impacto imediato sobre a economia era a da geração de 600 mil empregos diretos, somente nos últimos meses de 2004, com a possibilidade de aumento desse número em 2005, com os novos investimentos. Para além da geração de empregos diretos, há também o impacto em toda a cadeia produtiva envolvida na construção civil, que envolve desde o setor ligado a produção de cimento, tijolos, telhas, fios elétricos e encanamentos, até os ligados à produção de aço. Enfim, o investimento feito pelo governo é um dos elementos que afetam diretamente PIB e, dependendo do tipo de investimento, que, neste caso, destina-se a uma atividade produtiva com amplo raio de ação no lado real da economia pode, também, modificar o perfil do PIB.

A modificação de perfil do PIB, no caso venezuelano, é particularmente importante, devido às implicações nas forças produtivas de um país que teve, em sua história recente, um longo período com a economia sofrendo as ações de uma mentalidade rentista por parte das elites dirigentes. Como já vimos, a renda proveniente do petróleo provocou importantes distorções no setor produtivo venezuelano, pois com o câmbio tendendo sempre à apreciação, e sem políticas governamentais de intervenção para contornar tais distorções, não havia necessidade de se estimular a substituição de importações. Esse é um dos motivos que levou a Venezuela a passar por um processo de industrialização tardio em relação aos seus vizinhos sul-americanos.

A Missão *Identidad*, sob a responsabilidade da *Oficina Nacional de Identificación y Extranjería* (ONIDEX), objetiva emitir cédulas de identidade à maior parte da população venezuelana. Este processo é de suma importância à efetiva participação da população na vida democrática do país, tendo em vista que este é o principal documento do cidadão venezuelano. Sem ele não é possível, por exemplo, votar ou participar de programas governamentais, pois somente *ciudadãos* possuem esses direitos numa democracia.

A ONIDEX, num balanço feito em meados de 2004, constatou que já haviam sido emitidas 4.6 milhões de cédulas de identidade, desde o início da Missão, estando incluídas neste dado as renovações ou segundas vias. Estas pessoas, agora cidadãos, além de poderem participar dos programas governamentais e existirem oficialmente nas estatísticas nacionais, também se tornaram aptos a participarem de decisões que afetam os rumos de toda a nação. O Referendo, que ocorreu em 2004, é um exemplo dessa nova capacidade, concedida a grande parcela da população, que antes se obrigava a não participar de tais situações. Não podemos deixar de assinalar, também, que o governo Chávez pôde obter importantes dividendos a partir de uma maior participação popular, haja vista que seu governo encontra nas classes populares a sua maior base de apoio.

Não obstante, é importante assinalar que esta Missão não se emanou de uma decisão originária do governo, isto é, não foi apenas baseada na conveniência e oportunidade que caracterizam quaisquer atos discricionários tomados pela Administração Pública. Antes de tudo, ela está contida na Carta Maior do país, em seu Artigo 56, o qual prescreve que

toda persona tiene derecho a un nombre propio, al apellido del padre y al de la madre y a conocer la identidad de los mismos. El Estado garantizará el derecho a investigar la maternidad y la paternidad.
Toda persona tiene derecho a ser inscrita gratuitamente en el registro civil después de su nacimiento y a obtener documentos públicos que comprueben su identidad biológica, de conformidad con la ley. Éstos no contendrán mención alguna que califique la filiación.

A Missão *Mercal*, sigla para as palavras Mercado de Alimentos, tem uma relação muito forte com o *paro* de 2002. Em realidade, ela se forjou dentro das conseqüências do *paro*. Com as dificuldades geradas pela greve geral, especialmente aquelas relacionadas à distribuição de alimentos no país, o governo venezuelano decidiu diversificar as possibilidades de distribuição. Para tanto, decidiu-se diminuir a participação das grandes redes de atacadistas e supermercados no comércio de itens básicos, através da criação ou instrumentalização de pequenos mercados populares ou a realização de vendas através dos *megamercales*, que se realizam nas ruas. Esses mercados recebem os gêneros de primeira

necessidade diretamente do governo, com preços abaixo dos praticados no mercado, podendo os descontos atingir até 45%. Onde não existem instalações físicas para a operacionalização desses mercados, caminhões vendem os produtos nas ruas.

A Missão *Milagro*, também chamada de *Convenio Solidario*, tem uma peculiaridade em relação às outras misiones, pois se constitui a partir de arranjos internacionais com outro país: Cuba. Um outro aspecto relevante é que ela surge como decorrência de outra Missão, a *Barrio Adentro*, a partir da identificação de carências que não poderiam ser supridas por uma intervenção convencional do governo. Sobre a *Barrio Adentro* falaremos mais adiante.

Com a crescente proximidade entre os dois países, Cuba e Venezuela, através do fornecimento de petróleo por parte deste a Cuba e das afinidades ideológicas dos dois governos foi possível a constituição de um convênio com estas características. Ainda no ano de 2000 foi assinado o *Convenio Integral de Cooperación entre Cuba y Venezuela*, o qual abrangia serviços médicos, especializados e técnicos. Entre as carências acima citadas se incluíam a negativa de médicos venezuelanos em atender nos bairros, o que motivou a busca de alternativas fora do país.

O objetivo principal da Missão *Milagro* é o atendimento de pessoas com problemas de saúde cujo tratamento possa ser mais bem encaminhado, nos marcos do Convênio, em Cuba do que na Venezuela. Entre eles destacam-se os oftalmológicos, notadamente a catarata⁴⁴, uma debilidade que pode alijar milhares de pessoas do convívio em sociedade, mas que tem custos de reparação relativamente baixos.

⁴⁴ A catarata é uma doença oftalmológica que pode causar a cegueira. Ela surge com o envelhecimento do cristalino, que é a “lente natural” do globo ocular, incidindo com mais intensidade em pessoas com mais de 60 anos. Apesar de ser a maior causa de cegueira, este problema pode ser corrigido com procedimentos relativamente simples, mesmo em estágios avançados, através de cirurgia. Em outros países, também tem se verificado esforços para se contornar a dificuldade de acesso de idosos, de baixa renda em especial, aos tratamentos adequados. No Brasil, por exemplo, mutirões de médicos de vários estados têm sido organizados, de maneira voluntária, para aplicação de tratamento em pacientes do Nordeste. Há inúmeros relatos de pessoas que estavam há vários anos sem poder enxergar e que, com uma simples intervenção cirúrgica, puderam recuperar este sentido.

As ações da Missão Milagro se desenvolvem no contexto das modificações empreendidas no sistema de saúde venezuelano. Entre as modificações mais marcantes está a transformação do *Ministerio de Sanidad y Asistencia Social* em *Ministerio de Salud y Desarrollo Social*, o qual passou a organizar o sistema de saúde nacional a partir do entendimento de que os problemas de saúde pública têm implicações na sociedade que vão além do âmbito médico. Além disso, o direito à saúde foi consagrado na Constituição Nacional como uma extensão do direito à vida, prescrevendo o Artigo 83 que

La salud es un derecho social fundamental, obligación del Estado, que lo garantizará como parte del derecho a la vida. El Estado promoverá y desarrollará políticas orientadas a elevar la calidad de vida, el bienestar colectivo y el acceso a los servicios. Todas las personas tienen derecho a la protección de la salud, así como el deber de participar activamente en su promoción y defensa, y el de cumplir con las medidas sanitarias y de saneamiento que establezca la ley, de conformidad con los tratados y convenios internacionales suscritos y ratificados por la República.

Um outro aspecto que redundou na assinatura deste convênio foi a percepção por parte do governo de Chávez de que o sistema de saúde venezuelano enfrentava um processo de exaustão, decorrente do abandono e da falta de prioridade para este setor dos governos anteriores. Isto fica claro no documento de apresentação da Missão Milagro, no qual consta que a “salud, alimentación, educación, trabajo (...) factores, que consideramos pilares fundamentales de nuestra sociedad, en los años de la cuarta república dejaron de ser un derecho de todos, para convertirse en oportunidad de unos pocos. Los venezolanos fueron convertidos en mendigos de sus necesidades básicas.”⁴⁵

Dentre as *Misiones Bolivarianas*, talvez a que tenha suscitado maior resistência internacional seja a Missão *Miranda*. Isto porque seu raio de atuação está circunscrito aos assuntos de defesa nacional, envolvendo, por consequência, a compra de armamentos pelo governo. O fator relevante neste caso não é, em essência, a ação de comprar armamentos, mas sim a quantidade e o tipo.

Optou o governo venezuelano pela compra de fuzis Kalashnikov AK-103 e AK-104, um modelo, segundo especialistas, obsoleto para os padrões exigidos atualmente na configuração das forças de defesa nacional. Quanto à quantidade, a compra inicial foi de

⁴⁵ Documento disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/misc-view/sharedfiles/Folleto_Mision_Milagro.pdf>

100.000 fuzis o que seria o suficiente para equipar todo o exército em atividade. Todavia, há a previsão de compra adicional entre 50.000 e 150.000 fuzis, sendo estas as destinadas a equipar a Reserva Estratégica. Essa Reserva Estratégica se configura como núcleo da Missão Miranda.

Essa Missão teria como objetivo geral estruturar o sistema de reserva da Força Armada Nacional de tal maneira que fosse possibilitada sua execução. Entre os objetivos específicos dela estão os seguintes:

[...] organizar, captar, registrar, controlar, reentrenar la Reserva de la FAN con la finalidad de contribuir con la integridad del espacio geográfico, mediante la defensa militar, la cooperación en el mantenimiento del orden interno y la participación activa en el desarrollo nacional (VENEZUELA/MCI, 2005)⁴⁶.

A Missão *Negra Hipólita* foi concebida com a finalidade de eliminar a pobreza extrema e os problemas sociais dela decorrente, entre eles o consumo e tráfico de drogas e a violência familiar, por exemplo. Além destes casos, os moradores de rua, com especial atenção às crianças e aos adolescentes, também serão focalizados pela Missão. Ela recebeu este nome em homenagem à Hipólita, uma mulher negra que Bolívar considerava ser sua segunda mãe, pois foi ela quem efetivamente cuidou do futuro líder latino-americano, após este ter perdido os pais, aos nove anos de idade.

A Missão *Piar* surgiu para atender as pessoas trabalhadoras do setor de mineração. Ela foi estruturada a partir de quatro eixos: *Upata – Km 88; Santa Elena de Uairén – Icabaru; La Paragua – Alto Caroní; Río Aro – Guaniamo*. Além dos eixos, também foram incluídos na formulação três objetivos transversais: i) *sociais*, buscando “alcanzar un nivel de vida acorde con la dignidad humana, lograr la estabilidad y el asentamiento territorial del pequeño minero y su familia e propiciar la organización y participación ciudadana para elevar la conciencia cívica”; ii) *econômicos*, através do “aprovechamiento racional y organizado de los recursos e [para] contribuir a diversificar la oferta exportadora venezolana”; iii) *ambientais*, procurando

⁴⁶ Documento disponível no endereço: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misionmiranda.pdf>>

“recuperar las áreas degradadas por explotaciones mineras desorganizadas, enmarcar las nuevas explotaciones dentro del manejo conservacionista del ambiente e establecer desarrollos poblacionales apegados a la normativa ambiental”⁴⁷.

Uma das formas de expressão dos objetivos acima é o apoio às cooperativas de trabalhadores mineiros. Através delas têm sido possível estimular a criação - e a manutenção dos já existentes – pequenos empreendimentos de mineração. Um convênio existente entre o BANDES e o *Ministerio de Energía y Minas* tem permitido a operacionalização destas cooperativas. Somente em Bizkaitarra, localizada na fronteira com a Guiana, e que tem como principal mineral de exploração o ouro, há mais de vinte cooperativas com esse perfil. Em realidade, o objetivo fundamental desta Missão é manter na legalidade a pequena empresa de exploração mineira e colocar seus exploradores sob o “guarda-chuva” do Estado.

A Missão *Revolución Energética* dedicar-se-á à implantação de ações visando um aumento da eficiência energética venezuelana no setor público, privado e nas famílias. A primeira fase da Missão tem como objetivo a substituição de 52 milhões de lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas, o que resultará numa economia estimada de 12,7 % de toda a energia elétrica consumida no país. Esta redução representa o equivalente a investimentos de US\$ 1,5 bilhão, que poderão ser revertidos para a instalação de novas plantas. A redução estimada do consumo de diesel é da ordem de 24,7 mbd (mil barris ao dia), representando, financeiramente, um valor em torno de US\$ 630,0 milhões de dólares.

Esta Missão, como o presente na maioria das outras, traz em sua concepção a tentativa de obtenção de externalidades positivas. A tabela abaixo, contendo os dados iniciais acerca da substituição de lâmpadas incandescentes, ilustra este componente, ao ficar evidenciado o potencial de geração de empregos diretos e a diversidade da origem destes. *A fuerza de*

⁴⁷ Documento de apresentação da Missão Piar. Disponível em <<http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misionpiar.pdf>>

trabajo da Missão, descrita no documento de apresentação, é composta de “trabajadores sociales, luchadores sociales, jefes de brigada e profesores y cuadros”.⁴⁸

Tabela 5: Dados iniciais da Missão *Revolución Energética*

Estados	Promedio de Bombillos Incand. por Viviendas	Total de Bombillos a Sustituir	Fuerza de Trabajo				Total
			Trab. Sociales	Luchadores Sociales	Jefes de Brigada	Profesores y Cuadros	
Zulia	6	4.722.980	130	130	13	5	278
Falcón	8	1.714.727	50	50	5	5	110
Trujillo	7	1.202.449	35	35	3	3	76
Lara	6	2.536.310	70	70	7	5	152
Aragua	9	3.348.024	95	95	10	5	205
Miranda	10	7.056.582	200	200	20	5	425
Mérida	10	2.011.217	58	58	6	5	127
Barinas	5	793.699	25	25	3	3	56
Portuguesa	8	1.489.932	45	45	5	5	100
Bolívar	9	2.818.193	80	80	8	5	173
Capital	8	3.459.499	100	100	10	5	215
Carabobo	9	4.423.679	125	125	13	5	268
Táchira	7	1.743.013	50	50	5	5	110
Delta Amacuro	9	206.832	10	10	1	2	23
Nueva Esparta	8	886.797	25	25	3	3	56
Cojedes	8	531.720	20	20	2	3	45
Guárico	7	1.277.270	40	40	4	5	89
Anzuategui	8	2.935.725	85	85	9	5	184
Sucre	8	1.522.658	45	45	5	5	100
Monagas	8	1.633.535	50	50	5	5	110
Apure	6	478.939	18	18	2	2	40
Amazonas	7	111.504	7	7	1	2	17

⁴⁸ Informações constantes no documento de apresentação da Misión Revolución Energética, produzido pelo Ministerio Del Poder Popular para La Energía y Petróleo, disponível no endereço: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/mision-energetica.pdf>>

Estados	Promedio de Bombillos Incand. por Viviendas	Total de Bombillos a Sustituir	Fuerza de Trabajo				Total
			Trab. Sociales	Luchadores Sociales	Jefes de Brigada	Profesores y Cuadros	
Grupo del Puerto			72		3	1	76
Puesto de Mando						25	25
TOTALES	8	48.839.463	1.492	1.420	149	125	3.186

Fonte: Ministerio Del Poder Popular para La Energía y Petróleo

Em homenagem a José Felix Ribas⁴⁹, a Missão *Ribas* faz parte do sistema criado para atender a problemas críticos na área educacional da Venezuela, tendo sido criada em novembro de 2003. O público alvo desta Missão são os alunos que já tenham terminado o ensino fundamental, proporcionando a eles o acesso ao ensino secundário, através de bolsas e outros incentivos.

Apesar de seu objetivo principal ser proporcionar o acesso ao ensino secundário, ela não é uma derivação direta da Missão *Robinsón* – sobre a qual abordaremos adiante no texto e que trata do acesso à educação fundamental -, mas sim um projeto autônomo, que visa atender os egressos desta Missão, mas também aqueles que fizeram o ensino fundamental no sistema tradicional de ensino, não havendo, para tanto, qualquer restrição para a idade máxima.

Um outro aspecto relevante da Missão Ribas é a sua integração a jusante com o mercado de trabalho, pois uma de suas atribuições é o planejamento a respeito da inserção de seus egressos ao setor produtivo, notadamente o energético, petroleiro e mineiro. Em outras palavras, aqueles que foram atendidos pela Missão têm a entrada no mercado de trabalho facilitada pelo governo, pois, de modo geral, seu público alvo é constituído de pessoas que estavam à margem de qualquer inserção social, sofrendo de várias maneiras as conseqüências da falta de capacitações (*“capability”*).

⁴⁹ General do exército venezuelano, José Felix Ribas foi um dos responsáveis pela independência daquele país, lutando ao lado de Bolívar. Um dos seus feitos mais lembrados é sua participação na *Batalla de La Victoria*, da qual saiu vencedor, mesmo contando com uma força menos preparada que a do império, constituída basicamente de jovens estudantes e seminaristas. Nesta batalha ele pronunciou uma famosa frase nos meios militares daquele país: “No podemos optar entre vencer o morir, necesario es vencer”

A Missão Robinsón I está focalizada nos analfabetos venezuelanos. O método adotado na alfabetização de seu público alvo não se assemelha aos convencionais utilizados na maioria dos países do mundo. Tal opção derivou das características sócio-culturais do país - com uma falta crônica das estruturas tradicionais de ensino para a maioria da população pobre -, e da necessidade criada pelo governo de tornar a Venezuela um país com o analfabetismo erradicado.

Esta Missão teve início em 1º de julho de 2003, através da mobilização de milhares de voluntários com a meta de alfabetizar 1,5 milhão de venezuelanos. Ao atingir esta meta o país poderia ser considerado livre do analfabetismo, o que, segundo o governo, foi alcançado no final de 2005. Este fato foi levado ao conhecimento da 33ª Seção da Conferência Geral da UNESCO⁵⁰, ocorrida em outubro de 2005, em Paris. Este feito tem um significado que extrapola o campo puramente educacional, pois tal resultado já havia antes acontecido em Cuba, quando aquele país conseguiu alfabetizar toda sua população nos primeiros anos pós-Revolução. Para tanto, o governo venezuelano optou pelo método já testado pela Ilha, chamado “*Yo, sí puedo*”.⁵¹

⁵⁰ La Mission Robinson au Venezuela, disponível em: <http://portal.unesco.org/education/fr/ev.php-URL_ID=42510&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>

⁵¹ Este método nasceu em março de 2001, a partir de uma solicitação do governo cubano para a elaboração de uma nova metodologia, que possibilitasse um processo de alfabetização rápido. O método se baseia no uso de meios de comunicação massivos, como rádio e televisão, trazendo vantagens consideráveis para intervenções em regiões com recursos escassos. Em outras palavras “esta es una concepción con un carácter integrador, propiciadora del diálogo constante, (dialógica); la reflexión oportuna ante temas y situaciones de carácter objetivo y subjetivo, (reflexiva) y facilitadora del debate y la discusión, (problematizadora). En cada una de las clases radiales o televisivas, se abordan temas de gran interés, a partir de las necesidades más comunes en nuestra región: la salud, la convivencia familiar, la atención a las personas de la tercera edad, el cuidado de la naturaleza y el medio ambiente, la historia y cultura de nuestros pueblos, en general. En esta organización de la alfabetización, tanto la radio como la televisión, se convierten en los principales transmisores de la concepción planteada y constituyen los soportes esenciales de todo el proceso de enseñanza-aprendizaje. El método desarrollado para la alfabetización por radio o televisión es el ecléctico, mixto, compuesto o global. También se hace uso de las técnicas y procedimientos del audio-ideovisual y táctil o motor, combinadas con el análisis y la síntesis. Los pedagogos cubanos han desarrollado también un programa de Seguimiento hasta el 6to grado. La importancia del Seguimiento es vital para eliminar el analfabetismo por desuso. Es conocido que países que han desarrollado campañas nacionales de alfabetización han visto a los pocos años el rápido incremento de los índices de analfabetismo, precisamente porque no hubo después programas de Seguimiento. El Seguimiento no puede agotar todos los asuntos de las disciplinas que se estudian en la Educación General para niños y jóvenes. Los participantes sólo aprenden lo esencial que pueda servirles de base para sus estudios futuros que les permitan rendir más en la vida laboral y social en general. Por eso debe evitarse el exceso de definiciones que requieren de

Cabe ressaltar que a questão educacional faz parte do centro do debate acerca das variáveis mais importantes a serem atacadas para a indução do desenvolvimento social e econômico de uma sociedade. Em seu livro, *Depois do Império*, Todd aborda esta questão a partir da concepção de que a educação é indutora de *emancipações*, estabelecendo uma correlação inversa entre taxa de natalidade, educação e desenvolvimento socioeconômico em diversos países, notadamente os do Leste Europeu (TODD, 2003). Diante desse e de outros elementos, apesar das críticas feitas pelos grupos de oposição ao governo chavista, é possível inferir que as *Misiones* estruturadas no setor educacional têm um amplo potencial para a construção de forças sociais com poder transformador na sociedade venezuelana.

A busca pelo elemento transformador através do incremento no nível educacional da população, ao menos no plano das idéias, não se restringe à alfabetização, papel destinado à Missão Robinsón I. Enlaçada a ela foi criada a Missão *Robinsón II*, com a responsabilidade de consolidar e aprofundar o conhecimento daqueles alfabetizados pela Robinsón I ou os que disponham desse nível de formação através de outros meios. A metodologia utilizada é semelhante à da sua Missão análoga, com o acréscimo de materiais didáticos com conteúdos de matemática, língua estrangeira, história, geografia e ciências naturais. O método também sofre uma pequena modificação na denominação, sendo chamado de “*Yo sí puedo seguir*”.⁵²

O governo venezuelano, dando continuidade às políticas voltadas à educação básica, formadas pelo sistema tradicional de ensino somado às missões Robinsoneanas e a Missão Ribas, criou a Missão *Sucre*⁵³, no ano de 2003. Em realidade, a Missão Sucre é a denominação que se deu ao *Plan Extraordinario Mariscal Antonio José de Sucre*.

un aprendizaje memorístico innecesario.” (Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño – La Habana, Cuba)

⁵² Ministério Del Poder Popular para La Educación.

⁵³ No documento de apresentação da Missão, consta que “En la Misión Sucre se conjuga una visión de justicia social, con el carácter estratégico de la educación superior para el desarrollo humano integral sustentable, la soberanía nacional y la construcción de una sociedad democrática y participativa, para lo cual es indispensable garantizar la participación de la sociedad en la generación, transformación, difusión y aprovechamiento creativo de los saberes y haceres”. (VENEZUELA/MES, disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misionsucre.pdf>>)

Essa Missão surge a partir da constatação de que há uma grande barreira para o acesso ao ensino superior na Venezuela, criada pela exclusão de parcelas pobres da população, pelos constantes cortes orçamentários executados até 1998 e por outros fatores de responsabilidade direta do Estado. Ela surge também, da mesma maneira que as outras Missões educacionais, em consonância com o Título III, Capítulo VI – “De los derechos culturales y educativos” –, da Carta Magna venezuelana, notadamente o Artigo 102, o qual prescreve que

La educación es un derecho humano y un deber social fundamental, es democrática, gratuita y obligatoria. El Estado la asumirá como función indeclinable y de máximo interés en todos sus niveles y modalidades, y como instrumento del conocimiento científico, humanístico y tecnológico al servicio de la sociedad. La educación es un servicio público y está fundamentada en el respeto a todas las corrientes del pensamiento, con la finalidad de desarrollar el potencial creativo de cada ser humano y el pleno ejercicio de su personalidad en una sociedad democrática basada en la valoración ética del trabajo y en la participación activa, consciente y solidaria en los procesos de transformación social, consustanciados con los valores de la identidad nacional y con una visión latinoamericana y universal. El Estado, con la participación de las familias y la sociedad, promoverá el proceso de educación ciudadana, de acuerdo con los principios contenidos en esta Constitución y en la ley.

Esta Missão introduziu uma mudança significativa na gestão da educação superior. Através dela, propõe-se que esse nível educacional seja municipalizado, objetivando um melhor atendimento dos interesses locais e regionais, “tomando como punto de referencia la cultura específica de las poblaciones con sus necesidades, problemas, acervos, exigencias y potencialidades”⁵⁴. Até o ano de 2005, em torno de 300.000 venezuelanos tinham se inscrito em um dos programas oferecidos pela Missão; desses, mais de 80.000 foram contemplados com bolsas fornecidas pelo governo. Além dos estudantes venezuelanos, outros países também foram contemplados nesses programas, como o Brasil, que tinha 182 estudantes participantes – sendo a maioria do estado de Roraima.

A Missão *Villanueva*⁵⁵ destina-se a intervenções no setor habitacional, procurando modificar zonas inteiras de centros urbanos. Enquanto a Missão Habitat, abordada

⁵⁴ VENEZUELA/MES, disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misionsucre.pdf>>

⁵⁵ Carlos Raúl Villanueva Astou é considerado o maior arquiteto venezuelano do século XX. Ele projetou, entre outros, o Campus da Universidad Central de Venezuela, que foi tombado pela UNESCO como patrimônio da humanidade, em 2000.

anteriormente, tem como função principal atender, de imediato, as carências resultantes de condições precárias de moradia, permitindo uma sobrevivência em melhores patamares, a Missão Villanueva propõe-se a modificar radicalmente a estrutura residencial do país; aquela que se encontre em níveis de precariedade acima dos aceitáveis. Entre seus objetivos encontra-se o de transferir contingentes inteiros de população a novas instalações residenciais, construídas com este fim, terminando as antigas instalações demolidas.

O que se procura é a realocação de bairros inteiros, especialmente na capital Caracas, onde grande parcela da população foi sendo paulatinamente expulsa para os morros que circundam a cidade. Nesses locais existe uma grande carência de políticas públicas, devido à dificuldade – e à vontade política – do Estado, ao longo de décadas, de interagir com essas áreas. O sistema de realocação estrutura-se, basicamente, nas seguintes etapas: i) escolhe-se a região que será deslocada; ii) constroem-se, num outro local, instalações para receber os habitantes da região escolhida; iii) as pessoas são transferidas às novas instalações; iv) ocorre a demolição da antiga área; v) novas instalações serão construídas na área demolida para o recebimento de habitantes de uma outra área escolhida. Em suma, as pessoas são transferidas de bairros, onde antes suas condições de moradia eram precárias, para novas construções, e as áreas demolidas servem para a instalação planejada de novas casas. As novas áreas construídas são formadas por edifícios de até quatro andares e com toda a infra-estrutura básica instalada. Os moradores realocados são indenizados pelas moradias que serão demolidas, permitindo que, com essa soma em dinheiro, possam fazer frente às parcelas iniciais das novas moradias. Esta é outra iniciativa que, quando estiver em pleno funcionamento, poderá gerar significativas externalidades positivas, como, por exemplo, com a diminuição de doenças e com o estímulo ao setor de construção civil – causando o conseqüente aumento do emprego nesse setor *trabalho intensivo*.

Um outra Missão, a *Vuelvan Caras*, persegue o objetivo de unir os conhecimentos teóricos ao campo produtivo, isto é, busca articular o processo educacional ao processo produtivo. Em outras palavras, busca-se a aplicação da criatividade do povo à produção de bens e serviços, com a pretensão de permitir o fim da dependência em diversos setores – a agricultura, por exemplo. Neste setor, em vários países do mundo, os agricultores foram sendo cada vez mais convertidos em produtores de *commodities*, e não mais de *alimentos*, levando à situação de muitos necessitarem comprar seus próprios alimentos em supermercados. Isso de fato gera uma grande dependência de milhares de pessoas às regras e preços praticados pelo mercado.

Esta Missão não se restringe apenas ao setor agrícola, englobando várias “*frentes de batallas*”. As frentes são: agrícola, turístico, industrial, infra-estrutura e serviços, todas elas permeadas pela idéia de romper com os traços de dependência ou com as amarras ao desenvolvimento nesses setores. A *Vuelvan Caras* emerge do Artigo Terceiro da Constituição, que está contido no Título dos Princípios Fundamentais e assevera que

El Estado tiene como fines esenciales la defensa y el desarrollo de la persona y el respeto a su dignidad, el ejercicio democrático de la voluntad popular, la construcción de una sociedad justa y amante de la paz, la promoción de la prosperidad y bienestar del pueblo y la garantía del cumplimiento de los principios, derechos y deberes reconocidos y consagrados en esta Constitución.
La educación y el trabajo son los procesos fundamentales para alcanzar dichos fines.

A Missão *Zamora* tem como escopo a questão agrária. O governo venezuelano foi incisivo quando da apresentação dessa Missão, elegendo entre seus objetivos a erradicação do latifúndio. Esse tema é muito caro aos movimentos camponeses de toda a América Latina, mas muito raro nas políticas de Estado dos governos da região. Isto porque esse tema transborda dos limites eminentemente agrários - ligados à posse e destinação da terra – para adentrar na discussão da própria estrutura do Estado, discussão esta que se torna ainda mais sensível quando se faz a respeito dos países latino-americanos.

No Brasil, por exemplo, sucessivos governos procuraram apenas mediar a situação conflituosa entre movimentos camponeses e os latifundiários, sendo o MST o mais expressivo representante daqueles nas últimas décadas. Nunca foram implantadas políticas que promovessem uma ruptura deste – o latifúndio – que é um dos principais símbolos e uma das causas de nossa condição de país subdesenvolvido, ou seja, uma reforma agrária efetiva jamais foi feita. Para além da permanente tensão social criada em torno deste tema, a manutenção desse tipo de estrutura social condena qualquer país a viver cercado por barreiras que emperram o desenvolvimento econômico e o conseqüente bem-estar de sua população, isto porque se pode admitir que há uma correlação muito forte entre a elite dirigente do país e o tipo de estrutura social existente. Cabe assinalar que nos últimos anos o governo brasileiro tem avançado consideravelmente nos temas relacionados à questão agrária, através do reaparelhamento dos órgãos competentes, do aumento do orçamento e da não criminalização dos movimentos camponeses, entre outros.

A Missão *Zamora* engloba as diferentes fases do processo de integração e manutenção das pessoas no campo. Primeiro detecta-se terras com potencial agrícola e que estão ociosas; em seguida, após o devido processo, essas terras são desapropriadas e revertidas para o Estado; o Estado concede então as *Cartas Agrarias*, assentando e permitindo que o beneficiário produza naquela terra. O governo, após a outorga da carta, concede crédito bancário, se necessário, para que o assentado possa iniciar sua produção e depois para que possa comercializar o excedente. Dessa maneira, procura-se diminuir a incidência de evasão de assentados no campo por não encontrarem condições de lá se manterem. Um aspecto interessante neste processo é o aumento da cooperação do governo brasileiro e do venezuelano nesses assuntos, através do compartilhamento da experiência brasileira nessa área, capitaneado pelo INCRA⁵⁶.

⁵⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Brasil.

Dessa forma, com a sinalização enfática do governo venezuelano de que o latifúndio não é mais uma opção aceitável naquela sociedade, cria-se uma expectativa positiva em relação a uma efetiva reestruturação das forças sociais. Isto é importante não somente do ponto de vista de uma mudança relativa de classes sociais, mas também a partir do prisma de temas cada vez mais importantes na condução dos governos, como o da segurança alimentar, por exemplo. Além disso, com a democratização das terras agrícolas e com a criação de condições que permitam a ida e fixação de contingentes populacionais que foram, no passado, atraídos (ou expulsos) para zonas urbanas, é de se esperar que, de um lado, a pressão criada por problemas sociais nas cidades, como o desemprego e a violência, diminuam consideravelmente e de outro que a produção e oferta de alimentos aumentem internamente.

O provável destino do excedente produzido nos antigos latifúndios é o sistema de comercialização da Missão Mercal. Agindo dessa maneira, o governo garante a realização da produção dos assentados, além de permitir a chegada de alimentos nos mercados populares com preços mais razoáveis, devido a não existência de terceiras pessoas entre aqueles que produzem e os que irão comercializar.

Um outro tema que sempre aflige parte da população da maioria dos países em desenvolvimento – e de alguns já desenvolvidos – é o da saúde pública. Naquele país, na área de atendimentos básicos de saúde, novamente as condições de vida experimentadas pela maior parte da população pobre foram os elementos norteadores para a montagem de um sistema que as atingisse, conformando o que seria a Missão *Barrio Adentro*. Inicialmente concebida como *Plan Barrio Adentro*, foi convertido na Missão de nome análogo em 2004. O Plano iniciou suas atividades no contexto de aumento da cooperação bilateral entre Venezuela e Cuba, contando com a participação massiva de médicos e enfermeiros cubanos para dar prosseguimento às suas atividades, condição essa determinada por que

el componente médico venezolano fue inicialmente mínimo, ya que las condiciones en La cuales se trabaja en los Barrios urbanos no son atractivas para estos profesionales y la Federación Venezolana de Médicos le hizo una feroz oposición. Sin

embargo, en 2004 [já convertida em Missão] se fueron incorporando médicos y enfermeras venezolanos y bajo la resistencia el gremio médico (MAYA, 2005, p. 357).

A *Barrio Adentro* não se restringe a atendimentos médicos terapêuticos, fazendo parte de suas atividades uma grande quantidade de ações preventivas, incluindo as de planejamento familiar. Além dos atendimentos médicos também é garantido à população o fornecimento de remédios essenciais, a custo zero. Já no ano de 2005, entre 90 e 100%⁵⁷ dos municípios com grande exclusão social estavam assistidos por esta Missão. O quadro abaixo demonstra os resultados das atividades executadas no ano de 2003.

Tabela 6 – Atividades da Missão Barrio Adentro em 2003⁵⁸

Indicadores	Acumulado
Casos Vistos	18.366.628
De ellos en terreno	6.453.702
Nº de famílias visitadas	2.189.194
Acciones de enfermería realizadas	1.586.750
MNT aplicada	2.981.361
Vidas salvadas	6.447
Partos realizados	275
Vacunas aplicadas	27.913
Actividades educativas	6.074.401
Actividades docentes	53.104

Fonte: Misión Barrio Adentro, disponível em: <<http://www.barrioadentro.gov.ve/>> Acesso: 16 set. 2007.

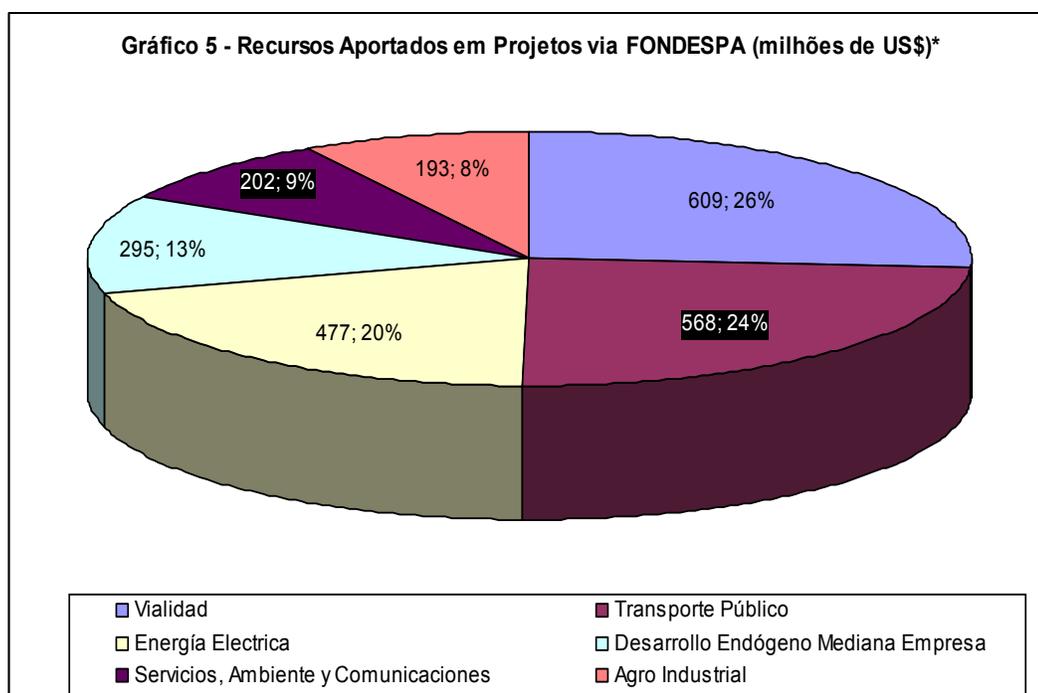
As Missões, da maneira como foram organizadas, possibilitaram ao governo Chávez uma atuação *sui generis* frente aos seus cidadãos. Como as Missões estão sob a supervisão dos ministérios, mas com vinculação direta ao gabinete do presidente, além de contar com uma fonte de financiamento alternativa ao orçamento federal, foi permitida uma flexibilidade muito maior em suas ações. Sendo a principal fonte de financiamento o FONDESPA, através

⁵⁷ Informação contida em documento da PDVSA, disponível em: <http://www.pdvs.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=465&newsid_temas=40>

⁵⁸ Os dados referem-se ao acumulado até 31 de janeiro de 2004.

dos repasses de divisas geradas na PDVSA, os trâmites burocráticos para aplicação de recursos foram simplificados, permitindo um atendimento mais eficiente às demandas emanadas da população, principalmente daquelas parcelas que sempre estiveram à margem do atendimento estatal.

O FONDESPA tem sido utilizado também como fonte de financiamento para diversos projetos de infra-estrutura e desenvolvimento social no país. O gráfico 5 demonstra os valores destinados aos projetos e suas diferentes áreas.



Fonte: PDVSA. Elaborado pelo autor.

* Referente ao período: 2004 até maio de 2005.

Após os elementos analisados ao longo do capítulo, pode-se assinalar que houve uma mudança significativa de ação por parte do governo venezuelano no período pós-Golpe. Essa mudança refletiu-se profundamente nas destinações da renda petroléira, que passaram a ser encaminhadas de maneira mais direta a projetos de assistência social e de desenvolvimento sócio-econômico. Os principais instrumentos dessa nova destinação da renda petroléira foram

as Missões Bolivarianas (*Misiones*) e os projetos conduzidos através do BANDES, ambos ancorados no FONDESPA.

Diante dos aspectos analisados, não é possível mensurar o grau de pragmatismo do governo. Todavia, faz-se necessário assinalar que as Missões resultaram num efeito direto de aproximação entre o governo e sua base orgânica, localizada amplamente nos setores populares da nação, aumentando assim sua legitimidade junto a essa base. Essa legitimidade é a principal fonte do poder político do governo venezuelano, pois sem ela, várias medidas polêmicas adotadas pelo executivo – e que tiveram a aplicação garantida através da mobilização popular nas ruas – não teriam sua consecução assegurada. De qualquer maneira, como apontado acima, não é possível mensurar se as medidas adotadas pelo governo Chávez provêm de ações pragmáticas visando o aumento de sua base de apoio. O que se verifica na realidade é que os setores populares estão alcançando espaços antes indisponíveis.

Não obstante, nota-se na Venezuela uma nova experiência de governo na gestão dos interesses nacionais. Para além da ruptura com os tradicionais grupos da IV República, o mais significativo neste início da V República, conformada pelo Governo Chávez, é o incremento da importância da participação popular nos processos políticos desencadeados nesse período e a desvinculação das antigas elites com as estruturas estatais. O aumento da participação popular refletiu-se não somente nos momentos de exercício de seus direitos como cidadãos numa democracia representativa – ao votar na escolha de seus representantes – mas também em momentos críticos, como no Golpe de abril, quando essa mesma democracia foi violentada. Nessa ocasião, o povo trouxe o presidente que havia escolhido de volta ao poder, mostrando que não existe mais espaço para atitudes violentas como esta naquele país e, numa escala maior, em nosso continente latino-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do século XXI tem marcado o começo de importantes discontinuidades nos arranjos do Sistema Internacional. Após uma década inteira, nos anos 1990, de esperanças em relação a uma paz duradoura, o 11 de setembro de 2001 causou uma profunda mudança de rumos. A agenda internacional passou a ser povoada por temas que tinham ficado marginalizados na década anterior. Dentre esses, o tema que tem aumentado seu grau de importância na agenda dos estados nacionais é o relacionado à questão energética.

Diante da centralidade cada vez maior da temática energética na agenda internacional, a Venezuela surge, nesse complexo cenário, como um ator de importante grandeza, posto que o desencadeamento de processos particulares, ocorridos a partir da chegada de Chávez ao governo, a deslocou de um papel de fornecedor passivo de petróleo, a um ator contestatório da estrutura até então vigente no Sistema Internacional. Essa postura contestatória, como analisado, será impulsionada por elementos exógenos ao governo, que implicarão na quebra da continuidade política adotada nos dois primeiros anos de governo. De qualquer forma, tanto o setor energético nacional venezuelano, como o internacional, serão profundamente influenciados pelo papel desempenhado por esse país, quando este passar a utilizar-se de mecanismos potentes para tal, como nos casos da promulgação da nova Lei dos Hidrocarbonetos e da reativação da OPEP.

Após as análises feitas neste trabalho, entendemos que a questão energética levou a uma maior necessidade de militarização de certas áreas do mundo, notadamente aquelas que

são grandes produtoras de recursos energéticos. Isso decorre da necessidade primordial que os principais países consumidores têm em manter um fluxo seguro e perene dos insumos energéticos necessários à atividade econômica, em primeira instância e, em última instância, à manutenção da operacionalidade de seu material bélico. Observamos aqui um sistema que se retroalimenta, criando uma dependência muito grande entre os elementos que o compõe; em outras palavras, os recursos energéticos são fundamentais à manutenção da atividade econômica, o que leva à necessidade de manter o fluxo constante desses insumos, derivando daí um problema estratégico de como manter tal fluxo. Os EUA optaram, nos últimos anos, pela via militar, que, por sua vez, também depende desses recursos para sua movimentação. Dessa maneira, podemos afirmar que a questão energética é o elemento essencial para o entendimento das transformações que têm ocorrido no Sistema Internacional.

Diante de um contexto em que se busca uma maior segurança relacionada ao fornecimento estável de insumos energéticos, as áreas produtoras tornam-se alvos estratégicos para aqueles países altamente dependentes de importações, como é o caso dos EUA. Assim, as ações empreendidas por essa potência, visando à estabilidade no fornecimento de recursos energéticos importados, levam a uma instabilidade no cenário internacional, posto que antigos aliados passam a ser enquadrados como potenciais rivais (Leste Asiático, por exemplo, já que esta região também é altamente dependente da importação de recursos energéticos), enquanto em áreas que havia uma certa estabilidade, começa a ocorrer processos de contestação à dominação norte-americana (Oriente Médio e América Latina, por exemplo).

A Venezuela está, nesse contexto, numa posição que exige grande atenção por parte de seu governo. Essa atenção decorre do fato desse país ser um grande produtor e exportador de petróleo, além de contar, desde 1999, com um governo que não se alinha com o governo de Washington. O fato de possuir grandes reservas de hidrocarbonetos torna aquele país um dos focos da agenda internacional norte-americana, que tem a segurança energética como uma das

grandes prioridades do governo Bush, desde o seu início. Dessa maneira, como previsto no relatório da NEP, todos os esforços necessários para a superação de obstáculos aos objetivos dos EUA devem ser empregados. Como o governo venezuelano não se alinha com o dos EUA, uma situação extremamente delicada é criada naquela porção de nosso continente americano: os interesses deste país podendo ser prejudicados pelo governo venezuelano, que se mostra avesso a ingerências externas em seu setor petrolífero.

Cabe ressaltar, porém, que, em momento algum, desde o início do Governo Chávez, o fornecimento de petróleo da Venezuela para os EUA foi interrompido ou sofreu qualquer alteração substancial. Um dos elementos que pretendíamos demonstrar neste trabalho é que, mesmo sem ter havido alteração nos padrões de fluxo de petróleo para os EUA, as ações da Venezuela, no sentido de aumentar o controle do Estado sobre o setor petrolífero, as quais foram empreendidas por um governo com um forte viés nacionalista, indubitavelmente provocam incertezas em relação ao papel que deve ser designado a esse *player* nas estratégias formuladas pelos *policy makers* norte-americanos.

A partir do desenvolvimento do presente trabalho pode ser depreendido que há uma tendência ao recrudescimento dos EUA em relação a todos os grandes possuidores de reservas de recursos energéticos, em nível mundial. Isso porque, de maneira diferente ao que ocorreu em décadas passadas, agora há novos potenciais países rivais interessados nas mesmas fontes de recurso, além dos já tradicionais Europa e Japão. Esses novos rivais encontram-se fundamentalmente na Ásia, particularmente no leste deste continente, com a China ocupando o papel central. O recrudescimento dos EUA em relação aos fornecedores de recursos energéticos tem se refletido em guerras em alguns países, como no caso do Afeganistão e Iraque, enquanto, em outros, como na Venezuela, em modalidades diversas de intervenção, como aquela traduzida num Golpe de Estado ao governo chavista.

Para a América Latina o que se verifica é um aumento da atenção por parte dos EUA. Depois das ações voltadas para regiões longínquas, a exemplo do Oriente Médio, no pós-11 de Setembro, quando havia uma considerável “estabilidade” nos países latinos – nos quais estavam empossados governos alinhados à agenda internacional norte-americana – as alterações ocorridas na direção destes governos, nos últimos anos, têm provocado uma mudança de rumos na política dos EUA para essa região. Essa mudança de rumos tem ocorrido principalmente em relação ao Arco Andino⁵⁹, onde grupos políticos com discursos explicitamente contrários à “subserviência” de seus países àquela potência mundial têm chegado ao poder; os principais casos são o da Venezuela e o da Bolívia. Além desses governos há, na Colômbia, maior aliado dos EUA na região, um grupo guerrilheiro (as FARC) com aspirações revolucionárias que tendem a aumentar as justificativas para ingerência externa nos assuntos locais.

Toda essa movimentação executada pelos EUA no Sistema Internacional, por meio de uma nítida alteração de sua agenda, na qual a questão energética passou a ser um dos elementos centrais, está de acordo com o sugerido por Arrighi (1996), Wood (2003), Ceceña (2004), Nye (2002), entre outros, que apontam que estamos presenciando uma transição sistêmica. Essa transição evidencia a tendência ao enfraquecimento cada vez maior da potência hegemônica – na atual fase, os EUA – no exercício desse papel, levando-a a exacerbar os recursos de poder coercitivos (*hard power*), em detrimento do *soft power*, numa estratégia para manutenção dessa posição. Para implantar essa estratégia, contudo, faz-se fundamental a garantia de que não haverá interrupção no fornecimento de recursos energéticos importados. De outro lado, esses mesmos autores sinalizam que há uma tendência às regiões que são alvo da estratégia de manutenção do poder hegemônico pelos EUA, a se organizarem, com o objetivo de resistir aos efeitos negativos de tal estratégia aos seus

⁵⁹ Região localizada ao noroeste da América do Sul, formada pelos países contíguos à Cordilheira dos Andes, tendo seu início na Venezuela e final na Bolívia.

interesses nacionais. Explicita-se assim que, quanto mais os EUA tentam manter sua posição hegemônica, mais custoso isso fica, pois não basta somente manter os tradicionais inimigos sob controle, agora também é preciso controlar a rivalidade de antigos aliados. Daí deriva uma contradição básica a ser enfrentada pelos EUA no atual momento histórico: quanto mais atuam buscando a manutenção ou aumento de seu poder mundial, mais o seu poder vai sendo corroído, pela perda de legitimidade e base moral que sua postura, lastreada no poderio militar, causa frente aos outros componentes do Sistema Internacional.

Essa lógica contraditória é sensivelmente presenciada na América Latina, região tradicionalmente alinhada aos EUA. Aqui vem ocorrendo, nos últimos anos, uma guinada política à esquerda, com governos cada vez mais contestatórios, que adotam, entre outras, posturas que elevam a importância de recursos naturais estratégicos contidos em seus países, influenciados mais por um movimento reativo e preventivo aos interesses norte-americanos na região, do que por uma formulação política original. Isso é evidente no caso venezuelano, em que o governo Chávez, ao chegar ao poder, no ano de 1999, não tinha um discurso contrário ao governo Bush, tampouco adotava uma política de contestação ativa em suas relações internacionais. A relação entre os dois países, nos primeiros dois anos de governo venezuelano, foi marcada pela continuidade em sua política externa. Ao passar a adotar uma política de aumento do controle dos recursos estratégicos do país, notadamente a partir da Reforma dos Hidrocarbonetos, em 2001. Essa reforma foi impulsionada pela situação de falta de controle do Estado que havia neste setor e a fragilidade dos mecanismos existentes para barrar a ingerência estrangeira. O governo Chávez transformou-se, com tal reforma, num dos obstáculos citados na NEP. A solução encontrada para superar esse obstáculo foi o Golpe de abril de 2002, que causou o surgimento da animosidade entre os dois países e impulsionou a adoção de uma postura claramente não alinhada aos EUA por parte do governo venezuelano.

Para além da retórica, a Venezuela passou a adotar uma política interna concentradora de poder no Poder Executivo, além de assumir como altamente factível uma intervenção militar norte-americana, criando um cenário de instabilidade e incertezas na região. O aumento da concentração de poder teve como objetivo dotar o presidente de todos os mecanismos necessários a uma reação imediata a possíveis agressões externas, pois com ela diminuiria os níveis na cadeia de comando e também minimizaria a capacidade de atuação de forças externas em setores-chave da economia nacional, como o petróleo. Todavia, mesmo com essas ações concentradoras de poder, o governo não perdeu a legitimidade frente à sua base de sustentação, formada principalmente pelas camadas menos abastadas da população. Isso porque os interesses dessas camadas passaram a ser atendidos desde no início do governo, com os direitos subjetivos garantidos na Constituição Federal e os objetivos, por meio de uma intervenção direta do governo nas estruturas do Estado, com vistas ao aumento do bem-estar nacional. Após o Golpe de abril, a aproximação entre governo e base de sustentação se intensifica, com uma nova destinação das rendas petrolíferas obtidas pela PDVSA, permitida com uma alteração na Lei do Banco Central, que possibilitou a operacionalização das Missões Bolivarianas e os investimentos em infra-estrutura por meio do BANDES.

No plano internacional o governo venezuelano tem buscado aumentar suas alianças, não excluindo delas os Estados considerados párias pelos EUA, além de aumentar sua influência em órgãos multilaterais. A prioridade desde o início do governo foi reestruturar e reativar a OPEP, pois havia uma avaliação por parte dos estrategistas do governo de que as alterações propostas à população, só seriam possíveis se houvesse uma robusta elevação nos rendimentos obtidos com o negócio petrolífero. Naquele momento, o barril de petróleo era cotado em torno de US\$ 10, o que permitia a obtenção de uma taxa de lucro mínima pela PDVSA, e conseqüentemente uma fonte não suficiente de *funding* para os investimentos

pretendidos na sociedade, tendo em vista que os custos de produção do petróleo venezuelano são muito altos⁶⁰. Já no ano de 2000, imediatamente após a Cúpula da OPEP realizada em Caracas, o preço do barril do petróleo salta para US\$ 20, o que começava a dar um horizonte menos nebuloso ao governo Chávez, pois passava-se a vislumbrar uma fonte robusta de financiamento às mudanças desejadas na estrutura do Estado venezuelano, a começar pelo setor petrolífero.

Em consonância com o objetivo principal ao qual nos propusemos a perseguir neste trabalho, que era evidenciar a maneira pela qual a Venezuela se insere no cenário de transição sistêmica em curso, num contexto no qual se apresenta como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de petróleo, contando com um governo de posição contrária aos interesses norte-americanos no setor energético, podemos concluir que os caminhos que vem sendo traçados por nossos vizinhos venezuelanos têm sido fortemente condicionados pelas ações em nível sistêmico da atual potência hegemônica mundial, isto é, os EUA. Como já assinalados, as ações dessa potência são determinadas pela fase de transição sistêmica a qual estamos passando, o que faz com que sua posição hegemônica passe a ser questionada. Para conter o possível declínio dessa posição, é fundamental que ela mantenha seu fornecimento de recursos energéticos estável e perene, pois dele deriva a base real de seu poder, através de sua economia nacional e, também, o seu poder de coerção em nível mundial, através da movimentação de seu aparato bélico.

Diante disso, como a Venezuela é um dos maiores produtores mundiais de petróleo e possuidora de uma das maiores reservas provadas, ao adotar *internamente* uma política de Estado voltada a aumentar o controle sobre o setor petrolífero, diminuindo assim a ingerência de multinacionais e Estados estrangeiros, e *externamente* uma política de aumento de alianças com importantes atores internacionais (outros grandes produtores de recursos energéticos ou

⁶⁰ Isso ocorre porque o petróleo encontrado na Venezuela é predominantemente pesado e extra-pesado, o que aumenta os seus custos de produção, transporte e refino.

dotados de outros tipos de recursos de poder), como o Brasil, a China, a Rússia, entre outros, somando-se a isso o fato dela ter atuado como principal elemento na reestruturação da OPEP, a Venezuela encontra-se numa posição que colide com os interesses norte-americanos referidos acima.

O governo venezuelano tem adotado, portanto, uma conduta condizente com o atual momento vivido no Sistema Internacional, pois busca manter, sob o controle do Estado, recursos com crescente valor estratégico. Essa postura implica uma reação dura por parte da potência hegemônica decadente, o que provoca, num momento seguinte, o desencadeamento de processos internos à Venezuela com vistas à proteção da integridade do governo e dos interesses nacionais. Por conseguinte, emerge uma tendência à intensificação de instabilidades políticas na região do arco andino, especialmente no entorno venezuelano, provocadas pelo choque de interesses entre os Estados Nacionais daquela região e os EUA. O governo venezuelano, porém, tem dado mostras de que conta com importante legitimidade ante ao povo venezuelano, o que lhe possibilita uma ativa atuação na defesa dos interesses nacionais e dificulta a atuação norte-americana. Em suma, um dos objetivos contidos no capítulo cinco do *Plan Nacional de Desarrollo*, que é o de fortalecer a soberania nacional e promover um mundo multipolar, tem sido buscado de maneira firme e concreta pela Venezuela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Haroldo Dilla. Hugo Chávez y Cuba: subsidiando posposiciones fatales. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

ARAQUE, Ali Rodríguez. La reforma petrolera venezolana de 2001. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 8, n. 2, p. 189-200, mai/ago 2002.

ARAVENA, Francisco Rojas. El nuevo mapa político latinoamericano. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Ed. Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J.. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro, Contraponto / Ed. UFRJ, 2001.

BENNETT, Andrew. Case Study Methods: Design, Use and Comparative Advantages. In: SPRINZ, Detlef F. & WOLINSKY-NAHMIAS, Yael. [ed.]. **Models, Numbers & Cases: methods for studying international relations**. Michigan, The University of Michigan Press, 2004.

BLAIR, Bruce; YALI, Chen; HAGT, Eric. The oil weapon: Myth of China's vulnerability. **China Security**, Summer, p. 32-63, 2006.

BLAND, Gary. Decentralization and Democracy: A Continuing Challenge for Venezuela. **Woodrow Wilson Center Update on the Americas**, nº 5, September, 2002.

BONILLA, Adrián; PÁEZ, Alexei. Estados Unidos y la región Andina: distancia y diversidad. **Nueva Sociedad**, n. 206, p. 126-139, nov/diez 2006.

BP – **Statistical Review of World Energy**, june 2007.

BUFALO, Enzo Del. La enfermedad holandesa y la enfermedad venezolana. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 6, n. 1, p. 145-149, jan/abr 2000.

BRITO, Daniel Mora. La política exterior de Hugo Chávez en tres actos (1998-2004). **Aldea Mundo**, Año 8, nº. 16, 2004.

BUXTON, Julia. **Hugo Chávez and Populist Continuity in Venezuela**. Paper for the Political Studies Association-UK 50th Annual Conference, 10-13 April, London, 2000.

CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1 (18), p. 95-127, 2002.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo, Ed. Unesp; IE Unicamp, 2002.

CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs.). **A guerra infinita: Hegemonia e terror mundial**, Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, LPP; Buenos Aires, CLACSO, 2002.

CECEÑA, Ana Esther. Estrategias de dominación y planos de construcción de la hegemonía mundial. In: GAMBINA, Julio (org.). **La Globalización Económico Financiera. Su impacto en América Latina**. Buenos Aires, CLACSO. 2002.

CEPAL. Los Efectos Socioeconómicos de las Inundaciones y Deslizamientos en Venezuela en 1999. **CEPAL/México**, 2000.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília, IBRI, 2001.

CONTRERAS, Jesús M. Triple función del petróleo en la sociedad e interrogantes petroleras para Venezuela. **Revista Economía**, nº 9.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert. O. (ed.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

_____. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.) **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. **Review of international studies**, vol. 25, p. 3-28, 1999.

École Nationale D'administration. Problèmes géopolitiques liés à la production et aux échanges de pétrole. **Séminaire "Energie et société"**, ENA, 2004.

ENCARNACIÓN, Omar. Venezuela's "Civil Society Coup". **World Policy Journal**, Summer, p. 38-48, 2002.

FALCOFF, Mark. Venezuela: **Raising the Stakes**. Latin American Outlook, November, p. 1-3, 2003.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A chave do tamanho: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul**. Porto Alegre, Ed. UFRGS / FEE, 2004.

FILHO, Ernani Teixeira Torres. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, José L. Mudanças estruturais e crise de liderança no sistema mundial. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, nº 7, 2005.

FMI. Perspectivas de la economía mundial. **FMI**, abril, 2006.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Modelos y liderazgos en América Latina. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

GONZÁLEZ, Milko S. El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frías. **Revista venezolana de análisis de coyuntura**, vol. IX, nº 2, p. 59-87, 2003.

GOTT, Richard. **Hugo Chávez and the bolivarian revolution**. Londres, Verso, 2005.

HALLIDAY, Fred. **Revolutions and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power**. Londres: Macmillan Press, 1999.

_____. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999a.

HARNECKER, Marta. Uma revolução sui generis. **Fórum Social Mundial III**, janeiro, 2003.

_____. **Understanding the Venezuelan revolution: Hugo Chávez talks to Marta Harnecker**. Nova Iorque, Monthly Review Press, 2005.

HELLINGER, Daniel. Venezuela: a welfare state out of gas? **Presentation at the XXI International Congress of the Latin American Studies Association**, September 24-26, 1998, Chicago, Illinois.

HENRÍQUEZ, Haydée Ochoa; COLMENARES, Isabel Rodríguez. Las fuerzas armadas en la política social de Venezuela. **Política y Cultura**, nº 20, p. 117-135, 2003.

HIRST, Mónica. Los desafíos de la política sudamericana de Brasil. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

JÁCOME, Francine. Venezuela frente al contexto andino y hemisférico ¿Cambios en la doctrina de seguridad? (1999-2005). **Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (Ildis)**, junho, 2006.

JIMÉNEZ, Juan E. Romero. Conflicto, espacio público y cambios políticos de la democracia venezolana en el gobierno de Hugo Chávez (1998-2002). **Revista Venezolana de Ciencia Política**, v. 24, jul-dic, 2003.

KARL, Terry L. Petróleo e pactos políticos: a transição para a democracia na Venezuela. In: O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe C., WHITEHEAD, Laurence (eds.). **Transições do regime democrático**. São Paulo: Vértice, 1988.

KELLY, Janet; ROMERO, Carlos A. **Venezuela y Estados Unidos. Coincidencias y conflictos**. Caracas: Ediciones Iesa, 2005.

KLARE, Michael. Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Orgs.). **O novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

KLARE, Michael T., **Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Petroleum Dependency**. New York, Metropolitan Books / Henry Holt, 2004.

_____. Oil Conflit. **PAWSS – Conflict Topics**, 2004a.

KOZLOFF, Nikolas. **Hugo Chávez: Oil, Politics and the Challenge to the United States**. Nova Iorque, Palgrave, 2006.

LACLAU, Ernesto. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

LAGOS, Marta. A aparse de la fantasía: Hugo Chávez y los liderazgos en América Latina. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

LANDER, Edgardo. Venezuela: la búsqueda de un proyecto contra-hegemónico. In: **Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI**. CECEÑA, Ana Esther . CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2004

LANDER, Luis E. La energía como palanca de integración en América Latina y el Caribe. **ILDIS**, jul 2006.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Ano 1, n. 11, jun. 2008.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org). **Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina**. Brasília, IBRI, 2003.

McCOY, Jennifer. O referendo na Venezuela: um ato em um drama inacabado. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 72, 2005.

MOLINA, Franklin. La integración andina y la política exterior de Venezuela en dos tiempos. 1972-2002. **Politeia**, vol.26, nº.30, p.182-193, 2003.

MOMMER, Bernard. **La cuestión petrolera**. Caracas: Tropykos, 1988.

MOMMER, Bernard; BAPTISTA, Asdrubal. **El petróleo en el pensamiento económico venezolano**. Caracas: Ediciones Iesa, 2006.

MORÓN, Guillermo. **Breve historia contemporánea de Venezuela**. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

MPD. Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001 – 2007, **Ministerio de Planificación y Desarrollo de Venezuela**, 2001.

MPD. Taller de Alto Nivel “El nuevo mapa estratégico”, **Ministerio de Planificación y Desarrollo de Venezuela**, 12 y 13 de Noviembre, 2004.

NETO, Octavio Amorim. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezolana à luz da experiência brasileira. **Opinião Pública**, vol. VIII, n°. 02, p.251-274, 2002.

NOGUEIRA, João P. & MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: corrente e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo, Ed. Unesp, 2002.

PARAMIO, Ludolfo. Giro a la izquierda y regreso del populismo. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

PARIS, Henri. La guerre des hydrocarbures sud-américains. **Géostratégiques**, n° 11, 2006.

PDVSA. Plan Siembra Petrolera 2005-2030. **PDVSA**, 2006.

PENNINGS, Paul & KEMAN, Hans & KLEINNIJENHUIS, Jan. (2003). **Doing Research in Political Science: comparative methods and statistics**. London, Sage.

RAMOS, Leonardo C. S. **A sociedade civil em tempos de globalização: Uma perspectiva neogramsciana**. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado PUC-RJ, 2005.

REYNA, José L. **América Latina a fines de siglo**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

RODRÍGUEZ, Policarpo A. **Petróleo en Venezuela ayer, hoy y mañana**. Caracas: El Nacional, 2006.

ROJO, Raúl Enrique. **Da velha guerra fria ao novo "Inimigo total"**. Texto Eletrônico, CEDEP, disponível em <http://www.cepdep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/Rojo.pdf>, consultado em 19/07/2007.

ROMERO, Carlos A. **Jugando con el globo**. Caracas: Ediciones B, 2006.

ROMERO, Carlos A.; ROMERO, María T.; DA SILVA, Elsa C.. La política exterior en las constituciones de 1961 y 1999: una visión comparada de sus principios, procedimientos y temas. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 9, n. 1, p. 163-183, jan/abr 2003.

ROMERO, Juan E. El discurso político de Hugo Chávez (1996 – 1999). **Cuaderno Venezolano de Sociología**, abril-junio, vol. 10, nº 2, p. 229-245, 2001.

SALAZAR-CARRILLO, Jorge; WEST, Bernadette. **Oil and development in Venezuela during the 20th century**. Londres, Praeger, 2004.

SARAIVA, José F. Sombra. Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969 – 1979), In: SARAIVA, José F. Sombra (org.). **Relações Internacionais Contemporâneas – Da construção do mundo liberal à globalização (de 1815 a nossos dias)**. Brasília, Paralelo 15, 1997.

SATO, Eiiti. **A Ordem Internacional Hoje: globalização, papel do estado e bens públicos internacionais**. Texto Eletrônico, CEDEP, disponível em <[http://www.cepdep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/A%20ORDEM%20INTERNACIONAL%20HOJE%20MAR%20C7O%202001%20\(1\).pdf](http://www.cepdep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/A%20ORDEM%20INTERNACIONAL%20HOJE%20MAR%20C7O%202001%20(1).pdf)>, consultado em 19/07/2007.

SERBIN, Andrés. Cuando la limosna es grande. El Caribe, Chávez y los límites de la diplomacia petrolera. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

SEVERO, Luciano Wexel. **A política económica do Governo Chávez**. Caracas, Ministerio de Finanzas, 2003.

SKOCPOL, Theda. **Los estados y las revoluciones sociales**. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

SOARES, Maria Susana Arroza. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina**. Texto Eletrônico, CEDEP, disponível em <http://www.cepdep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf>, consultado em 19/07/2007.

SOTO, Nayllivis Naim. La política de integración de Hugo Chávez. Un proyecto para Latinoamérica. **Foro Mundial X Congreso de la Federación Internacional de Estudios sobre América Latina y el Caribe (X FIEALC)**, Moscú, 25-29 junho, 2001.

SPRINZ, Detlef F. & WOLINSKY-NAHMIAS, Yael. [ed.]. **Models, Numbers & Cases: methods for studying international relations**. Michigan, The University of Michigan Press, 2004.

SVETLANA, Tsalik & SCHIFFRIN, Anya (eds.). Reportando o petróleo. **Open Society Institute, 2005**.

TARVER, H. Micheal; FREDERICK, Julia C. **The history of Venezuela**. Nova Iorque, Palgrave, 2006.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema Americano**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

TOURAINÉ, Alain. Entre Bachelet y Morales, ¿existe una izquierda en América Latina?. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

TRINKUNAS, Haroldo A. A revolução bolivariana da Venezuela. **Military Review**, setembro-outubro, p. 31-36, 2005.

TULCHIN, Joseph S. & SELEE, Andrew. Decentralization and democratic governance in Latin America. **Woodrow Wilson Center Report on the Americas**, nº 12, 2004.

URBANEJA, Diego B. La política exterior de Venezuela. **Revista do Real Instituto Elcano**, fecha 31/03/2005, p. 1-6, 2005.

URRUTIA, Edmundo Gonzáles. Las dos etapas de la política exterior de Chávez. **Nueva Sociedad**, 205, 2006.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília, IBRI, 2002.

VILLA, Rafael D. Venezuela: Mudanças políticas na era Chávez. **Revista Estudos Avançados (USP)**, vol. 55, p. 157-172, 2005.

_____. A esfinge venezolana. **Revista da ADUSP**, abril, p. 31-35, 2002.

_____. Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. **Cuadernos del Cendes**, enero-abril, n° 55, p. 21-45, 2004.

_____. Política externa na administração Hugo Chávez. **Política Externa**, vol. 13, n. 1, p. 99-119, jun/jul/ago 2004.

WEINER, Robert J. Managing Petroleum Fiscal Dependence: Lessons from Venezuela and Mexico. Department of International Business, **George Washington University**, December, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of Capital**. New York, Verso, 2003.

ZANONI, José R. El cuadrilatero petrolero: bases para la política petrolera venezolana.. **Revista venezolana de análisis de coyuntura**, 2000.

ANEXO 1 - Discurso de Hugo Chávez Frias perante o Congresso Venezuelano na posse da Presidência da República da Venezuela.

Discurso de toma de posesión de la Presidencia de la República

02 de febrero de 1999

«Dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando convoca a la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta». Por mil pueblos, por mil caminos, durante miles de días recorriendo el país durante estos últimos casi cinco años, yo repetí delante de muchísimos venezolanos esta frase pronunciada por nuestro Padre infinito, El Libertador. También delante de otro Congreso, el Congreso de la República Grande, el Congreso de Angostura de 1819, el Congreso de donde nació la Tercera Gran República, la del poder moral, la de la Gran Colombia, de la de unidad latinoamericana, caribeña, repetía yo mucho esa frase y en los últimos meses de la insólita campaña electora de 1998, porque fue insólita de verdad, dije inspirado por la certeza aquella de Walt Whitman cuando decía: «seguro como la más segura de las certidumbres» así andábamos por los caminos seguros de que este día iba a llegar.

Decía yo con esa certeza de que este día iba a llegar aquí en este escenario, 2 de febrero 1999, yo le dije al pueblo venezolano de muchas maneras y en muchos lugares que iba a comenzar mi discurso de hoy al asumir la Presidencia de Venezuela por mandato del pueblo venezolano y por el favor de Dios también, que iba a comenzar con esa frase; he comenzado estas palabras con esa frase y yo la voy a repetir, permítanme: «dichoso el ciudadano que bajo el escudo de las armas de su mando, convoca la soberanía nacional para que ejerza su voluntad absoluta».

Ahora ¿por qué esa frase? ¿de dónde viene esa frase? ¿por qué Bolívar? no se trata de una repetición meramente protocolar y rebuscada de cualquier frase de Bolívar, por hablar de Bolívar, como recuerdo que una vez hizo un soldado de mi pelotón de tanques hace varios años y tenía él que hacer todos los días la orden a la compañía, y todos los días él, que era su riel, estaba en la obligación de comenzar la orden escrita con un pensamiento del Libertador para leerlo en el patio; y tenía un libro para tomar los pensamientos y escoger cualquiera de ellos. Un día el libro se le perdió y entonces el cabo, cuando estábamos a punto de formar la tropa para leer la orden rigurosamente, él inventó un pensamiento: «Cuidemos los árboles que son la vida». Simón Bolívar. No se trata de eso, de rebuscar frases y traerlas aquí al Congreso de la República para decirlas delante del país y del mundo. No. Se trata más bien de darle razón a Pablo Neruda, ese grande de nosotros, de los nuestros, cuando cantándole a Bolívar dijo: «es que despierta cada cien años, cuando despiertan los pueblos». Se trata de reconocerle razón al grande de nosotros también que fue Miguel Ángel Asturias cuando dijo cantándole a Bolívar: «los hombres como tu Libertador no mueren Capitán, sino que cierran los ojos y se quedan velando»; es reconocerle razón al indio Chocaguanca Presidente Fujimori cuando le cantó a Bolívar y le dijo: «tu gloria crecerá con el tiempo como crece la sombra cuando el sol declina». O es reconocerle razón a José Martí, Presidente Castro cuando dijo: «Ahora es cuando Bolívar tiene que hacer en América todavía, porque lo que no hizo él está sin hacer todavía».

No es entonces mera retórica nuestra bolivarianidad. No. Es una necesidad imperiosa para todos los venezolanos, para todos los latinoamericanos y los caribeños fundamentalmente, rebuscar atrás, rebuscar en las llaves o en las raíces de nuestra propia existencia, la fórmula para salir de este laberinto, terrible laberinto en que estamos todos, de una o de otra manera. Es tratar de armarnos de una visión jánica necesaria hoy, aquella visión del Dios Mitológico Jano, quien tenía una cara hacia el pasado y otra cara hacia el futuro. Así

estamos los venezolanos de hoy, tenemos que mirar el pasado para tratar de desentrañar los misterios del futuro, de resolver las fórmulas para solucionar el gran drama venezolano de hoy. Y mirando hacia el pasado en este día crucial para la República, para la nación, para la historia venezolana; en este día, que no es un día más; en esta transmisión de mando presidencial que no es una transmisión de mando presidencial más. No, es la primera transmisión de mando de una época nueva. Es el abrir la puerta hacia una nueva existencia nacional; tiene que ser así. Es obligatorio que sea así.

En Venezuela, cuando revisemos, compatriotas, o cuando revisamos nuestra historia reciente, para no irnos muy lejos, en Venezuela bien pudiera estudiarse como un caso y sacar experiencias de aquí, hermanos del continente, hermanos del mundo entero. Un ejemplo de lo que no debe ocurrir más nunca, ¡jamás! ¡Nunca jamás!

Venezuela pareciera que fue escogido por algún investigador especial para estudiar y aplicar un caso que es estudiado en la teoría política y social con aquel nombre de la teoría de las catástrofes. Aquí en Venezuela se ha cumplido cabalmente la teoría de las catástrofes. Esta teoría la conocemos, voy solamente a refrescarla un poco, de aquellos días de los estudios de ciencia política y de ciencia militar que en el fondo es lo mismo, decía Clausewitz, uno de los grandes estudiosos de la ciencia militar: La teoría de las catástrofes ocurre de manera progresiva. Cuando sucede alguna pequeña perturbación en un entorno, en un sistema determinado y no hay capacidad para regular esa pequeña perturbación; una pequeña perturbación que pudiera regularse a través de una pequeña acción. Pero cuando no hay capacidad o no hay voluntad para regular una pequeña perturbación, más adelante viene otra pequeña perturbación que tampoco fue regulada, y se van acumulando pequeñas perturbaciones, una sobre la otra y una sobre la otra; y el sistema y el contorno va perdiendo la capacidad para regularlas, hasta que llega la catástrofe, la catástrofe es así la sumatoria de un conjunto de crisis o de perturbaciones.

En Venezuela, yo nací en 1954, en 1971 era el ex presidente Caldera Presidente de la República cuando ingresé yo a la Academia Militar de Venezuela. Cuatro años después, era el ex presidente Carlos Andrés Pérez Presidente de Venezuela y de sus manos, con estas mismas manos recibí yo el sable de mando de Subteniente del Ejército. Cinco de julio 1975. Ya comenzaba algo a oler mal en Venezuela. Comenzó la crisis ética. Reconozcámoslo, creo que es momento de reconocer nuestras culpas, todos las tenemos, yo también. ¿Quién lanza la primera piedra?

Yo hago un llamado y es mi primer llamado, como Presidente de Venezuela, a que todos reconozcamos nuestras culpas como hacemos en la Iglesia, Monseñor: «Por mi culpa, por mi culpa, por mi gran culpa», pero lo más importante como lo aprendí yo cuando era monaguillo, es y como me lo recordaba el Gobernador Arias en la Academia Militar cuando me sancionaba leyéndome los textos largos de la Historia de la Religión, lo importante no es darse golpes de pecho, lo importante es darse golpes de pecho y salir renovados en el espíritu, en el alma, en el vigor. Eso sí es lo importante. Yo hago un llamado a todos los venezolanos para que hagamos ese acto individual y colectivo: ya basta. Aquella crisis moral de los años setenta fue la gran crisis y esa es la crisis más profunda que todavía tenemos, ese es el cáncer más terrible que todavía tenemos allí presente en todo el cuerpo de la República, esa es la raíz de todas las crisis y de toda esta gran catástrofe, mientras no curemos ese mal seguiremos hundiéndonos en la catástrofe, aunque el petróleo llegue de nuevo ¡ojalá que no! a 40 dólares el barril, no lo queremos, no queremos que llegue a 40 dólares el barril, pero aunque llegara y aunque lloviesen petrodólares y mucho dinero, igual sería como un alivio momentáneo, pero igual nos seguiríamos hundiendo un poco más allá, en un pantano ético y moral. Esa crisis no hubo capacidad para resolverla, la más mínima capacidad ni la más mínima voluntad para resolverla y siguió galopando como un pequeño cáncer que no es extirpado a tiempo y así

llegaron los años 80 y ocurrió la segunda gran crisis, después de una serie de pequeñas perturbaciones, vino el «viernes negro».

Ahora carcomió instituciones, carcomió el modelo económico y la crisis se hizo económica y comenzamos a oír en Venezuela a hablar de devaluación, de inflación, términos que habían quedado durante muchos años al recinto de los estudiosos de la economía. Pero tampoco se reguló esa crisis, ni la moral ni la económica y la acumulación de estas dos crisis originó una tercera espantosa, espantosa porque es visible, porque las otras, la moral y la económica son así como los volcanes que por debajo van madurando hasta que explotan y revientan y se hacen visibles y arrazan pueblos, vidas y ciudades.

Aquí hace una década ya, dentro de pocos días vamos a recordar con dolor aquella explosión de 1989, 27 de febrero, día horroroso, semana horrorosa, masacre, hambre y miseria y aún no hubo, a pesar de eso, capacidad ni voluntad para tomar las acciones mínimas necesarias y regular, como pudo haberse hecho, la crisis moral, la crisis económica y ahora la galopante y terrible crisis social.

Y esa sumatoria de crisis generó otra que era inevitable, señores del mundo, señores del continente, la rebelión militar venezolana de 1992 era inevitable como lo es la erupción de los volcanes; no se decreta una rebelión de ese tipo, y yo aprovecho este momento para darle un recuerdo imperecedero a los jóvenes militares y civiles de las rebeliones de 1992, 4 de febrero y 27 de noviembre de aquel año que quedará para la historia; aquí hay algunos de ellos con nosotros en este recinto, en este signo de la unidad, de la reunificación: el Gobernador del Zulia, por aquí veo su cara conocida desde hace muchos años; el Diputado Joel Acosta Chirinos, Jesús Urdaneta Hernández, Hernán Grüber Odremán; allá están los muchachos de la juventud militar observando: el Teniente Andrade, el Capitán Carreño, el Teniente Isea. Muchachos, parte de la juventud que tuvo que tomar una actitud, a alguien le tocó, otros están sembrados. No tienen la suerte de nosotros de estar aquí. Y otros están en las

Fuerzas Armadas y han cargado una cruz durante años. Señores del mundo, señores del continente, los militares rebeldes venezolanos del 92 hicimos una rebelión que fue legitimada, sin duda alguna, no hoy porque yo soy Presidente ahora de Venezuela, sino que al día siguiente de la rebelión, mucho más del porcentaje que me trajo aquí de apoyo popular apoyó aquella rebelión militar. Esa es la verdad. No queremos más rebeliones, ya se los dije a mis hermanos de armas. Fui al Alma Mater y lo dije: que nunca ocurra, pero que nunca más ocurra un 27 de febrero; que nunca más los pueblos sean expropiados de su derecho a la vida, porque si eso sigue ocurriendo nadie puede garantizar que otro día, mañana o pasado, pueda ocurrir otro acontecimiento indeseado, como los acontecimientos de 1989 y de 1992.

Yo he sido traído aquí por una corriente originada en esos hechos. Clamo a todos, los partidarios de nuestra propuesta o nuestro proyecto, los adversarios de nuestra propuesta, los llamo a que jugando cada quien su papel, pensemos primero y antes que nada en el interés del país y en el interés del colectivo, y pongamos en último término el interés de nuestra fracción o el interés de nuestro partido o el interés de nuestro grupo o el interés de nuestra familia o el interés de nosotros mismos. Eso va en último lugar de prioridad. Llamo a todos que esa la norma de trabajo a partir de este mismo instante. Para que podamos polemizar, a regular las perturbaciones compatriotas todos, porque ustedes lo saben, la crisis moral está allí; la crisis económica está aquí. Salgamos a la esquina y la vemos y la sentiremos que nos golpea el rostro y el alma.

La crisis social, está allí, palpitando amenazante. La crisis política que se sumó a todo esto, por supuesto, está aquí, aquí la tenemos representada. Este recinto es una caja donde se encierra la crisis política. Abrámoslo.

Tenemos que buscar la manera de regular estas crisis, porque así llegamos al presente, al día de hoy, y lo más grave es que después de 1992, ¡cuánto golpes de pecho hubo!, ¡cuántas

declaraciones de rectificación, ¡cuántos juramentos y compromisos! y nada, el barco se sigue hundiendo, señores.

Yo voy a repetir una frase que no es mía, como ninguna de las que he dicho, ninguna es mía; yo más bien creo que tengo un poquito de cada cosa que uno va recogiendo en los caminos. Una frase que dijo aquí en esta misma tierra venezolana otro militar como yo, pero por supuesto muchísimo inmensamente más glorioso, yo no tengo glorias, lo que tengo son ganas de ser útil. Aquel inmenso venezolano, infinito, que fue Don Francisco de Miranda, el Generalísimo, cuando Simón Bolívar, Coronel, perdió el Castillo de Puerto Cabello, la plaza de Puerto Cabello, que era el último punto fuerte de la Primera República, cuando al Generalísimo Francisco de Miranda le dan la noticia de que el Coronel Simón Bolívar había perdido la plaza de Puerto Cabello y con ella el parque, el último, la reserva del parque, Francisco de Miranda, dice la Historia, que lanzó la frase en francés (como no hablo francés voy a decirla en español y porque en español es que es apropiada) quizás el Generalísimo no quería que le entendieran quienes estaban cerca de él para no desmoralizarlos, a lo mejor, me imagino, y dijo en francés: «Venezuela está herida en el corazón». Hoy, después de siglo y medio yo retomo esa frase: nuestra Patria hoy está herida en el corazón, nosotros estamos en una especie de fosa humana. Por todas partes hay niños hambrientos, índices macroeconómicos sí —aquí tengo algunos, no los voy a leer, los sabemos, los conocemos en libros, en estudios y ya me suenan fríos a mí, prefiero ir por las calles a ver, a sentir, a llorar como uno llora cuando consigue los niños limpiando las tumbas de los cementerios, porque de eso viven, como ví en Barinas el 2 de enero cuando fui al cementerio a ponerle una corona a mi abuela Rosa Inés y salieron unos niños a decirle a Chávez: «Chávez, no hay tumbas para limpiar, tenemos hambre». Son niños de Venezuela y son también nuestros hijos. Yo tengo cinco, allá están, pero no tengo cinco, todos los niños que me consiga a mi paso, aunque sean

los hijos de mis más duros adversarios, también yo los considero mis hijos porque ellos son inocentes de las pasiones que a nosotros nos impulsan.

Hoy Venezuela está así, en una situación, doctor Velásquez, usted que conoce mucho más la historia que yo, habría que revisar como estaba Venezuela después de la Guerra de Independencia en aquellos años cuando Simón Bolívar se enteró que había regresado de Europa su tío Esteban Palacios y le escribió aquella famosa y hermosa y dolorosa carta «Tío Esteban, usted de nuevo en Caracas, Caracas no existe». Yo no estoy de acuerdo, si aquella época comparándola con ésta, no estoy seguro cuál, en cuál de las dos había más miseria, más hambre, más necesidades, 80% de pobreza, me da vergüenza, señores del mundo. Decir esto, algunos no creen, por allá en la lejana Europa donde cae mucha nieve, cuando uno habla estas verdades y es difícil que crean esto; es muy difícil creer que en una suma de factores, todos positivos, el resultado sea negativo. ¡Tanta riqueza!, se preguntarán ustedes; la reserva de petróleo más grande del mundo, la quinta reserva más grande del mundo en gas, oro, un inmenso Mar Caribe rico y hermoso que nos une con tantos hermanos de ese mare nostrum, ríos inmensos, caudalosos, hay pueblos que han tenido que hacer ríos debajo del desierto, han tenido que construir ríos debajo de la arena para llevarle agua a sus pueblos, nosotros somos uno de los países con mayor reserva de agua dulce del mundo entero, millones de hectáreas de tierra fértil, inmenso territorio propicio para el turismo, un pueblo joven, alegre, dicharachero, caribeño y pare ahí de contar, con una suma, todo eso igual 80% de pobreza ¿quién puede explicar eso? ¿qué científico puede explicar esto?.Decía Galileo Galilei que el alfabeto con el que Dios escribió al mundo fueron las matemáticas, tendremos que llamar a Galileo Galilei y a sus asesores a ver si ellos desentrañan el misterio matemático que hay en Venezuela.

Decía el doctor Uslar hace unos días atrás, hace unos meses atrás, hace unos años atrás que aquí en Venezuela se evaporaron 15 planes Marshall con los cuales se hubiesen reconstruido 15 Europas, incluyendo todas las bombas que lanzaron y todas las invasiones y

los muertos y las bombas atómicas. 15 Planes Marshall, Presidente Banzer, aquí se evaporaron, 15 Planes Marshall ¿dónde están?; el que sepa, dígame; el que tenga alguna información de dónde está eso, dígamelo.

Esa es nuestra realidad señores, y yo aunque hay un viejo dicho que por allí anda rodando, según el cual «por la verdad murió Cristo», se dice mucho en nuestros pueblos; Leonel, también allá en Santo Domingo, seguro; bueno. Yo soy uno de los que cree que si por la verdad murió Cristo, y si por la verdad tiene que morir uno más, pues aquí estoy a la orden; pero no podemos seguir mintiéndonos a nosotros mismos, no podemos seguir engañando a nuestros hijos, a nuestros jóvenes, hablándoles de mundos que no existen. No. Una de mis principales tareas queridos amigos y así la asumo, es decir las verdades en las que creo, porque la verdad, la verdad verdadera, sabemos nosotros los católicos que la tiene Dios. Pero las verdades de las que uno está convencido, yo las voy a decir, de diversas maneras.

Estaba recordando ahora mismo aquel «Delirio sobre el Chimborazo», cuando Bolívar se consiguió con el tiempo, con el Eterno y nunca olvido una de las cosas que el Eterno le dijo a Bolívar allá en el Chimborazo. Presidente Mahual: Bolívar deliró y subió y tocó al Eterno y el Eterno le dijo: «Tú, pequeño mortal ¿qué te crees? anda allá y di la verdad a los hombres». La verdad es esa, Venezuela está herida en el corazón; estamos al borde de un sepulcro; pero como los pueblos no pueden morir porque los pueblos son la expresión de Dios, porque los pueblos son la voz de Dios, resulta queridos compatriotas que felizmente, por encima y más allá de toda esta catástrofe inmensa, hoy en Venezuela estamos presenciando, estamos sintiendo, estamos viviendo una verdadera resurrección. Sí, en Venezuela se respitan vientos de resurrección, estamos saliendo de la tumba, y yo llamo a que unamos lo mejor de nuestras voluntades porque es el momento de salir de la tumba. Es el momento de repetirnos también aquello de que vacilar es perdersnos. A todos les llamo sin excepción, a todos. Vamos juntos a

salir de esta fosa. Vamos a discutir, pero también vamos a actuar de la manera más rápida para salir de esta fosa.

Nosotros tenemos un proyecto, que no es nuevo, no, ni es original nuestro tampoco, no. Desde aquellos tiempos de Yare, de aquella escuela que fue Yare comenzábamos entonces a tratar de definir algunas líneas de un proyecto; pero no un plan de gobierno ¡por Dios! No, ya basta de estar dando tumbos, de estar zigzagueando, de dar marchas y contramarchas como un barco sin brújula, sin timonel, sin capitán; donde la tripulación no sabe que hacer sino sobrevivir. Nosotros ante esta realidad tremenda que tenemos, le hemos planteado a los venezolanos un proyecto, le hemos dado varios nombres a lo largo de estos años, pero ya por 1995 lo llamábamos Agenda Alternativa Bolivariana, y lanzamos líneas para la discusión. Luego, en plena campaña electoral, insólita, lo lanzamos al mundo como el proyecto de transición; pero en el fondo, es el mismo viejo sueño bolivariano: un proyecto de desarrollo integral para Venezuela.

Desde hoy comenzaremos a aplicar las medidas que a nosotros, como Poder Ejecutivo Nacional, nos corresponde, pero claro que no bastará eso. No será suficiente eso, será necesario —insisto— en que cada quien aquí asuma sus responsabilidades, y especialmente quienes tenemos responsabilidades de conducción de instituciones públicas, privadas, religiosas, económicas, sociales, educativas, etc. Afinemos el rumbo, démosle a nuestros hijos y a nuestros nietos una patria que hoy no tenemos.

Nunca olvido el verso de Pedro Mir, ese gran poeta dominicano: «Si alguien quiere saber cuál es su patria, no la busque, tendrá que pelear y luchar por ella». Yo llamo a los venezolanos a luchar todos para que tengamos Patria, para que tengamos una Venezuela verdadera, una democracia verdadera. En lo político nuestra propuesta y desde hoy nuestra acción orientada hacia la transición transformadora, porque eso también es conveniente

decirlo, señores, nosotros tenemos que darle cauce a un movimiento que corre por toda Venezuela.

Esa resurrección a la que me refería, tiene una fuerte carga moral, social, es un pueblo que recuperó por su propia acción, por sus propios dolores, por sus propios amores, recuperó la conciencia de sí mismo y allí está clamando, en las afueras del Capitolio y por donde quiera que vayamos. Eso no tiene otro nombre que una REVOLUCIÓN. Terminando el siglo XX y comenzando el siglo XXI venezolano aquí se desató una verdadera revolución, señores y yo tengo la certeza de que nosotros le vamos a dar cauce pacífico, que nosotros le vamos a dar cauce democrático a esa revolución que anda desatada por todas partes.

Yo tengo una gran fe en que le vamos a poder dar cauce, como se le puede dar cauce a un agua o a un río para que vaya al mar de manera ordenada y lleve vida a las riberas y a los pueblos, pero en el supuesto negado, digo yo negado, y ojalá, Dios mío, que sea negado, en el supuesto negado de que los dirigentes de hoy, de que nosotros no podamos darle cauce a esa fuerza desatada, igual que los ríos se desbordan como el Arauca en el invierno o como los ríos de cualquier parte que se desbordan y arrasan las sementeras y se llevan las vidas de los hombres en vez de darle la vida. Ese pueblo necesita cauce. No podemos defraudarlo de nuevo, no podemos desfigurar el proceso. Asumamos con coraje y con valentía la tarea de darle cauce a la revolución venezolana de este tiempo o la revolución nos pasa por encima, tenemos dos alternativas, son dos opciones que tenemos: o le damos cauce a esa fuerza o esa fuerza nos pasa por encima.

Yo estoy seguro que ese pueblo que está allí resucitado va a buscar sus caminos, hoy recuperó credibilidad en una oferta, en una propuesta, en un camino, si la perdiera mañana esa fuerza, así como el agua, va a buscar salida. Por eso imploro la voluntad, la buena voluntad de todos para que entre todos le demos cauce a la revolución necesaria, porque es necesaria en lo social, en lo económico, en lo político, en lo ético. Tenemos que revolucionarnos, incluso

nosotros mismos, es hora de oír a Bolívar de nuevo y ahora es cuando los venezolanos van a oírme hablar de Bolívar, porque ese es el faro. El 4 de julio de 1811 se debatía aquí en Caracas también, Presidente Menem !qué cosas de la historia que se repiten! ¿no? entre los revolucionarios de la sociedad patriótica que clamaban por la independencia y los conservadores apoltronados que decían: ¡no! reconozcamos más bien los derechos de Fernando VII y Bolívar, que era uno de los líderes de la Sociedad Patriótica, dio aquel memorable discurso: «Piden calma, ¿acaso 300 años de calma no bastan?, que hay que esperar a ver que decisión toma España, que nos importa que España venda a Bonaparte sus esclavos o los conserve, si nosotros estamos dispuestos a ser libres», hoy es el mismo dilema, estamos entre el mismo dilema.

Nosotros por supuesto y yo, sin duda, estoy en las barras bolivarianas, vacilar sería perdernos, no podemos vacilar. Por mi parte, tengan ustedes la certeza que yo, como estoy seguro muchos venezolanos, pero hablo por mí en este instante como Presidente de Venezuela, yo no vacilaré un instante en hacer lo que tenga que hacer; no hay marcha atrás. El consenso sí, lo quiero, pero no el consenso retrógrado, porque también decía Bolívar aquello en ese mismo discurso, ahora que lo recuerdo; él decía: No es que haya dos Congresos, nosotros queremos la unión, no podemos estar dividiendo el Congreso, pero el Congreso debe oír a la sociedad patriótica, Y entonces decía Bolívar: «Unirnos para apoltronarnos, unirnos para observar como pasan los acontecimientos, antes era una infamia, hoy es una traición». Hoy señores, unirnos a los que quieren conservar esto tal cual está, buscar consenso con los que se oponen a los cambios necesarios, yo digo hoy como Bolívar: ¡es una traición!. Y si alguien debe tener claro eso es este que está aquí hablándoles a ustedes, porque yo estoy aquí no por mí, yo estoy aquí por un compromiso; yo no soy causa, soy consecuencia. Así que yo, Dios me perdone, siempre lo digo, yo prefiero la muerte antes que la traición; así lo declaro

ante el mundo y lo declaro ante Venezuela: no hay marcha atrás en la revolución política que tenemos que impulsar y que claman las calles del pueblo de toda esta tierra de Bolívar.

Por tanto, dentro de esa propuesta política que es, ustedes lo saben, el eje central de ese proyecto en lo político, pero que tiene fuerte impacto en lo económico y en lo social y en lo moral y en lo jurídico y en el todo. Yo he recibido con mucho beneplácito los cambios de posición; a veces uno no se explica muy bien pero bueno, avancemos. Yo a veces no me explico cómo y tampoco voy a buscar explicaciones, personas que hace apenas un mes se referían a la Asamblea Constituyente como el caos, una obra maléfica de Satanás que nació en Barinas de nuevo y anda por Venezuela oloroso a azufre; un plan preconcebido por el tirano Chávez para establecer una dictadura en Venezuela, para acabar con la democracia; un plan maléfico. Ahora, hoy veo con alegría que dicen que «venga la Constituyente», «me lanzo a la Constituyente» han dicho algunos aquí en este Congreso.

¡Láncense!, vamos a lanzarnos todos. Eso sí, cuando uno se lanza, yo lo aprendí por obligación y por necesidad, cuando uno se lanza debe tener un buen paracaídas. No se vayan a lanzar así al vacío. Lancémonos pues, eso es lo que se quiere. Ahora, lo que sí es conveniente señalar es que el proceso lleva su ritmo, el proceso lleva su marcha. No podemos frenar el proceso. No, mucho menos desviarlo de cauce para que dé vuelta sobre sí mismo y se hunda de nuevo. No, no lo vamos a permitir, hasta donde yo pueda no lo voy a permitir, y yo estoy seguro que más de 12 millones, por lo menos, de venezolanos, no lo van a permitir. Así es que lo que yo le sugiero a todos, a todos ustedes y a las diversas toldas y tendencias políticas, es que sigamos el proceso, alimentémoslo, démosle un esfuerzo creador, pero siempre oyendo allá afuera. No cometamos el error, craso sería, de oírnos solamente a nosotros mismos. No, es el momento de oír la voz de la nación y de oír ese tintineo que anda por todas partes; de recogerlo en un lazo y de hacerlo realidades.

Y dentro de esta propuesta política yo debo hacer un reconocimiento, ahora ya como Presidente de la República, a la Corte Suprema de Justicia, porque también tenemos que recordar esto, señores: después del 6 de diciembre, con aquel triunfo del pueblo comenzaron a cambiar de opinión algunos que decían que la Constituyente era un salto al vacío, que era una locura. Entonces comenzaron a decir otras cosas —yo siempre les sigo la pista— ya no es un salto al vacío, ya no es una locura; pero ahora para poder ir a una Constituyente hay que reformar la Constitución. Lo señalamos en su momento como la «trampa constitucional», lo mismo que hizo Adolfo Hitler con la República de Weissmar para parar un proceso. El entrampamiento a través de una interpretación interesada, inflexible y rígida de una Constitución que, ciertamente, como lo dije cuando juré: estaba moribunda y va a morir para que nazca otra. Tiene que morir y junto a ella el modelo político nefasto al que dio nacimiento en estos últimos cuarenta años. Eso tiene que morir. Va a morir, señores. Acéptenlos todos y es necesario que muera, pero claro que, al mismo tiempo es necesario que nazca otro modelo.

La decisión de la Corte Suprema de Justicia es para la Historia, ciudadana presidenta. Sin duda que es para la Historia, sentando cátedra de lo que es el Poder Constituyente originario, de lo que es la soberanía, como lo decía Rousseau y como también Bolívar en ese pensamiento que ya cité al comienzo. «Convoquemos la soberanía popular para que ejerza su voluntad absoluta». Pero ¿acaso le podemos tener miedo a la soberanía popular? ¿No hablamos de democracia, pues? La soberanía no es nuestra, el Presidente de la República no es soberano, el Congreso de la República aunque lo llamen soberano no es soberano, la Corte Suprema y los tribunales no son soberanos, el único soberano aquí en la Tierra, en el pueblo, en la tierra venezolana es ese pueblo, no hay otro. Ese es un principio universal y elemental. Después de la decisión histórica de la Corte Suprema de Justicia, se apagaron las voces de los que clamaban todos los días que había que reformar la Constitución y ahora ha cambiado también la dinámica. La decisión de la Corte Suprema de Justicia ha acelerado el proceso y

eso habrá que reconocerlo para la Historia, porque todo esto que está ocurriendo en Venezuela, hora tras hora, compatriotas, día tras día, está quedando grabado para las páginas de la Historia.

Cuando los nietos de nuestros hijos estudien la Historia de Venezuela tendrán que detenerse, sin duda, en estos años finales del siglo XX, en estas sesiones del Congreso, en ese juramento, en las elecciones que pasaron, en la decisión de la Corte Suprema de Justicia, en la posición que cada quién asuma. Es momento grande, es un momento estelar el que estamos viviendo, no es un momento cualquiera, es importante que lo digamos, porque es muy importante aún más que todos tomemos conciencia de lo esplendoroso que estamos viviendo en esta patria de Bolívar, para que hagamos honor a nuestro barro, a nuestro espíritu, a nuestra herencia; nosotros somos uno de los pueblos libertarios del mundo, nosotros somos un pueblo de creadores, de poetas, de luchadores, de guerreros, de trabajadores, ahí está la historia que lo diga, hagamos honor a eso, hagamos honor al espíritu de nuestros aborígenes, de nuestros libertadores, de nuestras mujeres, de nuestra juventud en La Victoria, todo eso lo tenemos nosotros en las venas y en el barro con que fuimos hecho, demostrémoslo, es el momento de demostrarlo. Entonces la decisión de la Corte Suprema de Justicia ahí quedará para la historia, ya no se oye por ninguna parte, gracias a esa justa oportuna y sabia decisión de los Magistrados de la Corte, ya no se oye por ninguna parte decir lo que se oía y se leía hace apenas dos semanas atrás: que llamar a referendum era violatorio de no sé cual ley y no sé cual otro ley, que aquello era violar la Constitución Nacional en su artículo tal y en el alcance tal y en la enmienda tal y no sé cual otra ley, todo un leguleyerismo, cuando no es tiempo leguleyerismo, es tiempo de historia y es tiempo de grandes decisiones políticas.

Ahora después de esa decisión, se apagaron esas voces y también se apagaron las voces de las que amenazaban, ya a mi me tenían amenazado algunos sectores políticos que me hacían llegar como para disuadirme, yo les confieso con toda la humildad que pueda tener,

que como yo ya he pasado por tantas cosas, no soy disuadible, no le tengo miedo sino a Dios, porque ni a la muerte, lo repito, creo que la muerte no existe, es una mentira como era la mentira del «Silbón de la sabana» o de «la sayona» que salía por la esquina del Caña de Raya en el Río Boconó, eso no existe. Estaban preparando ya un acción contra el Presidente Chávez para destituirlo, Presidente Pastrana; lo conversé con usted, lo conversé con el Presidente Gaviria que también vivieron en Colombia un proceso constituyente parecido, y la decisión de la Corte de Colombia fue tal cual a la de Venezuela ahora, sentando cátedra. Pero ya se estaban preparando jugadas para inhabilitar entonces al Presidente Chávez por haber violado la Constitución si convocaba a referendum. Todo eso se quedó atrás gracias a Dios, gracias al proceso mismo, gracias a la Corte Suprema y gracias al pueblo; en menos de una semana dirigentes políticos y sociales recogieron más de millón y medio de firmas en las calles. ¿Quién puede oponerse a eso, si esa es la voluntad del pueblo, si es la voluntad del soberano?

Ahora, en los últimos días hemos observado entonces el debate de que el Congreso puede llamar a referendum. Ciertamente y yo lo decía en la campaña electoral, ojalá que el Congreso llame a referendum decía yo; ojalá que el Congreso tome la batuta. Claro que hubiese sido mucho mejor que en la campaña electoral hubiésemos discutido el tema, ¡cuánto hubiésemos avanzado hasta esta hora, hasta este día si en vez de satanizar la constituyente y la propuesta constituyente nos hubiésemos dado todos los candidatos de aquella hora, los partidos, el Congreso mismo, las instituciones a discutir lo que es una constituyente; pero no, la idea fue satanizarla y evitar el debate, desviar el debate. Se perdió un tiempo. Ahora no podemos perder tiempo, el proceso se ha acelerado gracias a la decisión de la Corte y gracias a también el clamor de un pueblo.

Yo como he estado oyendo y discutiendo, oyendo posiciones aquí en el Congreso o de sectores que están en el Congreso, y también en la calle, y como se ha creado entonces ahora, sin que esto quiera decir que ese sea el ánimo de algunos sectores del Congreso, pero en la

calle se ha venido formando como una matriz de opinión acerca de una especie de rivalidad a ver quién convoca primero al referendun, y es lo que anda en las calles y como la gente dondequiera que voy me dice: «Chávez no te dejes quitar la bandera», «Chávez no te descuides porque en el Congreso pueden manipular el referendun y hacerlo a su justa medida y necesidad para tratar de detener el proceso»; «Chávez creemos en ti». Pues yo como estoy comprometido con un pueblo, he decidido adelantar la firma del Decreto convocando al referendun; no voy a esperar el 15 de febrero como había dicho. No, ese es un clamor que anda por las calles, es un clamor del pueblo. Así dentro de pocos minutos en el Palacio de Gobierno de Caracas, de Miraflores, juramentaré al próximo Gabinete e inmediatamente convocaré al primer Consejo de Ministros Extraordinario. Y hoy mismo, antes de salir de Palacio, al encuentro popular en Los Próceres firmaré el decreto presidencial llamando a referéndun al pueblo venezolano. De tal manera, es un compromiso sencillamente, es un mandato de un pueblo. Yo estoy aquí para ser instrumento de un colectivo, por eso señores del Congreso, señor presidente del Congreso, señor presidente de la Cámara de Diputados, honorables senadores y diputados, yo creo que les estoy quitando un poco de trabajo y de angustias y de carreras y de sinsabores. ¡No, ya! ¡ya! El referéndun va, y hoy mismo tendré el gusto de entregarle al señor presidente del Consejo Nacional Electoral una carta solicitándole sus acciones para preparar el referéndun en el plazo que la Ley indica, que es entre 60 y 90 días. Y ya he dado instrucciones al próximo ministro de la Defensa, para que a partir de hoy el general de división Raúl Salazar y al próximo jefe del Comando Unificado de las Fuerzas Armadas Nacionales, el general Marín Gómez, vayan preparando un Plan República igual, para hacer un referéndun amplio, donde todos tengan participación, no habrá exclusiones. No, no, creamos en nosotros mismos, creamos en nuestro pueblo, seamos verdaderos demócratas. Vamos todos, todos. «Por mi culpa, por mi culpa, por mi gran culpa» y ya basta.

Ahora, de forma tal que el Congreso, mi sugerencia, porque vuelvo a tomar la frase de Bolívar: no es que haya dos Congresos. No, no quiero ni obstaculizar ni interferir las deliberaciones y la libertad del poder Legislativo. No. Cumplan ustedes, legisladores, con su responsabilidad, tal cual. Háganlo. El país clama, pero eso sí, traten de oír siempre el clamor del pueblo, no se encierren aquí a oírse ustedes mismos y a dar grandes discursos. Discutan lo necesario.

Dentro de varias horas, mi gobierno introducirá aquí en el Congreso la solicitud de una Ley Habilitante, una Ley Habilitante para enfrentar en el corto plazo, porque el pueblo no puede esperar la Constituyente y esa es una verdad absoluta, la Constituyente no es una panacea, nunca la planteamos así. Tiene un objetivo fundamental como es la transformación de las bases del estado y la creación de una nueva República, la refundación de la República, la relegitimación de la democracia. Ese es el objetivo fundamental de la Asamblea Constituyente. Es político, es macropolítico pero no es económico ni es social en lo inmediato y el gobierno que yo hoy comenzaré a dirigir y he comenzado ya, tiene que que enfrentar una situación heredada, terrible, un déficit de casi 9 puntos del Producto Interno. Solamente para el gasto de Caja, solamente para el pago para que no se apague la luz y la gente no se vaya, hacen falta para el primer trimestre del año, casi Bs. 800.000 millones, solamente para eso, solamente para el pago, para no irnos de aquí, pues.

Además de eso, tenemos un desempleo (las cifras oficiales hablan del 11-12%, pero hay otras cifras por allí que apuntan al 20%) Un subempleo rondando el 50% de la fuerza económicamente activa, casi un millón de niños en estado de sobrevivencia, casi un millón de niños, niños como mi hija Rosa Inés, de un un año y cuatro meses, en estado de sobrevivencia. Veintisiete, casi veintiocho por mil nacidos vivos es la mortalidad infantil de Venezuela, de las más altas de todo el Continente. La incidencia de la mortalidad infantil o la

incidencia de la desnutrición en la mortalidad infantil está llegando al 15% de niños que mueren y la causa de su muerte: desnutrición. No podemos esperar Constituyente para eso.

La vivienda, hay un millón y medio casi de déficit de viviendas en toda Venezuela. Más del 50% de los niños y esto es lo más salvaje, porque no tengo otra palabra, ustedes me perdonan, ¡salvaje!. Así llama el Papa Juan Pablo II Su Santidad al neoliberalismo y yo lo llamo así también, permítame Su Majestad llamarlo así, es salvaje saber que en un país como el nuestro, más de la mitad de los niños en edad preescolar no están yendo al preescolar; es salvaje saber que sólo uno de cada 5 niños que entran a la escuela preescolar, sólo uno de cada cinco termina la escuela básica, eso es salvaje porque ese es el futuro del país.

Un viejo proverbio chino dice: «si estás pensando en el corto plazo, anda a pescar; si estás pensando en el mediano plazo, siembra un árbol y si estás pensando en el largo plazo, educa un niño». Nosotros no podemos permitir que ese salvajismo siga ocurriendo aquí en nuestras narices, ¡por Dios! 45% de los jóvenes adolescentes, no están en la escuela secundaria, andan sobreviviendo por allí y muchos de ellos, claro, a la delincuencia para sobrevivir, porque el hombre no es malo por naturaleza, nosotros somos hijos de Dios, no somos hijos del diablo. Esa situación yo la estoy recibiendo aquí, aquí la tengo en mis manos y es la acumulación de todas esas crisis a la que me he referido hace varios minutos atrás.

Me decía un grupo de amigos hace unas noches atrás, que es como que a uno le entreguen en sus manos una bomba de tiempo: tic tac, tic tac, tic tac, y uno se ofrece a desarmarla, a desmontarla, hay un gran riesgo que la bomba te estalle en la cara, la bomba social venezolana está latiendo, compatriotas, por eso creo que el Congreso en vez de estar debatiendo lo que ya está debatido hace meses atrás, ese debate ya pasó, en vez de estar debatiendo ahora cómo hacer un referendun, no, acepten la verdad, el pueblo venezolano en un 60% casi de los que fueron a votar, eligió al presidente Hugo Chávez para que él cumpla lo que dijo: convoque a un referendun para la Constituyente, esa es la verdad, aceptenlo

señores, no duden eso, esa es una verdad como el sol que está allá arriba. Mi sugerencia al Congreso, dedíquense a estudiar la posibilidad de darle al gobierno que hoy comienza, una Ley Habilitante, dirigida especialmente a la materia económica, porque en lo económico es urgente solucionar el déficit que ustedes lo saben y para ello nosotros necesitamos una profunda reforma fiscal, que ya se ha anunciado en algunos escenarios de manera fragmentaria, la Ministra de Hacienda Maritza Izaguirre ha estado explicando de alguna manera a los venezolanos las medidas que en ese orden fiscal estamos ya preparando, la reducción del impuesto al consumo suntuario y ventas al mayor, por ejemplo, que es de los más altos en el continente, pero su transformación en un impuesto al Valor Agregado y la ampliación de la base de recaudación es algo urgente; según nuestros cálculos, ahí pudiéramos recabar o incrementar la recaudación casi en un punto del Producto Interno Bruto, para ir haciendo manejable ese inmenso hueco fiscal que estamos heredando.

Por otra parte, es necesario que hagamos reformas —así lo creemos necesario— al Impuesto sobre la Renta para adelantar los pagos de las personas jurídicas y no esperar hasta el fin de año, sino que se vayan cancelando los pagos a medida que vayan pasando los meses. Igualmente, tenemos listo el esquema para volver a aplicar de manera temporal el Impuesto al Débito Bancario, con ellos según nuestros cálculos, podemos recabar un 1,5 aproximadamente por ciento del Producto Interno Bruto para reducir el déficit fiscal en este primer año de gobierno, al menos a la mitad.

Pero por otra parte, hemos ido por el mundo y hemos conseguido, así lo he dicho, comprensión y esperamos seguirla consiguiendo. Desde su Majestad el Rey Juan Carlos de Borbón hasta el Primer Ministro Canadiense, desde el Presidente del Gobierno Español Don José María Aznar hasta el Presidente de los Estados Unidos Bill Clinton, el Presidente o Director Ejecutivo del Fondo Monetario Internacional, el señor Camdessus, pasando por el Director del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo, del Club de París, con

todos ellos hemos estado hablando en estos últimos cuarenta días; nosotros no hemos descansado y ustedes lo saben, buscando, viajando, hablando, tratando de convencer, primero: que yo no soy el diablo, porque por la campaña salvaje que me hicieron mucha gente por allá en esas tierras frías llegaron a pensar que de verdad Hugo Chávez casi que el diablo era. Y segundo, explicando nuestra verdad.

La deuda externa nosotros queremos pagarla, sencillamente no podemos pagarla según la manera como se ha diseñado y como yo estoy recibiendo, con un perfil de deuda que se lleva una tajada grandísima del Presupuesto Nacional, más del 30%, que es la acumulación de intereses y capital. Así que tenemos la esperanza firme y así lo digo al mundo, y vamos a seguir trabajando con mucha intensidad ahora mucho más que antes, para lograr en el más corto plazo posible un refinanciamiento de nuestra deuda externa, de forma tal que podamos este mismo año 99, reducir al menos en dos puntos, 1.5 ó 2 puntos el peso terrible de la deuda sobre el golpeado presupuesto venezolano.

Para ello, algunos de estos puntos que he mencionado, medidas en el orden económico del corto plazo, en el orden interno, nosotros creemos que es necesario que el Congreso discuta y decida acerca de una Ley Habilitante como ha ocurrido en ocasiones anteriores. Igual es urgente para nosotros, y esa es la otra dirección estratégica para transformar el modelo económico en el corto, en el mediano y en el largo plazo, es necesario —porque de esto se ha hablado mucho en Venezuela, pero no se ha hecho casi nada— diversificar la economía, impulsar el aparato productivo. Para ello, también en estos viajes que hicimos a Sur América, a Norteamérica, a Europa y al Caribe, hemos llamado a los inversionistas del mundo entero. Nosotros somos gente seria, el gobierno que yo empiezo a dirigir hoy es un gobierno serio que respetará los acuerdos que se firmen y las inversiones internacionales que vengan aquí de cualquier parte del mundo, especialmente dirigidas al sector productivo, que genere empleo, valor agregado a la producción, tecnología propia para impulsar el desarrollo

del país. No podemos seguir dependiendo únicamente de esa variable exógena que es el precio del barril de petróleo, que se vino abajo como todos sabemos, y todas las perspectivas indican que va a seguir allí entre 8 y 9, si acaso tocando algún día el 10 durante a lo mejor, no un año, sino dos o tres años.

Acostumbrémonos a eso, porque eso también nos obliga. Al respecto, los equipos de transición y los equipos del proyecto de gobierno y de desarrollo que hemos venido formando hace varios años, pues hemos decidido impulsar y arrancar con inversión privada. Y también le hacemos un llamado a los inversionistas nacionales con los que hemos tenido fecundas, amplias y diversas conversaciones aclarando, explicando, preguntándoles también; recibiendo sus opiniones a la inversión privada nacional.

Le hago un llamado a todos los venezolanos que tienen capitales en el exterior. ¡Piénsenlo! El país necesita capitales. ¡Vengan aquí! Claro, me refiero a los capitales bienhabidos. Los otros difícilmente vendrán, a menos que de verdad hagan un mea culpa. Ojalá lo hagan, también los llamo: Vengan, entreguen lo que se llevaron y asuman su responsabilidad. Yo creo que tengo algo de moral para pedirlo. Yo un día hice algo, entregué lo que me llevé: mi fusil, y aquí estoy. «Asumo mi responsabilidad, hagan conmigo lo que quieran». Cada quien asuma su responsabilidad. Necesitamos un proceso económico urgente de acumulación de capital nacional. Estamos descapitalizados, señores.

Honorables dignatarios del mundo, del continente, de Europa, del Asia, del Caribe, de dondequiera que hayan venido, este es un mensaje a los inversionistas como se los he dado en Santo Domingo, en La Habana, en Buenos Aires. No he ido aún por la Cordillera de los Andes, pero pronto iré; a Guyana, a Centroamérica, en Colombia, en todas partes, en Madrid, en París, Islas Canarias. Al Perú espero ir pronto, igual a Nicaragua, a la hermana; a todos los inversionistas, los petroleros en Canadá. Me sentí muy complacido después de una reunión en Canadá con empresarios del gas y del petróleo, y llegaron casi con nosotros. Se vinieron a

Venezuela y están haciendo planes para invertir en gas, en petroquímica, en turismo. En Europa se están preparando varias misiones, en España, en Francia, en Alemania. Hemos tratado de motivarlos, de llamarlos, de atraerlos. Venezuela puede ser un emporio gigantesco de riqueza, ya lo es, pero en potencia. Vamos todos a desarrollar. El proyecto nuestro no es un proyecto estatista. No, tampoco es extremo al neoliberalismo. No, estamos buscando un punto intermedio, tanto Estado como sea necesario y tanto mercado como sea posible. La mano invisible del mercado y la mano visible del Estado, leí y usted, Presidente Mahuad cuando asumió su digno cargo allá en la hermana República del Ecuador.

Bienvenidos todos a la inversión, al impulso de un proyecto. Nosotros, algunos elementos de ese proyecto vamos a declarar y lo declaro e invito a todos a que lo hagamos, de sentimiento y acción: la agricultura es un sector estratégico para el país y debe ser ese criterio llevado a rango constitucional, así lo aspiramos de la Asamblea Constituyente que se elegirá en los próximos meses.

Por ahora, hemos seleccionado para el corto y mediano plazo, cuatro proyectos bandera en agricultura: un proyecto arrocero —Venezuela tiene un potencial gigantesco para el arroz. Un proyecto de palma africana, sería otro de los grandes proyectos donde hay muchos estudios al respecto, ha faltado voluntad, capital, tecnología, para hacerlo; nosotros queremos reunir todo eso e inyectarlo a los proyectos de desarrollo nacional. Un proyecto de caña de azúcar y un proyecto pesquero, al menos esos cuatro proyectos bandera, según los estudios de nuestros técnicos, indican que allí tenemos inmensas ventajas comparativas y que pueden ser competitivas para el desarrollo, para crear empleo.

¿Cómo puede ser que se estén muriendo de hambre los muchachitos de Apure a la orilla del inmenso Apure, del inmenso Arauca o los muchachitos de oriente al lado del Orinoco o los de Guayana? ¿Y los pueblos de la costa, con tanta riqueza pesquera, tanta

riqueza marítima, Igual la gente de los campos?. Tenemos que volver a los campos, pero de verdad.

Yo, que campesino también soy y así fui y así me crié y me formé, estaré al frente de esos proyectos, hasta donde el tiempo y la fuerza me lo permitan, pero ustedes, más que decirlo, Dios mediante, ustedes lo van a ver. Yo seré un soldado, el primero de la batalla, trataré de estar en todas partes, hablando con el campesino, con el obrero, con el Gobernador, con el Alcalde, con el empresario, con el político, con el soldado, con el Comandante, con el General, con todos, para darnos la mano y que esos proyectos, cuando tenga que entregar el gobierno dentro de cinco o diez años, no sé cuántos, o uno o dos, puede ser uno, puede ser dos, yo no sé, nadie sabe cuántos, uno o diez, yo no quiero venir aquí a leer o a decirles: «hice hasta dónde pude pero el país está hundido». No, yo incluso prefiero, de verdad se los digo, entregar el gobierno que es lo que menos importa, créanmelo, a los dos años, al primer año, si ese año, si esos seis meses o si esos dos años sirvieron para dejar atrás el pasado y hundirlo y que de verdad prenda un nuevo motor nacional. París bien vale una misa; de verdad que lo menos que me importa es mi destino personal, absolutamente me importa. Lo importante es que arranquemos un nuevo motor nacional, un nuevo proyecto de largo plazo, como el navegante que va y no ve el puerto pero cada milla, cada kilómetro que navega sabe que va en dirección correcta porque tiene una brújula y un mapa para navegar, necesitamos un mapa nacional, necesitamos una brújula, necesitamos un timonel, aquí estoy yo, pretendo ser timonel por un tiempo, pido ayuda a todos, pido ayuda a todos porque todos vamos en el barco y lo más terrible es que con nosotros van nuestros hijos y nuestros nietos, tenemos que echar el barco adelante, es una responsabilidad y después que otros se encarguen de navegarlo.

Ahora, dentro de esa concepción social yo ante Venezuela y el mundo y siendo intérprete como quiero ser siempre del sentir del pueblo venezolano que está en su inmensa

mayoría viviendo por debajo de un umbral humanitario, interpretando esa realidad, yo como haría un capitán de un barco o de un avión que vaya en emergencia, yo declaro al mundo que Venezuela está en emergencia social. Nosotros tenemos que enfrentar la emergencia social, pero para restringir o eliminar garantías, no, ¿quién va a eliminar garantías en Venezuela si ya todas están eliminadas? ¿cómo vamos a suspender lo que ya está suspendido? ¿qué garantías más le vamos a quitar a nuestros pueblos? No, y fíjense que, en mi criterio, ese es una de las desviaciones de la Constitución moribunda del Pacto de Punto Fijo; esa Constitución prevé la emergencia con toda formalidad, yo no me agarro de esa formalidad, yo me agarro de una realidad en este caso.

Pero la Constitución dice que se podrá decretar la emergencia nacional y en base a ella, suspender garantías, es una visión nefasta de la emergencia, es una visión unilateral represiva prevista en las leyes. Así como a los pueblos de la frontera le suspendieron las garantías constitucionales dada la situación difícil en la frontera con la República de Colombia... y aprovecho para hacer un reconocimiento pero muy especial, de corazón, a su Presidente, el doctor Andrés Pastrana, quien a pesar del dolor del pueblo colombiano por la tragedia de hace unos días, aquí está con nosotros. Hermano mi abrazo y nuestro abrazo para tí y para tu pueblo, somos amigos de Colombia, porque Colombia es tierra bolivariana, nuestro pesar, nuestro dolor, nuestro apoyo para tí y para tu pueblo que es también parte de nuestro pueblo, de nuestra esencia.

En Colombia tenemos que hacer todo lo posible para que haya paz; yo le he dicho, se lo dije al Presidente Pastrana, lo dije públicamente, lo conversamos en La Habana con el Presidente Fidel Castro. Yo estoy dispuesto Andrés, permíteme llamarte así como en privado lo hacemos, a ir donde haya que ir y a hablar con quien haya que hablar para tratar de aportar un granito de arena; un granito de arena que bien puede ahorrar una gotita de sangre, en ese pueblo tan querido como es el pueblo de Colombia.

E igualmente el saludo que le he dado a nombre del pueblo bolivariano de Venezuela al Presidente Colombiano, pues a todos y cada uno de ustedes. Tenemos que reconocer el esfuerzo que ustedes han hecho porque las tragedias son muy parecidas, el terremoto de Colombia doloroso, igual terremoto doloroso también financiero está pasando nuestro hermano pueblo del Brasil, causa por la cual el Presidente Cardoso no pudo venir aquí hoy. Igual a todos ustedes de la Nicaragua, de todos ustedes de todos estos pueblos y países aquí representados por sus Presidentes, sus Jefes de Gobierno, o Primeros Ministros; la Presidenta Guyanesa Janeth Jagan, nuestro afecto a sus luchas, a su esfuerzo, a sus dificultades. A todos, el Presidente Banzer, nuestro amigo, todos amigos; el Presidente Dominicano Leonel Fernández, el Presidente Cubano, ratifico mi amistad y nuestra solidaridad con el pueblo hermano de Cuba. El Papa bien lo dijo, Cuba es parte de este mundo, Cuba es un pueblo hermano, es un pueblo bolivariano. Así que igual que a todos, vaya mi abrazo y mi afecto al pueblo cubano, al pueblo de Martí, y a todos los pueblos y naciones.

Pero volviendo a la emergencia social que proclamo como Presidente de Venezuela, esa emergencia social hermanos no es para suspender más garantías. No. Es para tomar acciones de emergencia para restituir las garantías, y sería una de mis sugerencias a la nueva Constitución o a la Constituyente que dentro de pocos meses —yo creo que este escenario sería muy bueno para que la Constituyente trabaje, si ustedes lo permiten señores del Congreso. Sería el más adecuado creo yo; también ustedes pueden, como algunos lo han dicho, renunciar para ir al proceso constituyente; pero donde sea, dondequiera que se reúna la Asamblea Constituyente, yo creo que eso es algo que se debe discutir allí. Una emergencia para restituir garantías. No toda emergencia puede ser vista para suspender garantías constitucionales.

En ese orden de ideas, para dar una señal de arranque inmediato en lo social no podemos esperar ni una hora, no hay sábado ni domingo para los que estamos en emergencia

y tenemos tan gran responsabilidad, tan gigantesca responsabilidad, con tantos millones de seres humanos que en este mismo instante cuando estamos nosotros aquí, no tienen qué comer o no tienen escuela para ir o no tienen un parque para jugar o no tienen un techo para dormir en paz. Decía José Martí, el grande, cuando hablaba de los seres honrados: «para ser honrado no basta sentir o decir que no se le hace daño a nadie». No, eso no basta, para ser honrado de verdad un hombre, una mujer, un ser humano, si sabe que alguien está sufriendo cerca de él, tiene que hacer todo lo que él pueda para evitarle ese sufrimiento a ese ser humano. Es la única forma de ser honrado. Es más ¡de ser cristiano pues! porque la primera Ley de Dios dice así: «ama a tu prójimo como a ti mismo».

Yo a veces me he atrevido a decir un juicio que yo recomendaría a esa primera Ley de Dios, que Dios me perdone: en este momento en emergencia nosotros los católicos y cristianos deberíamos decir más bien: ama a tu prójimo más que a ti mismo.

Así que para dar señales al respecto, que de que está comenzando hoy una verdadera guerra contra esos males sociales, una verdadera batalla. Yo he dado instrucciones al nuevo ministro de Defensa a partir de hoy, el general Raúl Salazar; a los nuevos comandantes de fuerza, a mis hermanos de las Fuerzas Armadas, a quienes saludo con especial también deferencia y a quienes, incluso, pedí perdón por allá en nuestros espacios militares, y lo hago ahora delante de la nación: perdón por los dolores causados, perdón por tantos años juntos. Gracias a Dios y al pueblo de Venezuela que estamos juntos de nuevo, hemos regresado de nuevo con la frente en alto; pero ahora yo regreso como comandante en jefe, y yo aprendí de algunos de los que están aquí a ser comandante, y creo que lo fui medianamente, y un verdadero comandante tiene que estar allí en el sentir de su gente; un verdadero comandante tiene que estar pendiente de cumplir con una misión y del bienestar de su gente, de sus comandados. Yo aspiro ser ahora mucho mejor comandante que antes. Espero que estos 7 años que han transcurrido

desde que dejé el comando de mi batallón de paracaidistas, me hayan enseñado, me hayan dado más recursos, me hayan dado más vigor para ser mejor comandante que antes.

Pero ahora vengo como comandante en jefe no a comandar paracaidistas, me honró comandarlos. Ahora vengo como comandante en jefe a impulsar un proceso de incorporación de los hombres y mujeres de uniforme de Venezuela a este proceso de emergencia y de recuperación social. Por lo tanto, he dado instrucciones para que pasado mañana 4 de febrero haremos el desfile de la unidad, el desfile del futuro. No es como algunos han dicho por allí, para hacer banderas a la rebelión armada. No, eso no es, eso quedó atrás, es para volver juntos, es un desfile hacia el futuro y ese mismo día, yo voy a activar de nuevo los Batallones de Paracaidistas que deben seguir llevando los nombres que siempre llevaron de Antonio Nicolás Briceño y José Leonardo Chirinos, pero además de eso, vamos a ordenar la activación de una Brigada Especial y esa Brigada Especial se va a activar en este mismo mes de febrero, una Brigada Especial para el desarrollo, porque el desarrollo es parte de la defensa. Nuestros hermanos de Armas no pueden estar encerrados en cuarteles y en bases navales y en bases aéreas con la gran capacidad, con el gran activo humano, con la gran cantidad de recursos que están allí como desactivados, como si fuera otro mundo eso, separados de una realidad pasmosa, una realidad cruenta que clama por inyección de recurso, de moral, de disciplina.

Le decía al General Salazar hace unas noches que me consiguiera una lista de todos los militares activos que son ingenieros. La lista nos sorprendió tanto a él como a mí: centenares de Oficiales activos que son ingenieros y desde ingenieros nucleares, hay varios en las Fuerzas Armadas, hasta ingenieros civiles, electrónicos, eléctricos, de las diversas ramas. No es que estando en un cuartel todo el día no signifique algo indigno, no, comandar un pelotón, comandar un batallón es algo digno para un Oficial, para eso nos formamos, pero un Teniente Coronel que sea, al mismo tiempo, ingeniero nuclear, en este momento un Coronel o un Capitán que sea experto en producción agrícola, especializado en los búfalos, por ejemplo,

que haya tenido cursos en el exterior durante años, o un sargento que sea experto en telecomunicaciones en este momento crítico para el país, yo creo y esa es la orientación, como Comandante en Jefe, que sin abandonar, por supuesto, las funciones básicas del militar, se incorporen, buena parte de ellos, a proyectos de desarrollo a través de Unidades Especializadas. En Barinas funcionará, dentro de poco tiempo, una Brigada Especial donde habrá un cuerpo de Ingenieros Militares y donde podrán incorporarse para el servicio voluntario, los venezolanos que quieran, donde podrán incorporarse hombres y mujeres de las diversas ramas técnicas, habrá un cuerpo de ingenieros. Poco hacemos con un lote de maquinarias de ingeniería aquí en Caracas. No, dí la orden que el 12 de Febrero, que habrá desfile en La Victoria de nuevo, ese día debe salir una columna, no de tanques, más nunca debe salir ninguna columna de tanques, una columna de maquinarias de trabajo manejada por soldados rumbo a los campos y los pueblos de Venezuela, el Día de la Juventud y eso comienzo haciéndolo. Igual formaremos batallones agrícolas y batallones de sanidad para atender no un día y volver a los seis meses. No, para abrir operaciones de guerra contra la miseria, contra la desnutrición, contra la desmoralización de un pueblo, ahora los militares solos no llegarían muy lejos, yo invoco el espíritu nacional, invoco el alma nacional, invoco la buena voluntad de todos, la Iglesia Católica, ¡vamos! los curas, los curas, los obispos por los caminos, ¡vámonos! los caminos del pueblo que son los caminos de Dios, la Iglesia Evangélica, los empresarios, la juventud, los estudiantes de medicina, ¡vamos! un estudiante del último año de medicina ya está capacitado para librar la guerra contra las enfermedades que están acabando con nuestros pueblos, los estudiantes universitarios ¡vamos a levantar las banderas de la lucha, vamos a salir del aula de clase y vamos a lucha social, no podemos esperar a tener un título o a ver quien me da un empleo, busquemos empleo y busquemos trabajo, ese es el sentido venezolano, ese es el sentido, compatriotas, de este pueblo bolivariano, de esa emergencia social a la que me refiero.

Igual pido a todas las fuerzas del país, los gobernadores, los alcaldes, las Asambleas Legislativas, los representantes de las diversas regiones ¡vamos por los pueblos! que ese país recupere credibilidad en nosotros, yo les repito, seré el primer soldado a tiempo completo de esa batalla, batalla que estoy seguro vamos a ganar contra el atraso, contra la miseria, contra el hambre y dentro de esa misma visión estaremos impulsando más allá de Venezuela en el orden macropolítico la Constituyente, en el orden económico un proceso de desarrollo y dinamización de la producción nacional y un proyecto de estabilización macroeconómica, algunas de cuyas medidas ya el país conoce de afianciamento sólido de una disciplina fiscal a la par de eso un proyecto internacional.

El tratamiento prioritario y urgente de nuestra política exterior estará orientada en primera instancia hacia la fachada caribeña, hacia la fachada andina y hacia la fachada amazónica, es el viejo sueño de Bolívar y de Martí y de Sandino y de O'Higgins y de Artigas, es la unión, es la unión de todos, la unión en lo interno de cada país, la consolidación de todos nosotros uno a uno, pero al mismo tiempo la consolidación de un gran bloque de fuerza en esta parte del mundo, gracias a Dios y a la historia ya el mundo del siglo XXI no será bipolar ni unipolar será multipolar y así como la Europa unida da ejemplo al mundo, demos ejemplo nosotros también al mundo, marchemos hacia un proceso unitario y es mi llamado y es mi pregón y será así por los pueblos y los países y los amigos y hermanos a quienes visite y a quienes conozca.

Las negociaciones entre la Comunidad Andina y el Mercosur deben continuar, nosotros abogamos porque continuen, porque se aceleren, pero hay que pisar el acelerador y dentro de ese mecanismo de unidad nuestro gobierno se ha planteado también la posibilidad de hacer algún acuerdo de libre comercio con el MERCOSUR, como lo hizo Chile, como lo hizo Bolivia. Pero con el sólo interés de acelerar los procesos de unión del subcontinente, igual con Centroamérica, igual con el Caribe. Yo seré un pregonero y un acelerador, hasta

donde pueda, de los procesos de integración. Lo decía el Senador Luis Alfonso Dávila en sus palabras: es el sueño del Congreso de Panamá, de esa Panamá que Bolívar veía como los griegos veían al Istmo de Corinto; el Istmo de Panamá para nosotros como el Corinto para los griegos. Es momento de retomar aquello, es momento de retomar el sueño de unión entre nosotros, de plantearnos una moneda para la América Latina y el Caribe para la próxima década y busquemos y luchemos por ella; de plantearnos una confederación de naciones de esta parte del mundo, de plantearnos una unidad que vaya mucho más allá del intercambio comercial, porque algunos pareciera que tienden o tendemos a quedarnos a veces en el ese visor nada más del intercambio comercial; no, la unidad es mucho más allá, mucho más completa, mucho más profunda. Es la unidad de lo que estuvo unido una vez.

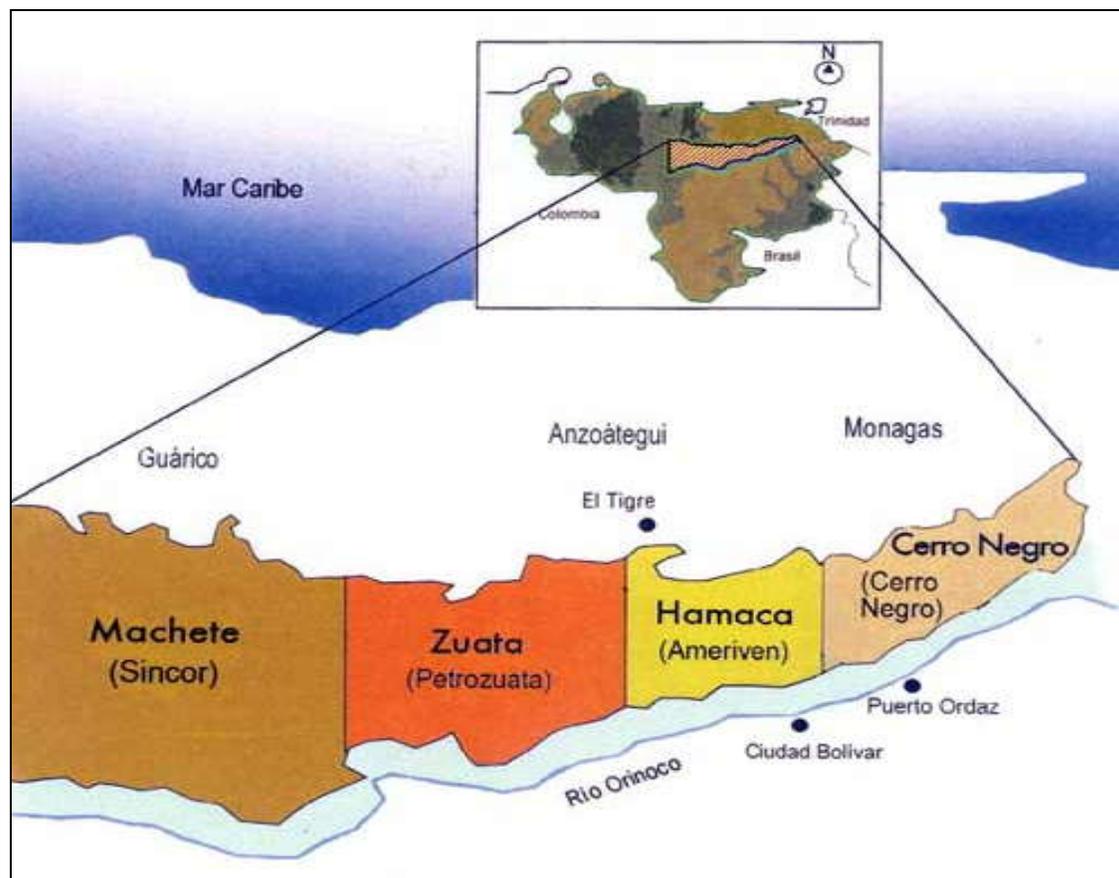
Así que termino este mensaje de hoy ante el pueblo venezolano, ante ustedes termino por ahora, invocando lo mismo que invoqué al comienzo, porque cuando uno habla de unidad latinoamericana y caribeña de relaciones con el mundo de proyectos sociales, cuando uno habla de proyectos económicos humanistas, de proyectos políticos estables, sencillamente estamos nosotros aquí en esta Venezuela caribeña, amazónica, andina, universal, estamos retomando el sueño bolivariano; estamos retomando el auténtico bolivarianismo, y así lo decía Bolívar: «para formar un gobierno estable, es necesario que fundamos el espíritu nacional en un todo, el alma nacional en un todo, el espíritu y el cuerpo de las leyes en un todo». Unidad, unidad, esa tiene que ser nuestra divisa. Que Dios nos acompañe, no solamente al Presidente Chávez sino que Dios acompañe a todo el pueblo de Venezuela en este momento estelar que estamos viviendo, en este momento de resurrección. Un abrazo para todos y muchas gracias por su atención. Un abrazo solidario, un abrazo bolivariano. Y vamos pues por los caminos, vacilar es perdernos. Señoras y señores.⁶¹

⁶¹ Disponible em: <<http://www.analitica.com/Bitbliohchavez/toma.asp>> Acceso 16 de jul. 2007.

ANEXO 2 - Fluxos de petróleo entre regiões selecionadas do mundo - 2006.
Em milhões de toneladas.

DE \ PARA	USA	Canadá	México	Am. Sul/Central	Europa	África	Australasia	China	Japão	Singapura	Outros Ásia Pacífico	Resto do Mundo	Total
USA	-	7,4	12,2	17,8	15,0	1,7	0,1	0,4	4,2	1,6	0,8	1,8	63,1
Canadá	113,6	-	0,2	0,2	0,5	-	-	0,0	0,3	0,0	0,0	-	114,9
México	84,4	1,8	-	6,2	9,9	-	-	-	-	-	1,9	0,2	104,4
Am. Sul/Central	133,1	4,6	2,5	-	23,0	0,8	-	12,9	0,1	2,7	1,0	-	180,7
Europa	54,0	18,4	4,0	3,1	-	11,8	0,4	0,5	0,2	4,4	1,3	7,1	105,1
Antiga União Soviética	17,9	-	0,0	3,2	290,8	0,3	-	24,1	2,3	2,7	2,5	9,2	353,1
Oriente Médio	113,2	6,8	0,5	7,5	159,3	37,4	6,2	73,9	209,1	55,5	329,1	3,0	1001,3
África do Norte	36,3	8,9	0,3	4,1	96,4	3,2	0,1	3,7	0,2	0,2	5,3	0,7	159,3
África – Ocidental	95,2	1,8	0,0	9,9	39,7	2,9	-	37,0	3,7	0,3	43,2	0,3	233,9
África – Orient./Merid.	-	-	-	-	0,0	-	-	5,3	5,4	0,6	0,7	-	11,9
Australasia	0,4	-	-	-	-	0,0	-	2,1	2,9	3,4	2,0	-	10,7
China	1,3	-	0,0	4,3	0,1	0,1	0,3	-	2,0	2,5	12,2	0,3	23,2
Japão	-	-	0,1	-	0,7	-	0,8	3,2	-	0,3	0,4	-	5,5
Singapura	-	-	-	0,1	1,3	1,2	8,3	5,3	2,3	-	40,3	0,4	59,2
Outros Ásia Pacífico	10,0	0,2	0,3	1,1	5,4	0,6	20,4	22,8	20,3	34,5	-	0,0	115,6
Não identificados	11,5	5,9	-	0,3	22,7	-	2,4	0,6	4,0	-	1,2	-	48,5
IMPORTAÇÕES TOTAIS	671,0	55,7	20,1	57,7	664,9	59,9	39,0	191,7	257,0	108,6	441,7	23,0	2590,4

Fonte: BP - Statistical Review of World Energy, June 2007.

Anexo 3 – Faja Petrolífera del Orinoco

Fonte: PDVSA